

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2019 a 10/02/2022

Indexação: "PEC 45/2019"

Documento 1/92

111.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/05/2019- CD	16:28
Publ.: DCD - 23/05/2019 - 19	RUBENS BUENO-CIDADANIA -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do parecer do Deputado João Roma pela admissibilidade de proposta de reforma tributária. Encaminhamento da matéria para a análise de Comissão Especial.

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas quero registrar, permita-me, que terminamos agora na Comissão de Constituição e Justiça de votar a admissibilidade da reforma tributária. O relatório do Deputado João Roma foi aprovado com aplausos, há pouco, na Comissão de Constituição e Justiça. Com isso, a proposta, que é do Deputado Baleia Rossi, agora vai à Comissão Especial.

Eu acho que esse é o grande alento que a Câmara e o Congresso Nacional estão dando para o País, mostrando que nós estamos cumprindo com o nosso dever para as reformas importantes, para desatar os nós da economia nacional.

Documento 2/92

115.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/05/2019-10:08
Publ.: DCD 24/05/2019 - 46	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de

2019, sobre a reforma tributária. Posicionamento do orador sobre a matéria.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Quero registrar aqui que, na minha opinião, é um início. A CCJ ter dado admissibilidade à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, da reforma tributária, é o início da luta por justiça social. Não existe justiça social sem justiça tributária.

Porém, é evidente que é ainda muito simples. Na verdade, é uma simplificação dos três impostos federais, um estadual e um municipal, mas é um início, é um passo importante para nós resolvermos o problema das guerras fiscais que prejudicam o desenvolvimento de um projeto como nação. Nós precisamos avançar para além da unificação ou simplificação dos impostos. Nós precisamos, de fato, desonerar bens e serviços no Brasil. No Brasil, 73,6% da carga tributária incidem sobre bens, serviços e seguridade social.

O mundo civilizado cobra da renda, do patrimônio e dos lucros e dividendos. Portanto, nós precisamos ampliar o texto, nós precisamos ampliar a abrangência da proposta do texto da PEC 45/19, sobre a reforma tributária, para fazer justiça, recuperar o pacto federativo e recuperar também a possibilidade de a União voltar a fazer política.

Documento 3/92

116.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 23/05/2019- CD	17:28
Publ.: DCD - 24/05/2019 - 198	CHIQUINHO BRAZÃO-AVANTE -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 45 de 2019, sobre alterações no sistema tributário nacional.

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (AVANTE - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos os funcionários desta Casa.

Ontem tivemos a reunião da CCJ para aprovar o parecer pela admissibilidade da PEC 45, de 2019, que altera o sistema tributário nacional e dá outras providências. Agora ela segue para a Comissão Especial para ser discutida. Ela inclui ali o PIS e COFINS, IPI, ISS,

ICMS, Imposto sobre Bens e Serviços.

O que acontece? Eu já venho desde a minha posse aqui, Sr. Presidente, falando que o que vai resolver o problema do nosso País é o conjunto de reformas. Hoje está sendo trabalhada aqui nesta Casa a reforma previdenciária, que tem que ser muito bem trabalhada realmente.

O País precisa dessa reforma, sem dúvida nenhuma, mas não da forma que essa mensagem chegou a esta Casa. Da forma restritiva que ela chegou a esta Casa, ela vai, sem dúvida nenhuma, penalizar aqueles que são os mais pobres, inclusive aqueles pequenos Municípios em que muitos desses aposentados oxigenam a economia, com a aposentadoria que sustenta o neto, a família, um filho desempregado, e tudo mais. Com as correções necessárias, este Parlamento, sem dúvida nenhuma, vai trabalhar em cima. Estarei acompanhando, e vamos dar a resposta adequada.

Ela se junta, é claro, à reforma trabalhista, que foi votada nesta Casa. Há época, diziam que ela ia resolver todas as mazelas e problemas, e nós vimos que não resolveu. Não resolveu porque uma única reforma não consegue resolver, mas, sim, um conjunto de reformas, a que estaremos atentos e que vamos votar nesta Casa. Sim, este conjunto de reformas é que vai, sem dúvida nenhuma, dar direção ao País.

Nós sabemos que, por exemplo, ontem, a admissibilidade da PEC 45 foi muito importante. Faço parte também da Subcomissão Especial da Reforma Tributária. Sem dúvida nenhuma, esta reforma é muito complexa, mas estaremos trabalhando em cima dela, de ponto a ponto, aprovando-a mesmo que seja parcelada. Esta reforma é muito ampla. Falar de tributos vai de A a Z e, devido à carga tributária que temos no nosso País, ela tem que ser realmente trabalhada ponto a ponto.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 4/92

122.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	28/05/2019-15:16
Publ.: DCD - 29/05/2019 - 74	JAQUELINE CASSOL-PP -RO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apresentação de emenda supressiva, relativa à aposentadoria dos professores, à Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, sobre a reforma previdenciária. Participação da oradora em sessão solene da Casa destinada à homenagem ao transcurso dos 25 anos de criação do Instituto Ayrton Senna. Luta em defesa dos professores e da educação. Posicionamento da oradora em relação à proposta de reforma tributária.

A SRA. JAQUELINE CASSOL (Bloco/PP - RO. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, nobres pares.

Venho informar que na semana passada protocolei emenda supressiva à PEC 6/19, a PEC da Reforma da Previdência, para retirar da discussão a aposentadoria dos professores e manter como está a idade mínima, bem como o tempo de contribuição e as regras de transição.

Quero destacar que sou a favor da reforma da Previdência, mas precisamos calibrar alguns pontos. Não podemos mudar radicalmente a vida das pessoas de maneira irresponsável, sem o adequado amadurecimento de ideias e propostas. No que diz respeito ao professor, por exemplo, essas mudanças precisam mais bem discutidas.

O professor é o profissional mais importante para o crescimento e o desenvolvimento do País, por formar todos os outros profissionais. O empobrecimento do ensino básico e a desvalorização dessa categoria causam a falência econômica e social de um país.

Explico a quem nos acompanha em casa que a apresentação dessa emenda supressiva não atrasa ou impede de qualquer maneira a tramitação da reforma da Previdência, apenas nos dará a oportunidade de discutir essa questão com mais tempo em outra oportunidade. Temos que legislar para o povo, trabalhar para melhorar a vida das pessoas, pensar no coletivo. Volto a dizer: a educação é o alicerce para o desenvolvimento do País. E valorizar o professor é um passo rumo ao nosso progresso.

Hoje pela manhã, Sr. Presidente, tive a oportunidade de acompanhar a homenagem realizada neste plenário aos 25 anos do Instituto Ayrton Senna. A Viviane Senna falou sobre a importância do estudo. E hoje nós vivemos num País em que a grande maioria dos jovens, infelizmente, não opta pela profissão de professor, porque essa tem sido uma classe realmente desvalorizada. Nós precisamos mudar essa realidade.

É inadmissível que a idade mínima de aposentadoria de uma

professora passe de 50 anos para 60 anos - 10 anos a mais! É por essa razão que apresentei uma emenda supressiva na semana passada. Acredito que os nobres pares e a Comissão Especial irão analisá-la com muita equidade.

Quero desejar uma semana próspera a todos os professores do Brasil, em especial aos do Estado de Rondônia, o meu Estado. Quero dizer que estou na luta pela educação, para que esse contingenciamento orçamentário realmente deixe de existir e que nós possamos ter cada vez mais investimentos na educação.

No Estado de Rondônia, além da universidade federal, a UNIR, nós temos o IFRO, o instituto federal sobre o qual eu já tive oportunidade de falar nesta tribuna. O IFRO é referência para o restante do País, porque tem um dos menores valores de custo-aluno por ano.

Enquanto em alguns Estados a média é de 20 mil a 22 mil reais, em Rondônia, o aluno do IFRO custa 11 mil reais. E há tantos outros trabalhos que o IFRO tem feito.

Então, como Deputada Federal do Estado de Rondônia tenho defendido a categoria dos professores e vou continuar defendendo. Entendo que precisamos de reforma da Previdência, sim, mas também precisamos de reforma tributária e de reforma administrativa.

Com relação à reforma tributária, um tema de suma importância, os nossos empresários, aqueles que oferecem empregos e geram renda no nosso País, precisam ter uma carga menor de tributos. Precisamos discutir também a redução dos juros, a redução do valor do dólar, que está absurdo, porque, infelizmente, isso acaba sendo um grande problema no Brasil inteiro. Em outra oportunidade, vamos discutir esse tema.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e peço que meu pronunciamento seja registrado nos Anais da Casa.

Obrigada.

Documento 5/92

136.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/06/2019- CD	21:36
Publ.: DCD - 05/06/2019 - 272	JÚLIO CESAR-PSD -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Assuntos tratados pelo orador com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, durante audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação destinada ao debate sobre a proposta de reforma previdenciária, a proposta de reforma tributária e a proposta de revisão do pacto federativo.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD - PI. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de 7 horas, na Comissão de Finanças e Tributação, juntamente com outras duas Comissões, encerramos há pouco, às 21 horas, a audiência pública com o Ministro Paulo Guedes sobre reforma da Previdência, reforma tributária e reforma do pacto federativo.

Eu já participei de várias audiências com o Ministro, mas devo confessar que essa foi a mais convincente de todas as audiências que ele fez aqui na Casa ou no Senado.

Nós fizemos alguns questionamentos ao Ministro, como Coordenador da bancada do Nordeste. O Nordeste responde por menos de 14% do PIB nacional, tem PIB *per capita* de menos de 47% da média nacional e, nos 3 últimos exercícios, tem visto a diminuição dos investimentos e, conseqüentemente, a diminuição de sua participação no PIB nacional. Já houve anos em que crescemos acima da média nacional, mas, nos 3 últimos exercícios, crescemos abaixo da média.

Falamos muito sobre o pacto federativo, a competência tributária da União, a distribuição de todos os tributos entre União, Estados e Municípios. Falamos também sobre o compromisso que o Ministro tem com a CNM de, ainda este ano, destinar em torno de 10 bilhões de reais para fazer uma revisão do pacto federativo através da reforma tributária.

E eu falei muito, Sra. Presidente, sobre uma emenda que eu apresentei à reforma da Previdência. Por que eu a apresentei? Porque, em 1988, o Governo tirou da base de compartilhamento entre União, Estados e Municípios o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para formar a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que, no ano passado, teve arrecadação de 78 bilhões de reais.

Nós pedimos ao Ministro que acate, que aceite, através do nosso Relator, o Deputado Samuel Moreira, a Emenda nº 4, de nossa autoria. Eu sei que ela compromete imediatamente a receita da União, mas já disse ao Ministro - e amanhã vou conversar sobre isso com o Relator - que aceitamos compartilhá-la por 3 ou 5 exercícios. Eu fiz projeção para 5 anos, fiz projeção para 3 anos, e o Ministro gostou muito das contas que nós fizemos.

Também falei muito sobre o que o Ministro conversou lá na nossa Comissão. Ele disse que 40% de todos os funcionários públicos do Brasil vão se aposentar nos próximos 5 anos. Eu vi aqui muita gente reclamando de concurso aqui e acolá, e o Ministro não quer convocar ninguém. E disse mais: nos próximos 5 anos, vão se aposentar 40% dos funcionários públicos.

O Ministro também falou dos fundos. Ele quer acabar com os fundos. Disse que existem no Governo 280 fundos, dentre eles os fundos constitucionais - FNE, FCO e FNO -, e ele quer, a qualquer custo, fazer uma revisão desses fundos, o que chamou de "despedalar". Ele quer "despedalar" principalmente os bancos públicos que administram esses fundos. Quais são os bancos públicos? O Banco do Brasil, a Caixa, o Banco do Nordeste, o BASA e o BNDES. Então, eu fiz um apelo em relação aos dois bancos regionais, no sentido de que ele não mexa com eles. Pedi que ele deixe esses bancos como patrimônio da Região Norte, no caso do BASA, e da Região Nordeste, no caso do Banco do Nordeste, que tem papel muito importante no desenvolvimento da nossa região.

Eu falei para o Ministro sobre a concentração de todo o sistema financeiro em 5 bancos. Nós temos 134 bancos, e 5 desses bancos têm 84% do mercado de crédito e cobram as tarifas mais cara do mundo, principalmente o Banco do Brasil e a Caixa Econômica.

Também falei com o Ministro sobre outros assuntos importantes. Querem mexer nos incentivos fiscais regionais. Eu mostrei para ele os incentivos, que somam mais de 300 bilhões de reais, e a concentração deles em benefício de uma cidade, contra os interesses de duas grandes regiões. A cidade de Manaus tem incentivo, só do Governo Federal, acima de 25 bilhões de reais, apesar da crise deste ano. Pedi ao Ministro que, se for fazer uma revisão desses incentivos, se concentre em onde há mais privilégios, porque os incentivos do Nordeste praticamente não existem. Eles já foram mais de duas vezes maiores do que os da Zona Franca de Manaus e hoje correspondem a 15% desse valor, ou 3 bilhões de reais. E o Governo não libera os recursos. Não há nem previsão orçamentária para a execução daquela lei que votamos no ano passado e que foi sancionada no começo deste ano. Então, eu fiz ali um apelo ao Ministro.

Eu estou aqui e sou da base do Governo. O Ministro está aprimorando a reforma da Previdência e quer tirar da proposta as alterações no Benefício de Prestação Continuada e na aposentadoria dos trabalhadores rurais, que são os problemas apontados por todo o povo brasileiro e por todos os integrantes desta Casa. Mas nós não vamos deixar fazerem reforma da Previdência, reforma tributária ou reforma do pacto federativo mexendo com aquilo que a nossa região já tem e que está fragilizado, principalmente a SUDENE, o DNOCS e a CHESF.

E o FNE e o FNO são patrimônios do Nordeste e do Norte, administrados, respectivamente, pelo Banco do Nordeste e pelo BASA, e nós precisamos manter esses fundos para financiamento das duas regiões.

Muito obrigado.

Documento 6/92

195.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/07/2019- CD 12:36
Publ.: DCD - 13/07/2019 - 64	AFONSO MOTTA-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apresentação de requerimento de prorrogação do prazo fixado para apresentação de emendas na Comissão Especial, destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reforma tributária.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para formular um requerimento.

O PDT, que pede atenção especial a todas as bancadas desta Casa, requer a prorrogação do prazo para apresentação de emendas na Comissão Especial da PEC 45/19, a PEC da reforma tributária, cujo prazo já se iniciou.

Um assunto da relevância da reforma tributária é de interesse geral do povo brasileiro. E, a permanecer aberto o prazo para apresentação de emendas, nós temos grande possibilidade de chegar aqui, depois do recesso, para continuidade do ano legislativo, ou com o prazo vencido ou com ele muito exíguo. Não é justo, portanto, que permaneça essa situação.

Nós não sabemos qual será a presença na Casa e o que vai acontecer a partir do dia 18. Portanto, nós solicitamos a prorrogação por 15 sessões do prazo para apresentação de emendas a essa PEC da maior relevância.

Nós estamos encaminhando a V.Exa., Presidente, este requerimento aqui no plenário, porque, evidentemente, a Comissão não irá funcionar durante esse período. E este requerimento é da maior justiça e da

maior importância.

O PDT solicita às demais bancadas da Casa que o subscrevam também ou façam os seus requerimentos de prorrogação desse prazo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 7/92

200.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 17/07/2019- CD	15:48
Publ.: DCD - 18/07/2019 - ZÉ NETO-PT -BA		
37		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aperfeiçoamento da proposta de reforma tributária encaminhada à respectiva Comissão Especial.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero me manifestar acerca de um importante momento que nós vamos viver logo após o recesso - estamos chegando ao recesso, mesmo que branco. Trata-se de um dos mais importantes temas deste País: a reforma tributária. Acredito que a proposta, da forma como está posta para ser discutida na Comissão Especial, ainda tem muito a ser aprimorada.

Sr. Presidente, infelizmente, nós temos visto alguns pregando que o Brasil tem que se aproximar do que é feito nos Estados Unidos, na Europa ou em Portugal. Pregam isso, mas, na prática, acham que o Brasil tem que ser parecido com esses países na estética, no que é de direito, porque o esforço para que seja parecido no que é de obrigação eles não querem fazer. Fala-se muito que temos que ter algo parecido com o IVA, que é um imposto que funciona muito bem em Portugal. Entretanto, com a política social cada dia esmagando mais os salários, esmagando mais os mais carentes, esmagando mais o consumo, reduzindo salários, reduzindo ganhos, eu vejo essa realidade cada vez mais distante.

Também me preocupa o fato de eu não ver até aqui uma mudança ou pelo menos uma expectativa de mudança maior no que diz respeito ao horizonte dessa reforma. Se queremos fazer uma reforma para valer, temos que pensar num conceito que nos leve, de forma mais contundente, a uma tributação que seja progressiva. O que é tributação progressiva? Tributação progressiva é aquela que cobra mais de quem

ganha mais. Hoje o que nós temos no Brasil é uma tributação regressiva, em que os pobres pagam mais, e essa regressividade é algo que não combina com que está sendo feito no mundo.

Fala-se em Portugal, mas Portugal gasta 14,4% do PIB com atenção social, especialmente com previdência. Aqui, o que se quer é parecer com o Chile, que gasta 3% e é um país de características econômicas muito diferentes, mas muito diferentes mesmo, das características econômicas do nosso Brasil.

Portanto, o grande desafio está posto. O primeiro grande momento do ano foi a votação da reforma previdenciária, em que, infelizmente, os mais pobres pagaram um preço maior: 80% da economia da reforma vai sair do Regime Geral - quem ganha até 1,7 salário mínimo - e dos abonos. Se queremos enfrentar o segundo grande momento do ano, se queremos realmente fazer uma grande reforma tributária nesta Casa, temos que pensar em proteger mais os mais pobres, em garantir que o setor produtivo tenha condição de ter suas mercadorias mais baratas, com menos impostos. Também precisamos saber que temos que fazer como a Europa, os Estados Unidos e os países mais modernos fazem: quem ganha mais paga mais, porque quem ganha mais pode pagar mais. Mas quem ganha mais paga mais tendo, dentro de um processo íntegro, uma redução de impostos indiretos. Para que aqueles mais pobres possam ter mais justiça tributária, eu não vejo outro caminho senão o caminho do sucesso da arrecadação, do sucesso da política fiscal e do sucesso da produtividade brasileira.

Portanto, os desafios estão aí. Não existe dicotomia entre os interesses do setor produtivo e do capital nacional. Precisamos fortalecer salários, fortalecer os mais carentes, lembrando sempre que o dinheiro mais valioso de um país é o dinheiro daqueles mais pobres. Quanto menos pessoas precisarem de apoio, mais vamos evoluir, com certeza. Se temos muitos pobres, é porque o País ainda está distante de poder falar que é um país que está no primeiro mundo ou que está evoluindo.

Então, vamos cuidar mais dos nossos mais humildes, vamos cuidar mais do nosso mercado, vamos cuidar mais do nosso capital nacional e vamos cuidar de fazer com que este Brasil possa evoluir em sintonia e harmonia com quem realmente precisa de mais atenção.

Documento 8/92

203.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	06/08/2019-14:24
Publ.: DCD	- HILDO ROCHA-MDB -MA		
07/08/2019 - 77			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES	

Sumário

Relato da visita do orador a Municípios no Estado do Maranhão. Presença do Parlamentar na 42ª Exposição Agropecuária de Grajaú - EXPOAGRA. Divulgação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos de volta do recesso. Nesse período, Deus me deu a oportunidade de visitar vários Municípios do Maranhão e realizar ações voltadas para o desenvolvimento dessas cidades.

Estive na cidade de Passagem Franca com o Deputado Estadual Arnaldo Melo, grande liderança do Sertão maranhense, Deputado com sete mandatos, já foi Presidente da Assembleia. Lá entregamos dois tratores, com implementos agrícolas, e um caminhão para a Associação Amigos de Passagem Franca. Fizemos reunião com o grupo político liderado por Arnaldo Melo. Esses equipamentos foram uma conquista tanto do Deputado Arnaldo Melo quanto do grupo que o acompanha. Esses equipamentos vão servir para os pequenos produtores rurais de Passagem Franca.

Também estivemos em Grajaú, cidade belíssima, acompanhando algumas ações do Prefeito Mercial Arruda. Estive junto com o Deputado Arnaldo Melo na entrega de um *kit* ao Conselho Tutelar. Isso foi fruto de emenda do Deputado Hildo Rocha. Nós colocamos essa emenda no Orçamento da União para comprar um novo veículo para o Conselho Tutelar, que está sendo reformado pelo Prefeito Mercial Arruda. Ele é um Prefeito vibrante, trabalhador, um Prefeito correto que busca melhorar a qualidade de vida do povo de Grajaú, os grajauenses.

Além disso, estivemos na 42ª Exposição Agropecuária de Grajaú - EXPOAGRA, uma das melhores do Maranhão, que contou com a presença de milhares de pessoas em todas as tardes e noites e inclusive pela manhã, quando também havia algumas ações na EXPOAGRA.

Tive igualmente a oportunidade de ir a Cantanhede inaugurar uma pequena fábrica de beneficiamento de mandioca. Essa inauguração resultou de emenda que colocamos no Orçamento, em favor da CODEVASF, que foi liberada pelo Ministro Gustavo Canuto. Essa foi uma emenda nossa, mas ele agilizou a liberação do recurso.

O Presidente Bolsonaro tem incentivado ações como essas, voltadas

para o desenvolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Maranhão.

Também aproveitamos a oportunidade, Sr. Presidente, para ir a alguns Estados levar a proposta de mudança do nosso sistema tributário, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, a PEC Baleia Rossi. Estive na Confederação Nacional da Indústria com toda a diretoria. Estive também no Paraná, num evento da *Jovem Pan*, lá na Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Estive em São Paulo, no Santander, na XP Investimentos, e apresentamos a nossa proposta.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 9/92

212.2019	Sessão Não Deliberativa de	08/08/2019-15:04
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 09/08/2019	CAPITÃO ALBERTO NETO-PRB -AM	
- 34		
CÂMARA	DOS	PEQUENO
DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	EXPEDIENTE
		DISCURSO

Sumário

Indignação do orador com a decisão da Justiça de São Paulo de concessão ao assassino da própria filha, Alexandre Nardoni, do direito de saída do cárcere por ocasião do Dia dos Pais. Revisão do Código de Processo Penal. Participação do Presidente Jair Bolsonaro em reunião do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Eficiência da Zona Franca de Manaus. Preservação da floresta amazônica. Importância da realização de investimentos no País para a geração de novos empregos.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PRB - AM. Sem revisão do orador.) - Meu Presidente Coronel Chrisóstomo, eu, como sou capitão, peço sua permissão, conforme os costumes da caserna.

Quero fazer dois registros. Primeiro, mostro minha indignação, minha revolta com a Justiça penal brasileira. Senhores, pasmem, Alexandre Nardoni, um assassino que matou a própria filha e, junto com sua companheira, jogou a criança de uma janela do décimo andar, um assassino que foi condenado, está hoje recebendo um benefício penal, a conhecida "saidinha" para o Dia dos Pais! Trata-se de um assassino

que matou a própria filha. O brasileiro não aguenta mais essa Justiça complacente com esses bandidos, com esses criminosos.

Este ano, criamos a Comissão Especial que vai mudar o Código de Processo Penal. Eu quero que haja a participação de todos os brasileiros, a fim de construirmos uma legislação eficiente, uma legislação dura, para que não surjam mais criminosos como esse e para que não fique a sociedade brasileira órfã de justiça.

No outro discurso que faço, quero parabenizar o Presidente Jair Messias Bolsonaro, que esteve no Amazonas, participando da reunião do Conselho de Administração da SUFRAMA, cujo Superintendente é o Coronel Alfredo Menezes. Nessa reunião, foram aprovados 88 projetos para investimentos de mais de 650 milhões de dólares e, mais do que isso, geração de 4 mil empregos no nosso Estado. A Zona Franca de Manaus se mostra ainda atual, eficiente, gerando empregos, reduzindo as desigualdades regionais e sociais, protegendo a nossa floresta.

O Brasil hoje não vai conseguir fazer nenhum acordo internacional se não mostrarmos que nós estamos protegendo a Floresta Amazônica. Mas, mais do que proteger a floresta, nós temos que proteger o homem que vive naquela floresta e que está abandonado, precisando de condições e de uma contrapartida para sobreviver e ter dignidade. Não adianta deixar a árvore em pé e o homem deitado. Nós queremos fazer essa harmonia. E a Zona Franca de Manaus cumpre esse papel.

Precisamos investir nela cada dia mais. Não é uma Zona Franca apenas de Manaus, mas do País, do Brasil. Ela gera empregos tanto na Região Norte quanto no País como um todo. São 80 mil empregos diretos no meu Estado, mas no Brasil são em torno de 800 mil empregos. É um modelo eficiente.

Nós vamos passar agora por uma reforma tributária. A PEC 45 quer acabar com a Zona Franca de Manaus, acabar com qualquer desenvolvimento regional, não só em Manaus, mas também no Nordeste e no Sul, como nas indústrias do Paraná, enfim, quer mexer com todo mundo. Nós queremos mostrar que há uma reforma mais saudável, porque temos que proteger o desenvolvimento regional. Se nós queremos ter um País grande, um País continental, nós precisamos pagar um preço por isso. O preço precisa ser pago. Precisamos desenvolver o País e ocupá-lo. Assim como os militares fizeram no passado e ocuparam aquela região de maneira eficiente, com a Zona Franca de Manaus, nós temos agora que achar novas soluções.

Presidente, para concluir, quero dizer que o Amazonas é muito rico. É lógico que ele tem muito mais riquezas do que a indústria, do que a Zona Franca de Manaus. Nós temos a mineração, nós temos o gás,

nós temos a nossa biodiversidade, a maior biodiversidade do planeta. Queremos extrair riqueza da nossa floresta e beneficiar o nosso povo, investindo em infraestrutura, investindo no nosso turismo. O mundo quer conhecer o Amazonas, a nossa floresta, e precisamos de investimento do Governo Federal em infraestrutura para fomentar o turismo. Então, muitas coisas vamos fazer nesse Governo. São novos tempos, e fazemos parte dessa história. Vamos trabalhar.

Aprovamos ontem a nova Previdência, o pontapé inicial para darmos um recado ao mundo de que o País não vai quebrar. Ele vai ajustar suas contas, e o investidor pode trazer seu dinheiro para o nosso País e gerar empregos para a nossa Nação, a fim de resgatarmos 13 milhões de desempregados, pessoas que estão sem dignidade nenhuma, porque não conseguem levar o pão para a sua casa.

Sr. Presidente, solicito que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e em todos os meios de comunicações da Casa.

Muito obrigado e um bom fim de semana a todos!

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, no último dia 25 de julho, foi realizada em Manaus a primeira reunião do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, a nossa SUFRAMA. A reunião do CAS, como é comumente identificado, é o evento mais importante relacionado ao fomento à economia da Região Amazônica, considerando que é esse Conselho que aprova os projetos industriais e agroindustriais para os investimentos no meu Estado, o Amazonas, e nos Estados amigos do Acre, Rondônia, Amapá e Roraima.

Essa edição da reunião do CAS aprovou de mais de 85 projetos, com previsão de geração de 4 mil empregos e investimentos superiores a US\$650 milhões. Foram deliberadas ainda as novas regras administrativas para análise e aprovação de projetos, concessão de terrenos para a implantação dos projetos e demais medidas visando desburocratizar e dar mais celeridade aos procedimentos e processos no âmbito da SUFRAMA.

Tudo isso ocorreu com a presença ilustre do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, que esteve acompanhado do Ministro da Economia, Paulo Guedes, e do Secretário Especial de Produtividade, Emprego e

Competitividade, Carlos da Costa. Essa é a segunda vez que um Presidente da República participa de uma reunião do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, mas desta vez o prestígio se torna ainda maior pelo momento por que aquela região passa, com muitas incertezas sobre as consequências de uma iminente reforma tributária e abertura comercial para a Zona Franca de Manaus e também por conta da preocupação do mundo todo sobre a preservação da Floresta Amazônica.

O Presidente Bolsonaro destacou que a Amazônia é brasileira, é nossa! O Ministro Paulo Guedes em seu discurso destacou todas as riquezas da região como minérios, piscicultura, turismo, fruticultura e a biodiversidade que pode ser transformada em biotecnologia e bioindústrias. Essas riquezas devem se tornar realidade e sair do papel e do imaginário, mas para isso investimentos financeiros na região devem ser realizados. Sem esse investimento tudo continuará no discurso.

Faço questão de destacar algo de extrema importância: a diversificação da economia da região não pode preterir a Zona Franca de Manaus e, especialmente, o Polo Industrial de Manaus. O mais coerente e inteligente é que a diversificação ocorra em complemento ao que já temos. O Polo Industrial de Manaus hoje gera cerca de 90 mil empregos diretos e 400 mil indiretos, em mais de 500 indústrias instaladas, que pagam bilhões de reais em impostos. Ou seja, é algo que vem dando bons resultados para a economia da região e do Brasil. Tudo isso comprovado cientificamente com estudos da Fundação Getúlio Vargas, da Universidade Federal do Amazonas e do próprio Governo Federal, através dos estudos elaborados pela SUFRAMA.

Mas por que trago esse alerta? Simplesmente porque iniciaremos neste segundo semestre as discussões envolvendo a reforma tributária, e ela não pode vir a prejudicar a economia das regiões que necessitam de incentivos fiscais para se desenvolver.

Convido os demais Parlamentares da Região Amazônica para que juntos defendamos o fortalecimento da ZFM como ferramenta de proteção ambiental e desenvolvimento regional. E isso se inicia fazendo com que as vantagens comparativas da ZFM sejam mantidas na reforma tributária.

Poderia aqui me estender para mostrar números sobre como todos os Estados do País se beneficiam com a ZFM, mas isso farei em outro momento. Neste momento, registro a passagem do Presidente da República e sua equipe econômica pelo meu Amazonas, levando a confirmação de que o Governo Federal não fará nenhum movimento para prejudicar a ZFM. Espero que esses discursos ocorridos em Manaus se tornem realidade. Mesmo com a reforma tributária e mais

ainda com a abertura comercial, os investimentos e empregos gerados pelo Polo Industrial de Manaus devem ser mantidos, sob o risco de ferimento de morte da economia da Região Amazônica e severos danos à questão ambiental. Sem o Polo Industrial de Manaus e seu papel de base econômica que preserva a floresta, há possibilidade de vermos a Floresta Amazônica ser diminuída.

Sou Deputado da base do Governo, tenho minhas convicções sobre as mudanças para melhor de que este País necessita e que o Governo dará novos e melhores rumos ao País. Estarei aqui sempre apoiando essas mudanças para melhor. Contudo, é imperioso que essas mudanças não prejudiquem ou descontinuem algo que vem dando certo para o País, como a Zona Franca de Manaus. O Governo precisa estar atento a isso. Eu estarei aqui na Câmara como um soldado vigilante e sempre pronto para o bom combate.

Solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 10/92

228.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	20/08/2019-14:04
Publ.: DCD - 21/08/2019		
CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS - AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Suspensão de repasse de verbas ao Fundo Amazônia pela Alemanha e pela Noruega. Apreensão do orador com a possibilidade de extinção da Zona Franca de Manaus pela Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional. Potencialidades naturais do Estado do Amazonas. Malogro do Fundo Amazônia como instrumento de desenvolvimento social e de preservação do meio ambiente. Repúdio as ingerências externas na região amazônica. Conveniência da viabilização da Lei Geral de Licenciamento Ambiental e da definição de critérios para a exploração de recursos minerais em terras indígenas.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao fazer este discurso, quero

chamar a atenção para o que está acontecendo no Estado do Amazonas, na Amazônia brasileira.

O mundo todo cobiça aquela floresta, aquela região. Eu fico abismado com as notícias que estão correndo nas nossas mídias: Alemanha retira 155 milhões do Fundo Amazônia; Noruega retira 130 milhões do Fundo Amazônia. Senhores, Milton Friedman tem uma teoria econômica segundo a qual não existe almoço grátis. Por que estes países doam dinheiro para a Amazônia? Que interesse têm eles, se são os maiores poluidores do mundo? A Alemanha já recebeu várias multas da União Europeia por poluir - o maior poluidor do mundo é a Alemanha - e está querendo criar restrições ao nosso País.

Nosso Presidente já disse que a Amazônia pertence aos brasileiros. Este recurso quem regulamenta são os próprios investidores estrangeiros, são estes que doam este dinheiro, que vai para ONGs que têm interesses obscuros.

Nós estamos deitados na maior riqueza do planeta, mas nosso povo, Sr. Presidente, nobres Deputados, está passando necessidade. Temos os Municípios mais pobres do País. Mas temos soluções, sim! Nós temos uma riqueza que dá para ser aplicada de maneira sustentável. Temos nossa mineração: 90% da bacia de potássio do nosso País estão na Amazônia. Portanto, precisamos utilizar nossas riquezas. Quem sabe utilizar as riquezas da Amazônia são os amazonenses, os brasileiros. Além disso, queremos respeito. Nós queremos tomar conta da nossa terra.

Nós estamos passando por uma reforma tributária que acaba com a Zona Franca de Manaus, que é a PEC 45. O que querem? Nós não podemos usar a mineração, não podemos usar as indústrias! V.Exas. querem matar nosso povo de fome? Nós não podemos aceitar isso. Nós queremos a Zona Franca de Manaus e queremos usar nossas riquezas, tornar rico e próspero nosso povo.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
CAPITÃO ALBERTO NETO.**

Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tenho o orgulho de representar aqui o maior Estado brasileiro, o Amazonas. Tenho orgulho de ver que a Amazônia, que muitas vezes se confunde com nosso Estado e cobre grande parte do nosso território, está no centro dos debates internacionais sobre o Brasil. Não me baseio nas notícias da última semana ou dos últimos meses, já que muitas vezes o noticiário parece indicar que o problema nasceu no atual Governo. Tenho como base uma preocupação com a nossa floresta que eu ouço desde sempre, aparecendo mais ou menos a depender do interesse pelo resultado das notícias.

Fico grato ao saber que há tanta preocupação com a região que minha família e tantas pessoas queridas e de bem habitam. Dou razão à preocupação com meu querido Estado, maior que muitos países, Estado que tive o privilégio de conhecer de ponta a ponta. Testemunho aqui cada milagre que Deus colocou em forma de floresta, animal, igarapé e cultura de um povo que luta para progredir. Mas também sou testemunha da miséria, da falta de segurança, dos problemas na educação, da falta de acesso aos cuidados mínimos de saúde, além de muita injustiça. Infelizmente, ainda não vi a preocupação do mundo ser revertida em ação efetiva em prol da preservação da floresta que passa necessariamente pelo desenvolvimento do povo que a habita. O que vi até hoje é muita fala e pouca ação, uma fala que impede avanços e que reflete em ações que só pioram a vida do povo que represento nesta Casa. Por eles aqui estou e por eles eu dou cada passo nesta Casa.

Milton Friedman reverberou como ninguém que *"não há almoço grátis"*, descrevendo o conceito de custo de oportunidade na teoria econômica. A ideia é basicamente saber quanto custa usar o dinheiro em algo que lhe dá menos lucro, em vez de usar o mesmo dinheiro em algo mais lucrativo. É o popular termo *"deixei de ganhar dinheiro com aquilo"*. Uso aqui a teoria econômica, pois ela explica muita coisa, inclusive a lógica de investimentos de alguns países na dita "preservação da Amazônia". Sim, eu disse investimento, já que as "doações" trazem um retorno gigantesco para alguns países que lucram em manter o Brasil no *status* de país do futuro, mas de um futuro que nunca chega. Se depender do Governo do nosso Presidente Bolsonaro, da vontade da maioria de membros desta Casa e do meu mandato, esse futuro vai chegar, muito mais rápido do que a torcida contra pode pensar.

No tema ambiental, vivemos das falácias dos novos tempos. A Noruega, que anunciou a retirada de 130 milhões de reais do Fundo Amazônia, está no Brasil, entre outras atividades, representada por estatais na mineração e no petróleo. Só para os senhores saberem, a previsão é que em 2030 cerca de 25% da produção de todo o petróleo

da estatal norueguesa venha do Brasil. Nem falo da mineradora norueguesa, que tinha uma tubulação "ladrão" clandestina em um reservatório ligada a uma nascente em Bacarena, no Pará, pois isso já é notícia velha. Ademais, a Alemanha, que por sua vez anunciou que irá bloquear 155 milhões de reais, é o maior poluidor da Europa - 95% da poluição por óxidos de nitrogênio vêm da criação de animais e de atividades agrícolas. No ano passado, a União Europeia chegou a multar a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Itália, a Hungria e a Romênia por não se aterem a padrões de qualidade do ar.

Com base nestas incoerências, sempre tive dúvidas fundamentais sobre o Fundo Amazônia: por que países desenvolvidos e com passados imperialistas "doam" dinheiro para a preservação da Amazônia? Por que o dinheiro doado tem que ter aplicação controlada pelo doador em um território sobre o qual há um Estado estabelecido com suas regras? Por que os países que doam para a preservação da Amazônia apoiam ou desenvolvem atividades potencialmente poluidoras ou causadoras de impacto ambiental em seu território, em outros países ou mesmo em outras regiões do Brasil? Qual é o interesse em manter a Amazônia numa inércia de desenvolvimento social e sob constante alarmismo de ameaça ao futuro da raça humana? O que há por trás da preservação a todo custo? Qual é o preço desse "almoço grátis"?

O conhecedor de história sabe que este conflito não é recente e remonta incursões estrangeiras na região no século XIX e a tomada em 1904 pela Coroa Britânica da região de Pirara, em Roraima, na dita "defesa dos povos indígenas". Eis o neocolonialismo econômico em que nações subjugam as demais com o uso de recursos pilhados e a relativização da soberania dos países sobre determinadas regiões ricas em recursos, utilizando-se de falácias e causas de apelo geral. Mas, olhando o exemplo destas nações, vemos facilmente que é o popular "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço" (senão, eu não consigo competir). Como resultado, esse almoço é pago pelo povo brasileiro à custa da falta de exploração sustentável dos seus recursos.

Sim, nossa maior riqueza é a biodiversidade e a exuberância da Amazônia, e esta riqueza é ressaltada a todo custo por todos os órgãos, países e pronunciamentos. Mas um tesouro gigante está um pouco além do que se vê e é tão pouco noticiado, que fica diluído no alarmismo da imprensa. Já não é segredo para ninguém que a Região Amazônica brasileira é a última fronteira natural com alto potencial econômico a ser explorada no mundo. É um patrimônio do Brasil que hoje tem toda a tecnologia para que a produção mineral possa ser feita de maneira coerente, gerando renda e medidas de compensação que minimizam o impacto local, mas que resultam em um impacto positivo imensurável que pode financiar o desenvolvimento da nossa

sociedade.

Deus realmente foi bondoso com nosso Estado, pois temos tanta diversidade de riquezas minerais como temos de cultura e de espécies da nossa floresta. Entretanto, temos ainda incipiente a mineração em Pitinga, que produz estanho, urânio, ferro, nióbio e tântalo e a bauxita em Presidente Figueiredo, Urucará e Nhamundá. Tenho o orgulho de dizer que a maior reserva de nióbio do mundo está no Morro dos Seis Lagos, em São Gabriel da Cachoeira, que a maior reserva de gás natural em área terrestre do Brasil está nas bacias do Solimões e do Amazonas e que a segunda maior reserva de potássio do mundo também está no Amazonas. Ainda temos reservas de cassiterita, caulim, ouro e diversos minerais de ocorrência natural, com um potencial gigante de fazer muito mais em prol do Amazonas e do Brasil. Por outro lado, de forma incoerente, o Brasil importa gás da Bolívia, tendo gás na Amazônia. Importa cerca de 90% do potássio usado para a produção de fertilizantes, tendo uma reserva gigantesca no Amazonas, o que encarece nossa produção rural. Como resultado, enriquecemos outros países, ao invés de desenvolvermos nosso sistema produtivo e, por consequência, nossa sociedade. Esta é, infelizmente, a realidade que não é contada à nossa população.

Dinheiro não cresce em árvore e, para desenvolver nossa sociedade e preservar nossa floresta, precisamos de recursos e projetos claros, o que não foi alcançado pelo Fundo Amazônia. Com interesses opacos, o fundo financia ONGs que geraram iniciativas que resultaram no que temos hoje: a relativização da soberania brasileira no território amazônico. Na fala vazia da defesa ambiental, sem atos concretos, atendendo a interesses de outros países, criamos uma legislação amarrada e tão difícil, que muitas vezes inviabiliza empreendimentos que trazem emprego, *royalties*, desenvolvimento e dignidade para nosso povo. O licenciamento ambiental é custoso, não restando claro quais são os estudos necessários, o tempo previsto para o processo e a viabilidade de empreendimentos em determinadas regiões. Em adição, no Amazonas temos a dificuldade da falta de legislação para a exploração mineral em terras indígenas, que ainda aguarda regulamentação desde a promulgação da Constituição Federal há mais de 30 anos.

Com o arcabouço legal hoje instalado, é quase impossível viabilizar os investimentos. Sem investimento, não há desenvolvimento, que não gera imposto, que não gera arrecadação, que não financia a fiscalização. Assim, multiplicam-se empreendimentos irregulares que desmatam e poluem, como a extração ilegal de madeira e o garimpo ilegal. Multiplicam-se também as falas e as imagens que se utilizam da lógica hoje instalada que impede o desenvolvimento do Brasil, garante a degradação da floresta e a notícia certa de que o Brasil não tem competência para gerir a Amazônia. É o caos e a degradação do Brasil

que são obtidos como resultados, afastando qualquer ameaça que este País do futuro possa representar para as nações desenvolvidas.

Para concluir, Sr. Presidente, ressalto que represento aqui o Estado que tem a maior riqueza deste País, mas que tem um povo sofrido que há muito tempo carece que esta Casa cumpra sua função de redigir leis em benefício de seu povo. Chega de interferência externa nas riquezas da nossa Amazônia que emperram nosso desenvolvimento! Precisamos nesta Casa viabilizar a Lei Geral de Licenciamento Ambiental e definir os critérios para a exploração de recursos minerais em terras indígenas, em respeito e em prol de todos os brasileiros.

Não aceitaremos que qualquer lei possa ferir o interesse público. Também não podemos aceitar que amarras legais ou discursos de apelo geral financiados por interesses externos não alinhados ao desenvolvimento do Brasil nos prendam deitados em um berço esplêndido de riquezas, cercados por miséria e degradação.

Hoje há tecnologia e conhecimento suficientes para reduzir ao mínimo o impacto ambiental de empreendimentos, que por outro lado gerarão impactos positivos no País, alavancando nossa população ao nível que ela merece. Estamos de braços abertos para que os países que queiram investir no Brasil possam fazê-lo, com projetos claros, de forma a implementar empreendimentos que tragam o desenvolvimento sustentável. Temos condições de estabelecer leis que protejam riquezas intangíveis como nossa floresta e nossa cultura, que inclui a cultura dos nossos irmãos índios, brasileiros como todos nós aqui. Temos em nossas mãos o poder de mudar o destino de nosso povo, garantindo que a Amazônia seja de uma vez por todas integrada e empossada ao Brasil. Vamos dar aos brasileiros o País que eles merecem!

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste discurso pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 11/92

232.2019 Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/08/2019-
CD 14:20

Publ.: DCD - 22/08/2019 - REGINALDO LOPES-PT -MG
13

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reforma tributária. Necessidade de ampliação do debate a respeito do tema.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que trata da reforma tributária, na verdade trata apenas da tributação indireta no País. Esta Casa tem a obrigação de ampliar esse debate, porque a aprovação dessa MP seria um crime contra a economia brasileira, em especial contra o consumo. E, se é contra o consumo, é contra a possibilidade de a economia brasileira voltar a crescer, porque ela é dependente em 80% do consumo das famílias. Nós não podemos aceitar que esta Casa institucionalize num único imposto, o Imposto sobre Bens e Serviços, a maior tributação sobre consumo no mundo, que é de quase 30%. E o pior, prejudicando os mais pobres, porque não quer mais desonerar...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 12/92

241.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/08/2019- CD	20:36
Publ.: DCD - 28/08/2019 - 242	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inexistência de acordo para votação de matérias constantes na pauta.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente Soraya Santos, quero deixar claro, e já avisei a vários Líderes, que não temos acordo em vários pontos da pauta.

O primeiro ponto é a MP 882, que desmonta o BNDES e ajuda um processo de aumento das parcerias público-privadas. Ele "desburocratiza" - entre aspas - para privatizar e dar recursos públicos

para interesses privados.

O segundo ponto é a reforma política. Nós sequer temos acesso ao novo texto que está sendo elaborado. No último texto do relator, vários problemas foram apontados pelo PSOL.

Portanto, vamos manter nossa obstrução nesses dois pontos.

É evidente que o projeto dos peritos da Câmara, que é diferente do projeto do Senado, é uma coisa, mas, em relação a esses dois pontos, quero deixar registrado nossa posição de obstrução a esses projetos, mantendo ao mesmo tempo o debate sobre a verdadeira tragédia ambiental que vemos no Brasil potencializada pelo Governo Bolsonaro.

Documento 13/92

240.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - 27/08/2019-14:16 CD	
Publ.: DCD - 28/08/2019 - 37	CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS - AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Repúdio à interferência do Presidente da França, Emmanuel Macron, em assuntos internos do Brasil relativos à Amazônia. Prejuízos causados à Zona Franca de Manaus, Estado do Amazonas, pela Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional. Defesa do desenvolvimento da região amazônica.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, venho a esta tribuna alertar o povo brasileiro e mandar um recado para o mundo: a Amazônia pertence aos brasileiros. Aqui não é terra de Macron, aqui é a terra do nosso povo, que eu represento nesta Casa.

Há uma cortina de fumaça que não é das queimadas, não, porque as queimadas são um fenômeno natural - e é lógico que podem ser agravadas pelo desmatamento. Mas se considerarmos a amplitude do planeta, veremos que está havendo muito mais queimadas na África do que na Floresta Amazônica.

Eu quero questionar agora o Presidente da França, que não está cuidando nem da casa dele e quer dar pitaco aqui no nosso País. Por que ele não questionou os Estados Unidos quando houve queimadas

na Califórnia? Por que ele não questionou a Grécia quando houve uma queimada na ilha de Evia? E quanto ao incêndio florestal em Portugal? Por que ele não questionou nenhum desses países e agora, com interesses obscuros, vem questionar o Brasil?

Nós merecemos respeito. A Amazônia pertence aos brasileiros. Aqui não é terra de Macron!

Sra. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - O pedido de V.Exa. está deferido, Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO.

Exma. Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, *"a mentira dá a volta ao mundo antes que a verdade tenha tempo de se vestir"*. Esta frase, de Winston Churchill, é a que melhor se aplica ao que aconteceu na semana passada quanto às queimadas na Amazônia.

Eu venho aqui hoje para dissipar a cortina de fumaça causada pela mentira e não pelo fogo na Amazônia. Essa é a mesma mentira que levou o Brasil para o fundo do poço e à situação de caos na saúde, educação e segurança pública. É a mentira que dizia que a crise "era só uma marolinha", mas criou o tsunami de falta de empregos que hoje assola milhares de família. É a mentira que sustentou o verão em Paris dos socialistas que nos governaram e hoje dominam as mídias sensacionalistas que propagam nada mais que lixo e ataques ao atual Governo, sem se importar com o Brasil. A sintonia foi tanta com a capital francesa a ponto de o embuste ter chegado ao palacete do pior Presidente da história da França, que disse que a Amazônia era a casa dele. Não é!

Alguém me explica como o Fundo Amazônia perde recursos de origem de governos imperialistas em uma semana e na outra a floresta pega fogo de forma a alarmar o mundo "como nunca antes na história deste País"? Quem falava essa frase falava as mentiras com tanta certeza, que fez uma escola, que agora continua a obra para o sucesso do fracasso do Brasil. O que estamos fazendo agora é devolver o Brasil

para o brasileiro.

Ninguém quis tomar a ilha de Evia, que ardia em chamas na Grécia na semana passada. Ninguém questionou a capacidade dos portugueses diante de grande incêndio florestal no final de julho último, na mesma região do grande incêndio ocorrido no ano de 2017. Ninguém falou em tomar as riquezas dos museus e igrejas da Europa após o incêndio de Notre-Dame. Ninguém!

Por que ninguém ousa chamar a reunião do G7 para discutir a capacidade dos Estados Unidos da América em controlar os incêndios rotineiros na Califórnia? Alguém ousaria questionar a soberania americana sobre o seu maior Estado? Alguém? Nesses lugares as queimadas são rotineiras e fenômenos naturais. Na Amazônia, é o fim do mundo. Ninguém se preocupa com as queimadas que acontecem na mesma latitude na África, que, na verdade, são mais intensas do que no Brasil. Ninguém se preocupa com as queimadas que acontecem na Itália neste momento. Por quê? Simplesmente porque nenhum desses lugares têm as riquezas da Amazônia. E só!

A Amazônia não é a casa de Macron, mas do povo que eu represento aqui.

Presidente Macron, o prato fino de suas refeições, que é fruto dos roubos do passado do seu país, não alimenta o ribeirinho. O dinheiro do seu terno de alta costura não trata a doença do amazonense do interior, que se prolonga e se agrava por falta de acesso a um serviço de saúde adequado. O seu quadro mais caro e mais valioso não se compara com qualquer ângulo da Amazônia, que tem riquezas que nem todo o dinheiro do mundo pode comprar. Isso lhe causa medo.

Infelizmente, quem reverbera a fala mentirosa de Macron esquece que o seu palácio foi construído pelo espírito colonialista e tem as paredes pintadas com o sangue dos nativos dos países explorados pelo imperialismo e afrescos decorados com o ouro dos povos originários de diversos territórios, inclusive a Amazônia da Guiana Francesa. Esta Guiana é francesa por conta da gana do colonialista que hoje tem medo do que o Brasil pode ser. Por que os franceses não têm interesse em devolver Guiana Francesa aos nativos que lá se submetem à França? Da mesma forma, a Guiana, nossa vizinha, é liderada pela Rainha da Inglaterra.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não se enganem: estão todos à espreita para tomar a nossa Amazônia, mas a Amazônia dos Estados do Norte do Brasil nunca foi mais nossa do que agora.

Para encerrar, Sra. Presidente, quero dizer que temos nessa legislatura a oportunidade de corrigir erros do passado e fazer do Brasil não o

País do futuro, mas o País que causa medo a Macron. A discussão levantada ressalta que a Região Amazônica está no centro de qualquer política que o País adotar. É a espada e o escudo do Brasil em qualquer batalha, seja no campo econômico, energético, ambiental ou social.

O Poder Executivo brasileiro hoje faz acordos comerciais com elevado potencial de retorno ao Brasil, como o do MERCOSUL com a União Europeia, o que atinge interesses comerciais, e como o dos produtores rurais da França, que reagem utilizando nossa inércia na Amazônia. Com os demais acordos, não será diferente.

Hoje temos as maiores riquezas do mundo aos pés dos amazonenses, que enfrentam a miséria herdada da falta de proteção ambiental inconsciente e da mentira alarmista. Nesta Casa temos a chance de melhorar a vida do brasileiro através de reformas, mas temos que ter a consciência do que o Brasil precisa para se defender dessas guerras mercadológicas.

A PEC 45 é linda em teoria, mas acaba com o maior protetor da Floresta Amazônica, que é a Zona Franca de Manaus. Ressalto e repito aqui: vou lutar com todas as minhas forças para a proteção da Amazônia, o que depende incondicionalmente de fortalecer a Zona Franca de Manaus. Para tal, temos que desenvolver a infraestrutura para a Região Amazônica, temos que organizar o ordenamento jurídico para que possamos explorar nossas riquezas e desenvolver de forma sustentável a nossa Região Norte. Somente assim essa relativização de nossa soberania será afastada de fato.

Temos que proteger o desenvolvimento da Amazônia como protegemos o desenvolvimento do Brasil. Não haverá desenvolvimento do Brasil sem desenvolvimento do povo da Região Amazônica. Espero que o recado dado nestes últimos dias abra os olhos dos brasileiros que ainda não acordaram e ainda acreditam nas mentiras fáceis que são a causa da vida difícil dos brasileiros.

Solicito a divulgação deste discurso pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado!

Sumário

Repúdio à ingerência do Presidente da França, Emmanuel Macron, na questão ambiental brasileira. Defesa de preservação da soberania nacional sobre a Amazônia. Apoio à gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de preservação da Zona Franca de Manaus no processo de apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reforma do Sistema Tributário Nacional.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, algo muito grave está acontecendo no mundo: estão atacando a soberania nacional, o nosso País.

Eu venho a esta tribuna dar um recado para o povo brasileiro e para o Presidente da França. Aqui não é quintal da casa do Presidente Macron. O Presidente da França não cuida nem do país dele, que está com alto índice de desemprego. A sua popularidade está em baixa e quer utilizar as queimadas na Floresta Amazônica para discutir a questão ambiental. Eu fico pasmo com tanta ignorância!

Senhores, as queimadas são um fenômeno natural. Se nós pegarmos a latitude onde está localizada a Floresta Amazônica e formos para o outro lado do planeta, vamos encontrar a África, onde está havendo muito mais queimadas nesse momento do que na Floresta Amazônica, 10 vezes mais. E ninguém está falando nada.

Em 2017, quando houve incêndio numa floresta em Portugal, o Presidente Macron não falou nada. Tampouco ele ousou comentar as queimadas nas florestas da Califórnia no seu Twitter ou em qualquer pronunciamento ambientalista que tenha feito.

Parece que esse Presidente tem interesses obscuros ou interesses populistas, aproveitando que há na União Europeia uma onda crescente do Partido Verde para se mostrar um grande defensor ambiental, mas, de maneira covarde, de maneira ignorante, criou essa cortina de fumaça com tantas mentiras. E essa mentira que foi propagada está viajando o mundo e pode prejudicar o nosso País.

Nós não podemos aceitar essa interferência. O Brasil sabe cuidar da sua floresta. A Amazônia pertence aos brasileiros. Parece que há um medo das riquezas que nós temos.

O Presidente tem conduzido sim esta Nação, com grandes reformas,

com acordos internacionais jamais vistos, e isso tem causado um temor, porque a riqueza que nós temos é imensurável, não tem preço a nossa floresta. É lógico que precisamos frear o desmatamento, isso é óbvio, e nós sabemos fazer isso.

Nós temos, no Norte, o maior projeto de preservação do País e do mundo, que é a Zona Franca de Manaus. E ela precisa ser respeitada, Presidente Rodrigo Maia, nessa reforma, na Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019. Se não preservamos a Zona Franca de Manaus, nós vamos criar de imediato uma crescente do desmatamento. E aí, sim, não só a França, mas também o mundo todo vai se voltar contra o Brasil, e ninguém vai querer comprar nenhum produto brasileiro. Isso vai afetar a nossa economia.

Preservar a Zona Franca de Manaus é preservar a economia do nosso País, e ela precisa ser preservada na PEC 45/19, porque hoje ela extermina qualquer tipo de desenvolvimento regional.

Mas eu quero deixar claro que não podemos aceitar nenhuma interferência. O Presidente Macron mancha a história da França e os ideais da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade. Ele mancha a história francesa. Não cuidou nem sequer do incêndio da Catedral de Notre Dame, e vai vir cuidar da Floresta Amazônica?

Vamos parar com essa hipocrisia! Há interesses obscuros, e eles não são republicanos, não são ambientalistas, são interesses individuais.

Então, fica esse alerta, fica esse recado para o Macron. Aqui não é a terra do Macron. A Amazônia pertence aos brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 15/92

240.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - 27/08/2019- CD	19:32
Publ.: DCD - 28/08/2019 - 182	ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na semana passada tivemos algumas

audiências públicas sobre a reforma tributária. As conversas estão ocorrendo muito bem, as apresentações estão sendo extremamente esclarecedoras, as discussões são enriquecedoras, o ambiente é muito bom dentro da Comissão Especial sobre a reforma tributária, porque estamos discutindo assuntos extremamente importantes para a sociedade brasileira.

O Deputado Hildo Rocha, que conduz a Presidência dessa Comissão, fala - e eu assino embaixo - que nós precisamos ter foco, muito foco na discussão sobre a reforma tributária, porque essa reforma tem que ter quatro grandes valores.

O primeiro é a simplicidade. O sistema tributário, complexo como ele é hoje, é muito para muitos poucos, é acessível para poucos na sociedade brasileira. É um sistema tributário que inclusive provoca a exclusão social, porque quem não entende o sistema tributário brasileiro não tem a menor chance de empreender, de fazer o seu negócio no Brasil.

O segundo é a neutralidade. Precisamos de um sistema que não gere disfunções, que não gere anomalias, que não atrapalhe o empreendedor na hora de empreender, que não gere distorções na economia, que é exatamente o que acontece hoje no sistema tributário.

O terceiro é equidade, todos pagando de forma igual. O sistema tributário brasileiro hoje é cheio de exceções, de subsídios, de *lobbies* que conseguiram vantagens competitivas e acabam pagando muito pouco. No Brasil, quem pode mais está pagando muito menos, porque tem o poder dos *lobbies*.

O quarto e último, talvez um dos pontos mais importantes dessa reforma, é a transparência. O brasileiro finalmente vai ficar sabendo o que paga de tributo, seja na roupa, seja no calçado. E digo isso porque hoje, simplesmente, nenhum brasileiro sabe o que paga de tributos. E, quando soubermos, quando tivermos uma fotografia clara e transparente - talvez sintamos vergonha do que pagamos de tributos sobre o consumo e a renda -, vamos finalmente colocar a discussão tributária na pauta política e começar a questionar o tamanho do Estado brasileiro, pesado, gordo, que custa tanto ao povo brasileiro.

Então, que façamos essa reforma com responsabilidade e muito foco, porque o povo brasileiro merece um sistema tributário que finalmente o ajude a trabalhar e a empreender!

Muito obrigado.

014.1.56.N	Sessão Extraordinária - CN	28/08/2019-12:24
Publ.: DCN - 29/08/2019 - 160	HILDO ROCHA-MDB -MA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aumento da população brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Soraya Santos, hoje saiu o resultado da estimativa do IBGE em relação à nossa população. A população brasileira passou de 210 milhões de brasileiros, uma população que cresce e que necessita das políticas públicas.

Nós precisamos, para que nós possamos atender à necessidade da população, urgentemente, de fazer aquilo que a Câmara já iniciou e em que já está bem avançada, que é a reforma tributária, para que a gente possa fechar a janela da sonegação, da elisão fiscal.

A proposta que foi apresentada pelo Deputado Baleia Rossi, que é a PEC 45, visa simplificar o nosso sistema tributário, dando mais transparência, e a Comissão, para que os meus colegas de lá me escolheram como Presidente, está funcionando plenamente. Já tivemos ontem uma audiência pública com vários especialistas, ex-ministros, como Máílson da Nóbrega, que mostraram a potencialidade para diminuir a regressividade dessa proposta. Inclusive, especialistas do Ipea fizeram uma estatística através de estudos, mostrando que a PEC 45 vai diminuir a regressividade, vai diminuir a injustiça tributária em nosso País e melhorar todo o aspecto econômico do nosso País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 17/92

265.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	10/09/2019-14:12
Publ.: DCD - 11/09/2019 - 37	JOSÉ RICARDO-PT -AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Repúdio às manifestações do Ministro da Economia, Paulo Guedes, a respeito da Zona Franca de Manaus, no Estado do Amazonas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, mais uma vez o Governo Bolsonaro, através do Ministro da Economia, Paulo Guedes, ataca a Zona Franca de Manaus com mentiras, dizendo que é um modelo antieconômico e que custa bilhões em incentivos fiscais. Só que ele omite a realidade.

A Fundação Getúlio Vargas, num trabalho recente, mostrou não só a questão da geração de emprego, da modernização do parque industrial, da industrialização acelerada por conta da atividade econômica da Zona Franca de Manaus, mas também a expansão da renda *per capita*, que aumentou nos últimos 20 anos; e a redução das renúncias fiscais da Zona Franca de Manaus de 17,1%, em 2009, para 8,5%, em 2018. Portanto, há um aumento também da arrecadação federal graças à Zona Franca de Manaus.

Além disso, nós temos um parque industrial que contribuiu para a manutenção da floresta em pé no Estado do Amazonas. Os estudos já mostraram isso. Mais de 90% da cobertura vegetal no Estado do Amazonas está preservada graças ao modelo da Zona Franca de Manaus. Portanto, ele evitou desmatamento, degradação ambiental.

Por isso nós queremos aqui defender a Zona Franca de Manaus, como o Brasil, como uma estratégia de soberania nacional, como uma estratégia de defesa da Amazônia. Dada a importância da Zona Franca de Manaus, nós estamos insistindo em que ela seja preservada na reforma tributária, em razão de emendas de minha autoria e de outros Parlamentares também do Estado.

Nós não podemos aceitar as mentiras do Ministro da Economia, que está se tornando um inimigo da Amazônia, da Zona Franca de Manaus e do povo do Estado do Amazonas, que depende da Zona Franca de Manaus.

A SRA. PRESIDENTE (Geovania de Sá. PSDB - SC) - Obrigado, nobre Deputado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, novamente o Ministro da Economia do Governo Bolsonaro, Sr. Paulo Guedes, ataca de forma ignorante a Zona Franca de Manaus (ZFM).

O novo ataque foi feito em uma palestra na cidade de Fortaleza, no Ceará. Paulo Guedes disse, em relação à Zona Franca: "*É antieconômico e tudo malfeito*". Guedes ainda disse que a Zona Franca é um modelo ruim, que atrapalha e custa bilhões em renúncia aos cofres da União.

Em abril, o Ministro já havia feito declarações contra a Zona Franca. Na época, em entrevista à *Globo News*, Guedes disse que poderia privilegiar outros Estados do Brasil em detrimento do Amazonas, retirando a diferenciação tributária em relação às alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

Neste momento de desmatamento e de aumento do número de queimadas na Amazônia, o Governo Federal deveria estar fomentando modelos de desenvolvimento regional como a Zona Franca, que ajuda a preservar o meio ambiente e a manter em pé a Floresta Amazônica. A ZFM é importante porque mantém em pé 98% da Floresta no Estado. Além disso, proporciona uma arrecadação estadual e federal que justifica a sua existência. Da ZFM saem recursos para manter a Universidade do Estado do Amazonas, além do Fundo para Interiorização e Turismo.

Por outro lado, os ataques de Paulo Guedes à Zona Franca de Manaus ferem o Estado do Amazonas, que depende da ZFM. A arrecadação principal que mantém o orçamento público vem das empresas industriais e comerciais da ZFM. Sem os incentivos e sem as vantagens do IPI, do Imposto de Importação, do Imposto de Renda, bem como da redução do ICMS, não há vantagens em estar em Manaus. Novas empresas não teriam interesse de se instalar no Amazonas.

Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) já revelou que a Zona Franca de Manaus promoveu forte expansão da renda *per capita*, industrialização acelerada na região, consolidação de parque industrial sofisticado e importante geração de emprego qualificado na indústria de transformação. Em 1970, no começo da ZFM, a renda *per capita* de São Paulo (R\$ 17,4 mil) era 7 vezes maior do que a do Amazonas (R\$ 2,4 mil). Em 2010, a renda *per capita* de São Paulo (R\$ 30 mil) era 1,8 vezes maior do que a do Amazonas (R\$ 17 mil).

Da mesma forma, as renúncias fiscais da ZFM caíram de 17,1%, em 2009, para 8,5%, em 2018. Tudo isto, graças ao forte aumento da arrecadação federal no Amazonas e à eficiência das indústrias localizadas no PIM, como pode atestar também o estudo da FGV, que

conclui que a indústria na ZFM agrega mais valor por real produzido do que a indústria de transformação brasileira.

Portanto, na verdade, é tudo o contrário do que o Ministro Guedes afirma e que parece mais uma defesa dos interesses do Sudeste, onde estão concentrados mais da metade dos gastos tributários do País

Em relação à proposta de orçamento de 2020, encaminhada pelo Presidente da República, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) é o Órgão federal no Amazonas que mais está perdendo recursos. A SUFRAMA está sendo sucateada. Vale destacar também que na gestão de Bolsonaro a indústria do País já acumulou queda de 1,6% no primeiro semestre de 2019.

Por isso, vamos continuar na luta em defesa da ZFM, principalmente agora, com a votação da reforma tributária, que, entre vários pontos preocupantes, quer acabar com as vantagens comparativas do nosso único modelo de desenvolvimento.

Já apresentei emenda a essa reforma em defesa da Zona Franca. O Estado depende dela e sua população, também.

Vamos à luta!

Documento 18/92

267.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	11/09/2019-14:52
Publ.: DCD - 12/09/2019 - 118	MOSES RODRIGUES-MDB -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO	

Sumário

Inadmissibilidade da adoção de medidas prejudiciais aos setores de saúde e educação no processo de apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/MDB - CE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, eu trago uma preocupação para esta Casa: a reforma tributária. Está sendo discutida

hoje a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e, na tentativa de unificação dos impostos, com a criação do imposto único, temos observado que alguns setores de serviço, como as áreas da educação e da saúde, estão totalmente prejudicados.

Eu propus quatro emendas a esta proposta, para que possamos logicamente preservar os direitos da educação no Brasil. A preocupação hoje é com PIS, COFINS e ISS, que representam em torno de 8% para esses setores, que têm sua folha bastante onerada. De acordo com a proposta, na unificação, esses tributos passariam de 8% para 25%.

Sra. Presidente, concluindo, nesses 30 segundos que me restam, essa preocupação que trago a esta Casa deveria ser discutida na Comissão Especial da reforma tributária para fazermos uma avaliação. Esse setor de serviços, tanto a área da educação quanto a área da saúde, gera milhões de empregos. Desde 2014, o Brasil sofre com a falta da geração de emprego, o que pode agora ser acentuado se essa proposta for aprovada nos termos atuais.

Então, esta Casa tem que trabalhar e tem que estar atenta a essa proposta. Que possamos trazer os dados reais e verificar o que realmente pode ser feito em apoio à área da educação e da saúde.

Sra. Presidente, peço a V.Exa. que autorize o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* sobre a nossa defesa para preservar o setor de serviços nas áreas da educação e da saúde nessa Proposta de Emenda à Constituição nº 45, que trata da reforma tributária.

Documento 19/92

275.2019

Sessão Deliberativa Ordinária -
CD 17/09/2019-14:16

Publ.: DCD - 18/09/2019 -
45 JOSÉ NELTO-PODE -GO

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Sem revisão do orador.) - Sra.

Presidente, a nossa pauta aqui é sempre econômica.

Eu estou preocupado com a crise pela qual o Brasil está passando.

Esta reforma tributária que está na Casa nós de Goiás não apoiamos. Ela é uma reforma tributária para atender São Paulo, para atender Rio de Janeiro e para atender Minas Gerais. Será um retrocesso para os médios e para os pequenos Estados da Federação, porque ela tributa o consumo.

Por isso, Sra. Presidente, com todo o respeito que tenho pelo Líder Baleia Rossi, eu jamais irei votar uma reforma tributária para retirar empregos do povo goiano, dos nossos trabalhadores; para retirar emprego e também para retirar a oportunidade de empresas do Brasil todo e também empresas internacionais irem para Goiás gerar riqueza, gerar trabalho.

Esta reforma prejudica o Estado de Goiás.

Nós queremos cobrar, mais uma vez, do Ministro da Economia, Paulo Guedes: "*Cadê a sua reforma tributária?*".

Nós queremos discutir a reforma tributária, queremos discutir o pacto federativo. O Brasil precisa mudar. O Brasil precisa crescer.

Por isso, já deixo aqui registrada a minha posição contra a atual reforma tributária que está nesta Casa.

Solicito que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sra. Presidente.

Documento 20/92

275.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 17/09/2019-14:48
Publ.: DCD - 18/09/2019 - 56 JOSÉ NELTO-PODE -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Prejuízos causados ao Estado de Goiás pela Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional, em tramitação na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Geovania de Sá, eu quero deixar registrado, nesta tarde de terça-feira, que a proposta de reforma tributária do

nosso colega Deputado e Líder Baleia Rossi, com todo o respeito a S.Exa., prejudica o Estado de Goiás, prejudica o investimento de novas empresas e também a geração de empregos, porque ela se baseia no consumo. A reforma deveria beneficiar o Estado de Goiás, o Estado do Rio de Janeiro, o Estado de Minas Gerais, onde nós temos as maiores populações. Daí o nosso trabalho para rediscutir essa proposta.

Depois de conversar hoje com o Governador Ronaldo Caiado, eu jamais poderia permitir que se aprovasse uma reforma tributária que venha a prejudicar o meu Estado, que tem 7 milhões de habitantes. Quero deixar bem clara a nossa posição. Estaremos atentos a qualquer proposta de reforma tributária.

Queremos um novo pacto federativo, queremos desonerações, para que o Estado realmente possa ter dinheiro para fazer investimentos. E a proposta de reforma tributária deveria vir do Governo. Quero cobrar neste momento o Ministro Paulo Guedes para que ele envie a sua proposta de reforma tributária para ser discutida e votada neste Parlamento.

Peço que este pronunciamento conste do programa *A Voz do Brasil*.

Documento 21/92

298.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 01/10/2019-16:56
Publ.: DCD - 02/10/2019 - 97 CELSO SABINO-PSDB -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização de debate a respeito da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional, nos Municípios de Tucuruí e Breu Branco, Estado do Pará. Convite aos telespectadores da TV Câmara para acompanhamento de palestra sobre a reforma tributária na Faculdades dos Marajás, no Município de Marabá. Realização, pela Comissão Especial da PEC nº 45, de 2019, de seminários destinados aos servidores do Fisco; aos empresários do setor atacadista e varejista; ao segmento de serviços; aos contadores e advogados do Estado do Pará, na Capital Belém.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós fizemos, na última quinta-feira e sexta-feira, nos Municípios de Tucuruí e Breu Branco, no Pará, um debate com os comerciantes e com os empresários daquelas cidades sobre a reforma tributária, a Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 45, de 2019, que tramita aqui na Câmara dos Deputados.

Na próxima quinta-feira, 3 de outubro, Sr. Presidente e colegas Deputados, estaremos na cidade de Marabá, no sudeste do Estado do Pará, numa palestra na Faculdade Carajás.

Eu quero convidar todos os que nos acompanham pela TV Câmara a participarem, às 18 horas, dessa palestra em que vamos esclarecer aos comerciantes, aos empresários, aos advogados, aos profissionais de contabilidade e também aos servidores públicos do Município de Marabá e da região um pouco sobre a proposta de reforma tributária que tramita nesta Casa.

Na próxima semana, Sr. Presidente e colegas Deputados, na quinta-feira, a Comissão Especial que trata da PEC 45/19 aqui na Câmara dos Deputados vai estar em Belém, Capital do Estado do Pará, às 14 horas, na sede da Secretaria de Fazenda do Estado, para fazer um seminário direcionado aos servidores do Fisco estadual, federal e municipal. À noite, no Hangar, nós vamos realizar um seminário direcionado aos empresários do setor atacadista e varejista do Estado do Pará. E na sexta-feira, às 12 horas, nós vamos promover um almoço na centenária Associação Comercial do Estado do Pará, que tem 200 anos, e um seminário direcionado para o segmento de serviços e também para os contadores e advogados.

Então, fica franqueado o convite a todos os Parlamentares do Amapá, do Maranhão, do Estado do Pará, do Amazonas, da Região Norte que queiram participar, em Belém, na próxima semana desses eventos.

Documento 22/92

299.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/10/2019- CD 22:12
Publ.: DCD - 02/10/2019 - 278	CELSO SABINO-PSDB -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização de seminários em Belém, Estado do Pará, pela Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos discutindo nesta Casa um tema muito importante para o setor produtivo, para os empreendedores, para os geradores de emprego, para os servidores públicos da área

fazendária, que é a reforma tributária, na PEC 45.

Eu venho comunicar ao Plenário e à Mesa que, na próxima semana, no dia 10 de outubro, quinta-feira, a Comissão Especial que trata da PEC 45 estará na capital do Estado do Pará, em Belém, para realizar um seminário para os servidores fazendários da Receita Federal, da Receita Estadual e das Receitas Municipais.

Outro seminário, no mesmo dia, será direcionado aos segmentos atacadistas e varejistas. E no outro dia, 11 de outubro, a Comissão Especial fará uma palestra na nossa centenária Associação Comercial do Pará, para um público do setor de serviço e também para contadores e advogados.

Então, faço aqui esse registro de que o Congresso Nacional está buscando esclarecer e receber críticas e sugestões.

Documento 23/92

299.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/10/2019- CD	22:16
Publ.: DCD - 02/10/2019 - 279	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização de seminário no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, pela Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia 5, sábado, às 10 horas da manhã, nós vamos realizar em Joinville um seminário da Comissão Especial da Reforma Tributária, promovido pela Comissão na pessoa do Presidente Hildo Rocha, com a participação de todas as entidades empresariais do Estado de Santa Catarina. Nós teremos a presença do Dr. Miguel Abuhab, que trata da parte tecnológica da reforma, do Bernard Appy, que é o mentor intelectual da PEC 45, e do ex-Deputado Federal Haully, que é o autor do substitutivo que hoje tramita como PEC 100 no Senado Federal.

Portanto, todos estão convidados. E com certeza faremos um grande debate sobre essa reforma, que é uma das reformas fundamentais para que nós possamos desengessar o Brasil e retomar o crescimento

do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 24/92

018.1.56.N	Sessão Extraordinária - 02/10/2019-16:22		
	CN		
Publ.: DCN - 03/10/2019 - 79	DA VITORIA-CIDADANIA -ES		
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO BANCADA DISCURSO	DE

Sumário

Orientação de bancada na votação do Veto Parcial nº 24, de 2019, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2019, da Medida Provisória nº 869, de 2018, sobre a alteração da Lei nº 13.709, de 2018, referente à proteção de dados pessoais e à criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Convite aos Parlamentares para participação em seminário no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, destinado ao debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reforma do Sistema Tributário Nacional.

O SR. DA VITORIA (CIDADANIA - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Cidadania orienta "não".

Mas eu quero aproveitar que V. Exa. nos deu essa oportunidade aqui, para poder fazer um registro importante. É que esta Casa, junto com o Senado, tem promovido reformas importantes para o desenvolvimento do nosso País. Dentre elas - e quero cumprimentar aqui o Deputado Baleia Rossi, que tem a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, que trata da reforma tributária. Nós estaremos fazendo um grande seminário no Estado do Espírito Santo, no Município de Vitória, na nossa capital, amanhã, nesta sexta-feira, perdão, no dia 4.

Eu quero convidar todos, pois estaremos lá com o nosso Presidente Hildo Rocha, com o Relator da PEC, Aguinaldo Ribeiro, economista Bernard Appy, recebendo junto com o Governador, com os Deputados Estaduais, com os Deputados Federais desta Casa, da bancada capixaba, e todas as instituições. São opiniões importantes para que nós possamos transigir e participar de uma nova reforma, que é a reforma tributária, convidando todos para esse debate no Espírito Santo.

Obrigado, Presidente.

Documento 25/92

19.2019.N	Sessão Outro Evento	08/10/2019-15:44
Publ.: DCN - 10/10/2019 - 43	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CONGRESSO NACIONAL	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação, pelos partidos opositores, da Emenda Substitutiva Global nº 178, de 2019, das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 45 e 110, de 2019, relativas à alteração do Sistema Tributário Nacional. Importância da redução da carga tributária incidente sobre o consumo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os partidos de oposição estão fazendo neste momento um ato em favor de uma reforma tributária justa, solidária e sustentável. Eu compartilho este olhar dos seis partidos da Oposição: o PT, meu partido, o PSB, o PDT, o PCdoB, o PSOL e a REDE.

Tramitam, nesta Casa e no Senado, a PEC 45 e a PEC 110. Na verdade, estas duas PECs buscam fazer uma reforma na tributação indireta sobre o consumo no País.

Se isso de fato ocorrer, nós vamos perder uma grande oportunidade e uma pauta que pode construir uma agenda de convergência a favor da justiça social no País. Esta pauta pode resolver três grandes dilemas que há no País. Na minha opinião, há três principais dilemas, entre eles o dilema do reequilíbrio federativo, quando todos os Deputados e Deputadas falam de pacto federativo, mas é pela reforma tributária que nós podemos promover o reequilíbrio federativo e salvar os entes federados. É por meio de uma reforma tributária justa e solidária que nós poderemos resolver o problema da desigualdade de renda no País. As rendas no Brasil são extremamente desiguais, superconcentradas no topo da pirâmide, nas mãos de poucos. É pela reforma tributária que poderemos ampliar a proteção social, o bem-estar da sociedade brasileira e as políticas sociais.

Paulo Guedes enviou para esta Casa o Orçamento de 2020, que propõe apenas 19,8 bilhões em investimentos. Neste ritmo, sem revogar ou flexibilizar a Proposta de Emenda à Constituição nº 95, em 2022, nós vamos implodir o Orçamento do Brasil, tendo mais de 100%

em despesas obrigatórias, sem nenhum tipo de investimentos nem para custeio.

Portanto, quero chamar a atenção desta Casa, pois a saída para o País é que precisamos acolher e ter mais ousadia na reforma tributária: temos que enfrentar este modelo regressivo. Sem enfrentar o modelo regressivo, é impossível que o Brasil volte a crescer, porque, ao contrário de outros países desenvolvidos, com alta tecnologia, nosso País é dependente do consumo das famílias, sem falar que 80% do nosso PIB dependem do consumo das famílias.

Portanto, nós temos que liberar o consumo. Para fazê-lo, precisamos fazer uma reforma ousada, que desloca a incidência tributária que hoje recai em 54% sobre o consumo. O trabalhador menos favorecido deste País, que ganha mil reais, paga 540 reais em impostos mensalmente, Deputado Bohn Gass, através do consumo! Às vezes, esse trabalhador acha que não paga impostos, porque não paga diretamente, mas paga indiretamente: são 54%.

Imaginem uma economia que depende do consumo da família. Se tivesse em impostos indiretos ou tributação sobre o consumo a tributação da OCDE ou a tributação dos Estados Unidos, que este Governo admira mais do que nosso próprio País, em torno de 15% a 17%, nós estaríamos liberando praticamente mais 400 reais na renda mensal de um trabalhador que recebe um salário mínimo.

Na minha opinião, este é o único caminho, a curto e médio prazo, para retomarmos o desenvolvimento econômico e, a longo prazo, o único caminho sustentável para desconcentrar a renda num país tão desigual como o nosso.

O Brasil é um país extremamente desigual. Nós temos que enfrentar todas essas desigualdades. No pilar das desigualdades está a concentração de renda.

Os partidos de oposição estão lançando nesta Casa a Emenda Substitutiva Global nº 178, assinada por seis partidos, que propõem o debate sobre a tributação progressiva, um modelo mais direto sobre a renda, sobre a herança, sobre as grandes fortunas, bem como a eliminação de impostos regressivos indiretos do nosso sistema tributário brasileiro.

Muito obrigado.

Publ.: DCN - 10/10/2019 - BOHN GASS-PT -RS
48

CONGRESSO NACIONAL

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apresentação, pelos partidos oposicionistas, de substitutivo às propostas de reforma tributária em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Prejuízos causados aos trabalhadores brasileiros pelas reformas previdenciária, trabalhista e pela terceirização.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcos Pereira, colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras desta sessão do Congresso Nacional, se nós tivéssemos feito no Brasil uma reforma tributária justa, solidária e sustentável, que é o que neste momento os partidos da Oposição - PT, PCdoB, PDT, PSOL, PSB e REDE - estão lançando no Salão Nobre, que é um projeto, na verdade, um substitutivo completo sobre o debate das proposições que estão em curso tanto no Senado quanto aqui na Câmara da reforma tributária, se nós tivéssemos feito esta reforma, e vou falar dos pontos aqui, nós não precisaríamos ter feito a reforma da Previdência que foi votada aqui, que ainda não está concluída no Senado. Portanto, toda mobilização ainda é importante que se faça, porque a reforma da Previdência não combate privilégios, não vai ser geradora de desenvolvimento e renda, não vai ser geradora de emprego, como o Governo pagou para mentir nos veículos de comunicação do País, e ainda ataca os direitos dos pobres.

As pessoas não vão se aposentar. Vocês acham, em sua consciência, que alguém que hoje se aposenta com 35 anos de contribuição previdenciária, mulher, com 30 anos, que agora estão indo para 35 anos as mulheres e para 40 anos, os homens, num período de precarização do trabalho, sem carteiras assinadas formais e emprego formal, com a reforma trabalhista, a terceirização, a fragilização e a precarização que aconteceram, de sua consciência, os trabalhadores vão ter 40 anos de carteira assinada? Não vão ter.

Aí, com esses Deputados e Senadores que votarem na proposta do Governo, vão determinar as pessoas não se aposentando mais no Brasil. Não vão se aposentar porque também precisam ter ainda 65 anos de idade - 62 anos, se mulher.

Qual era o discurso do Governo? *"Preciso recuperar os recursos, porque tem déficit na Previdência."* Mas ele não vai atrás dos sonegadores. Aliás, não passa mês em que o Governo aqui não

aumenta os recursos das anistias fiscais, anistias e isenções para grandes empresas, para latifundiários. É aí que está o grande segredo.

A nossa proposta da reforma tributária justa, solidária, sustentável, que os nossos partidos, Deputado Edmilson, estão apresentando neste momento, é exatamente para corrigir a grande distorção tributária do País. Qual é? As pessoas pagam sobre o consumo: se há uma fábrica, um patrão e cem trabalhadores, e cada compra 1 quilo de feijão, são 100 quilos de feijão, e 1 do patrão. Quem pagou mais imposto? O operário. Vai comprar uma roupa? É a mesma coisa.

O fato de a nossa tributação estar calcada no consumo é que gera a maior distorção. Portanto, há injustiça tributária no País. Com o que nós concordamos é que há que se desburocratizar, é que há que se simplificar. Isso é certo! E para isso nós temos que migrar. Mas o principal, e isso está posto aqui, é que os pobres não podem continuar pagando, e muito menos a classe média, que já é onerada no Imposto de Renda, por exemplo.

Até 2 mil reais, mil novecentos e pouco, as pessoas começam a pagar Imposto de Renda. Nós temos que isentar, e essa é a nossa proposta para a classe média, até quem recebe quatro salários mínimos. Não pagará Imposto de Renda quem ganhar até quatro salários mínimos. De cinco a 20 salários mínimos, haverá uma tributação menor. Acima disso, aí sim, os altíssimos salários, terão tributação superior. Porque hoje, quem ganha 4.900 reais já paga a alíquota mais alta do Imposto de Renda, que é 27,5%.

Então, nós precisamos, e esse é exatamente o debate que nós estamos fazendo: taxar bens de luxo, iates, lanchas, helicópteros, que não pagam impostos; taxar as grandes fortunas; cobrar imposto sobre grandes heranças. O Imposto de Renda tem que ter faixas que não façam essa cobrança da classe média e das classes menos favorecidas, que já pagam alíquotas altas, e imposto deve ser sobre patrimônio e não sobre consumo.

Esse é o debate que nós queremos fazer.

Documento 27/92

19.2019.N	Sessão Outro Evento	08/10/2019-21:56
Publ.: DCN - 10/10/2019 - 155	AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apresentação, pelos partidos oposicionistas, de proposta de reforma tributária

justa, sustentável e solidária. Agradecimento aos participantes no ato de lançamento da proposição.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Quero registrar, nesta sessão do Congresso Nacional, que a Oposição lançou hoje uma proposta de reforma tributária justa, sustentável e solidária.

Quero saudar a Líder Jandira, o Líder Molon, o Líder Zarattini, os Líderes dos demais partidos, os Senadores e as Senadoras aqui presentes, como a Senadora Zenaide, que estiveram lá conosco.

A nossa proposta, além da simplificação tributária, institui constitucionalmente a progressividade, a tributação de renda e patrimônio dos muito ricos, e em especial revoga a desoneração de distribuição de lucros e dividendos. Comparando com a PEC 45 e com a PEC 110, essa é a melhor proposta em tramitação na Casa. O povo brasileiro com certeza vai aprová-la.

Presidente, eu quero agradecer a presença, nesse evento, do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia; do Relator, na Comissão Especial, da PEC 45, o Deputado Aguinaldo Ribeiro; do Governador Flávio Dino; do Governador Wellington Dias; da Vice-Governadora de Pernambuco e ex-Deputada do PCdoB nesta Casa, Luciana Santos; e também de vários Secretários de Fazenda, Deputadas e Deputados dos partidos da Oposição.

Quero destacar o relevante papel do PSB, do PDT, do PCdoB, da REDE, do PSOL, do PT e de Parlamentares do centro.

Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 28/92

19.2019.N	Sessão Outro Evento	08/10/2019-22:00
Publ.: DCN - 10/10/2019 - 156	TADEU ALENCAR-PSB -PE	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Esclarecimento ao Presidente Rodrigo Maia sobre o posicionamento do PSB

com relação à reforma da Previdência Social. Obstrução pelo partido das votações do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2019, sobre abertura dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 3.041.594.744,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Oportunidade de aprovação, pelos Parlamentares favoráveis à reforma previdenciária, da proposta de reforma tributária apresentada pela Oposição. Inadmissibilidade de ingerência em questões internas do PSB.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Deputadas, Srs. Senadores e Deputados, há pouco eu ouvi aqui o nosso querido Presidente Rodrigo Maia fazer uma referência à posição do Partido Socialista Brasileiro na reforma da Previdência. A nossa posição quanto a este assunto sempre foi muito clara, transparente, jamais negamos a necessidade de reformas diante de uma crise fiscal evidentiíssima no Estado brasileiro. Mas sempre dissemos também as razões pelas quais éramos contrários à proposta que estava em discussão no Congresso Nacional, porque não se pode, a pretexto de combater privilégios, fazer o maior ataque, como foi feito, à previdência pública no Brasil, atingindo a base da pirâmide social, os mais pobres, os mais vulneráveis, aqueles que nenhum sacrifício teriam a dar ao Brasil.

Eu quero dizer ao Deputado Rodrigo Maia, nosso Presidente, que tem o nosso respeito, tem a nossa amizade, que essa foi uma questão discutida profundamente pelo PSB, pelo Diretório Nacional e pela Executiva Nacional. Se havia divergências no seio da nossa bancada, ainda mais importante era que o partido pudesse fechar questão para sinalizar claramente a sua posição política relativamente a matéria tão sensível. Então, quero dizer ao nosso querido Presidente Rodrigo que essa questão interna do PSB foi sempre tratada com muita responsabilidade, sempre num diálogo franco, transparente, como é do feito da nossa Liderança.

Em relação ao PLN 18, nós estamos acompanhando o posicionamento das oposições, estamos obstruindo porque, evidentemente, temos contrariedades quanto a esta matéria, mas não fizemos nenhuma agressão a quem quer que seja. Apresentamos claramente a nossa posição.

Mas, se é verdade, e é verdade, que, daqueles que votaram a favor da reforma da Previdência, muitos o fizeram por convicção - conheço muitos, inclusive da nossa bancada -, tenho segurança absoluta de que essa foi uma posição equivocada. Nós respeitamos, mas é equivocada essa posição, que pode ser muito bem reparada diante do debate sobre a reforma tributária. Propostas em tramitação no Congresso

Nacional promovem alterações importantes em favor da simplificação do sistema, frente a um Estado cartorial, burocrático, uma babel tributária que é o Brasil, mas não tocam numa linha, num fio de cabelo da regressividade do sistema, pelo peso que dão aos tributos indiretos e aos tributos sobre o consumo. Os pobres consomem tudo o que ganham, e, devido a esse sistema no Brasil, pagam muito mais do que os ricos.

Aqueles que, na reforma da Previdência, disseram que estavam defendendo mais igualdade social têm a oportunidade de aprovar a proposta de reforma tributária apresentada hoje, cujo evento contou com a participação do Líder da Maioria, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, do Presidente Rodrigo Maia, de Governadores, das Lideranças da Oposição. Ela traz efetivamente uma contribuição importante para a discussão desse sistema tributário regressivo, que não coloca as pessoas para contribuírem segundo sua capacidade contributiva.

Presidente Rodrigo, meu querido Presidente Marcos Pereira, que está dirigindo esta sessão, o PSB procura respeitar as divergências e sempre diverge com a altivez que é da sua característica. Mas não posso deixar de frisar, com todo o respeito que temos a todas as bancadas neste plenário, que questões internas do nosso partido são resolvidas internamente. O partido, que tem 72 anos de história, sempre esteve ao lado da defesa de mais justiça social, de mais igualdade, de um país mais fraterno e justo.

Por isso, em nome da nossa bancada, eu quero a este Plenário dizer que estranhei a referência feita ao nosso partido. Deixo muito claro, portanto, que a nossa posição foi sempre transparente e respeitosa, mas as questões internas do PSB resolve internamente o PSB.

Documento 29/92

313.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 09/10/2019-20:00
Publ.: DCD 10/10/2019 - 108	MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Possibilidade de redução da carga tributária das instituições bancárias, no caso de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero tratar de dois assuntos importantes.

V.Exa. está preocupado, e todos nós também, em fazer a redação final, mas quero lembrar que essa redação vai ser muito importante com a vinculação aos regimes previdenciários porque, se se referir a aporte a fundo, tem-se uma interpretação, e, se for até alcançar o equilíbrio financeiro, tem-se outra totalmente diferente. E ainda há uma terceira possibilidade, que é alcançar o equilíbrio atuarial. Este, somente no dia de São Nunca à tarde, ou seja, jamais serão disponibilizados valores financeiros para investimentos. Então, é importante, Sr. Presidente, que, após a escrita desse projeto, nós possamos dar uma opinião mais formal em relação a essa questão, tanto no que concerne a Municípios quanto no que concerne aos Estados brasileiros.

O outro assunto refere-se a uma preocupação que tenho e que apresentei hoje na Comissão de Finanças e Tributação. É a seguinte, Srs. Deputados, Sras. Parlamentares: a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, tem um problema, ela reduz a carga tributária dos bancos, do sistema financeiro. É importante que todos nós dominemos essa questão. Hoje o ISS só incide sobre taxas, sobre tarifas, sobre serviços, mas não atinge a receita de intermediação financeira. O lucro da operação de crédito está fora da incidência. No entanto, essa receita compõe a receita bruta do banco, que tem a incidência do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS estão lá na incidência dos bancos.

Pois bem, com a ida do PIS e da COFINS - repito, com a ida do PIS e da COFINS -, Srs. Parlamentares, para a base do IBS, que não está previsto para incidir sobre a receita de intermediação financeira, vai-se ter uma maior redução de carga tributária. Aliás, a pessoa do sistema bancário que veio aqui disse que vai crescer a carga tributária. Ela cresce para 25% e cai no PIS e na COFINS. É a maior aberração que temos nessa PEC 45. Por isso, é fundamental que mais uma vez esta Casa não deixe o sistema bancário brasileiro ficar com a sua carga tributária diminuída ainda mais, até porque a carga efetiva dos bancos não é 34%, como eles dizem; a carga tributária deles é somente 18,8%.

Essa é uma informação que eu queria trazer para esta Casa.

Documento 30/92

318.2019	Sessão Não Deliberativa de	10/10/2019-14:00
Publ.: DCD - 11/10/2019	Debates - CD	
- 36	JOSÉ RICARDO-PT -AM	
CÂMARA	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO

Sumário

Apresentação à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional, de emenda para garantia da concessão de incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, e boa tarde a todos os presentes.

Sr. Presidente, eu protocolei ontem, nesta Casa, uma emenda à PEC 45/19, que trata da reforma tributária. Essa proposta não contempla a manutenção dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus.

Essa área de livre comércio foi instalada no Amazonas há mais de 50 anos e tem a garantia constitucional da concessão de incentivos fiscais para as indústrias, o que gera emprego, arrecada impostos e ajuda no desenvolvimento do Estado do Amazonas. A PEC não garante esse diferencial, de modo que havia a necessidade urgente de se apresentar emendas para garantir a sua continuidade. Conseguimos o apoio de toda a bancada do Partido dos Trabalhadores e, logicamente, as demais assinaturas necessárias para apresentar a emenda, na esperança de que possa ser aprovada na discussão final, se assim for concluído, do projeto da reforma tributária, a PEC 45.

Lembramos que a Zona Franca de Manaus, segundo estudos já levantados, foi fundamental para a manutenção da floresta em pé. Evitou-se, assim, que atividades predatórias pudessem contribuir para o desmatamento, as queimadas e outras atividades que têm grande impacto ambiental. Por isso, a defesa da Zona Franca, dos empregos, do trabalho e das oportunidades. Paralelamente, claro, discutem-se outras alternativas, porque, um dia, vão acabar os incentivos fiscais. Por hoje, eles estão garantidos pela Constituição - e, graças a Lula, que prorrogou por 10 anos esses incentivos, e à Presidenta Dilma, que os prorrogou por mais 50 anos.

Ao fazer este registro, solicito que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gonzaga Patriota. PSB - PE) - V.Exa. será atendido nos termos regimentais.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ RICARDO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei na Comissão da Reforma Tributária (PEC 45/19) emenda para garantir os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM). A atual proposta apresentada não garante esse diferencial para nosso modelo econômico. A luta em defesa da ZFM vai continuar!

A presente emenda tem como objetivo garantir a permanência e as vantagens comparativas e competitivas da Zona Franca de Manaus em face da reforma tributária promovida pela Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, de autoria do Deputado Baleia Rossi e outros.

É sabido que a Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com o objetivo de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face de fatores locais e da grande distância em que se encontram os centros consumidores de seus produtos finais.

Vale ressaltar, mais uma vez, que a Zona Franca de Manaus é um programa de desenvolvimento regional de êxito, voltado para a consolidação de atividades produtivas em uma região tida como remota da perspectiva do mercado consumidor brasileiro. Desde seu ato de criação, em 1967, a ZFM cumpre ainda o papel de garantidor da integridade do território nacional, imperativo de segurança nacional.

A atividade industrial na Zona Franca de Manaus é composta por grandes empresas internacionais, com as melhores práticas competitivas. Houve grandes avanços na região por conta do programa, como o crescimento da renda *per capita*, a constituição de um forte mercado consumidor regional, amplo e diversificado mercado de trabalho com cerca de 500 mil empregos diretos e indiretos, universidades e institutos de pesquisa aplicada, entre outros, todos dependentes do modelo da ZFM. Por fim, o programa da ZFM vem evitando o desmatamento da Floresta Amazônica, portanto, assumindo um claro papel de protetor do meio ambiente.

Assim sendo, temos que a presente emenda garante a existência do modelo de desenvolvimento com base na Zona Franca de Manaus, prestigia o princípio da segurança jurídica dos investidores e ampara os inúmeros empregos gerados, a renda dos trabalhadores na região e a

preservação da floresta.

Por todo o exposto, peço o apoio dos nobres pares para aprovação dessa proposição e a garantia de milhares de empregos no Amazonas.

Documento 31/92

318.2019	Sessão Não Deliberativa de	10/10/2019-15:04
Publ.: DCD - 11/10/2019	Debates - CD	
- 61	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Importância dos trabalhos de combate à corrupção realizados pela Operação Lava-Jato. Agradecimento a Lideranças do DEM pelo apoio concedido ao orador. Balanço de sua atuação parlamentar. Contentamento com a participação na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Luta do orador em defesa dos policiais brasileiros. Apoio ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Trajetória profissional do Parlamentar. Defesa do empreendedorismo. Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 128, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional. Apoio às Propostas de Emendas à Constituição de nºs 45 e 110, de 2019, a respeito do tema. Apoio ao Projeto de Lei nº 33, de 2019, acerca de alteração da Lei nº 13.415, de 2017, a respeito da instituição da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, com vista à inclusão do ensino fundamental na política de fomento de escolas em tempo integral. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 4.246, de 2019, sobre a inclusão da corrupção de menores no rol dos crimes hediondos.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e amigo Bibó Nunes, obrigado pela oportunidade.

Cumprimento todos os Deputados e todas as Deputadas presentes nesta Casa. Cumprimento todos aqueles que nos acompanham pela TV Câmara, pela transmissão ao vivo.

Esta sessão está sendo gravada para que todos possam acompanhar um relato de luta, de dedicação e de esforço não só por esta Casa, mas também por todos aqueles que me confiaram o voto, com a intenção exclusiva de que eu pudesse representar não os interesses de

um grupo, mas os interesses de toda a Nação.

Eu não fui eleito com aquela visão setorialista, como ocorre com vários colegas - e eu respeito isso. Vários colegas desta Casa foram eleitos por bases específicas. Eu fui eleito pelo *on-line*, pelo maior *mix* de personalidades, de profissões e de ideias que possa existir. Essas pessoas me escolheram, talvez, pelo que eu debatia e compartilhava com elas e também pelos meus ideais, os quais venho colocando em prática nesta Casa.

São esses números que eu gostaria de compartilhar com V.Exas. Eu fiquei calado nos últimos 30 dias ou um pouco mais, devido a um achaque que sofri e vinha sofrendo há mais de 1 ano. Por ter personalidade, por defender o que é certo, criei alguns inimigos, infelizmente. Lutar a favor da Lava-Jato me trouxe a inimizade de alguns extremistas que acreditavam que a Lava-Jato era injusta. Na minha opinião, a Lava-Jato fez uma das maiores justiça para este País, colocando uma verdadeira organização criminosa de corruptos na cadeia. O combate ao crime organizado neste País nunca foi tão esplêndido! Nunca se defendeu tanto o povo brasileiro.

O problema todo é que eu sou, sim, um lobo solitário, por não ter organizações que bancaram a minha campanha, por não ter grupos políticos nem grupos empresariais. Caminhar sozinho, pelo que vem sendo demonstrado, não é nada fácil. Dentro do Democratas, pouco a pouco, venho encontrando uma verdadeira família. Agradeço imensamente ao Presidente ACM Neto, ao Presidente Alberto Fraga e, principalmente, ao Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, por todo apoio que venho recebendo. O Líder Elmar Nascimento, do meu partido, não só confiou a mim vários projetos e várias intenções de representar o povo brasileiro, mas também me indicou para compor várias Comissões. Eu faço parte de 19 Comissões nesta Casa.

Para quem não entende como funciona esse trabalho, eu vou tentar explicá-lo utilizando números: 153 propostas legislativas de minha autoria; 194 votações nominais; 50 discursos em plenário; 25 relatorias feitas por mim - algumas tive que rejeitar e a grande maioria aprovar, mesmo através de substitutivo, para que os colegas pudessem ter seus projetos que defendem o povo brasileiro encaminhados para as próximas Comissões e, no futuro, deliberados no Plenário, para virarem leis em defesa do povo brasileiro.

Dessas 19 Comissões de que faço parte, uma das que muito me orgulha é a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, na qual defendemos a polícia do nosso País, que antes, em governos passados, era esquecida, abandonada e sucateada. Hoje defendemos a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal. Ontem, inclusive, os

agentes penitenciários deram um grande passo para se tornarem policiais penais. O que nós estamos fazendo pela segurança pública, historicamente, nunca foi feito. Isso é feito por meio da luta de Parlamentares que acreditam que não há um país justo sem uma polícia forte, eficiente e funcional. A população e o Estado reconhecem que, sem segurança pública, você não tem turismo, você não tem empreendedorismo, você não tem nada, nem mesmo um Estado. Um Estado fragilizado é um Estado enfraquecido.

A minha luta continuará sendo por todos os policiais do Brasil. E isso já está ocorrendo. Na deliberação da reforma da Previdência, a PEC 6/19, todos estavam amedrontados e relutavam em defender a polícia, porque seriam atacados, afinal de contas a pregação era para que não defendêssemos uma categoria específica. Era quase uma ordem: quem defender categorias específicas será massacrado nas redes sociais.

Só que tratar os desiguais como iguais era a maior injustiça que estava ocorrendo dentro desta Casa. Numa luta incessante, eu vim a este plenário e desafiei todas aquelas milícias digitais que estavam me atacando: continuem atacando! Boa sorte! Eu não vou recuar dos meus ideais; vou continuar defendendo os policiais deste País e vou defendê-los, inclusive, na PEC da Previdência. E foi assim em praticamente todos os pleitos solicitados pela Polícia Federal, pela Polícia Civil do Distrito Federal, que é uma polícia judiciária da União, por todos os policiais pagos pela União - naquele momento, Estados e Municípios tinham sido retirados da PEC. Todos os que são pagos pela União foram atendidos e saíram daqui honrados.

E não fiz isso sozinho, pois tive o acompanhamento de vários colegas, inclusive do meu amigo que se faz presente, o Deputado Bibó Nunes, do Deputado Coronel Tadeu, que esteve nessa luta comigo, além de tantos outros que acreditaram que defender a polícia era o mais correto naquele momento, mesmo contra algumas orientações, inclusive da Presidência - tenho certeza absoluta de que foram equivocadas. Em tempo, o Presidente recuou e admitiu que, sem segurança pública, jamais poderemos ter uma nação justa.

O mesmo fazemos hoje pelo Judiciário e pelo Ministério Público. Querem falar que o Ministério Público invade atribuições. Por que ninguém faz? Quem está combatendo a corrupção neste País, senão o Ministério Público, senão juízes honestos, senão desembargadores honestos? Eles acreditam em um país que pode, sim, ser um país melhor. Muitos dos Ministros que estão sendo achacados proferiram decisões que mantêm na cadeia criminosos. Quando eles, em uma análise técnica, entendem que um ou outro, por uma questão de justiça, precisa sair, são destruídos por tentarem fazer justiça.

Nós precisamos entender que esse jogo de fazer com que a população lute contra os Poderes é apenas para dividir o povo brasileiro. Quem luta contra o Supremo, quem luta contra o Congresso, quem luta contra o Presidente da República não ama o seu País, porque quem ama o seu país de verdade entende que os Poderes preservados andam lado a lado, caminham juntos, para lutarem por quem mais precisa, que é o povo brasileiro. Essa métrica, essa máxima de que o povo brasileiro precisa ser protegido por ditadores de ruas é ilusão. Nós precisamos nos aproximar cada dia mais dos Poderes, a fim de entender o que está por trás desse jogo sujo de manipulação da população. Temos que reconhecer que a Lava-Jato fez, sim, um grande trabalho por este País.

Juízes, em sua grande maioria, são honestos. Policiais do nosso País não agredem - vítimas da sociedade, eles se defendem, para que possam voltar para suas casas vivos, porque na não reação, em sua grande maioria, são alvejados e mortos. E a população não vê nenhuma notícia disso, porque a mídia inescrupulosa quer mostrar que os policiais, em sua grande maioria, são criminosos. Mas os criminosos de verdade estão soltos nas ruas.

É essa a defesa que eu venho fazendo nesta Casa e que faz uma grande diferença. Mas também faz com que, a cada dia, eu crie novos inimigos, porque, no "esquemão", no desmame, aqueles que não querem largar a mamata certamente te olham e, convictos, enxergam em você um inimigo. Um bobo que não acredita em você se torna um grande herói, numa defesa incansável de tentar humilhar e desconstruir imagens de quem está lutando pelo que é certo, pelo povo brasileiro.

Voltando aos números: são 158 Frentes Parlamentares, 20 milhões de reais em emendas - lembro que todo Deputado de novo mandato só tem recurso no ano seguinte. Podem verificar isso. Desses 20 milhões de reais, 10 milhões foram para a educação e 10 milhões para a agricultura. A maioria foi investida na agricultura familiar do Distrito Federal, para ajudar exatamente aqueles que vivem nas periferias do Distrito Federal e precisam de apoio, mas são esquecidos por muitos porque não geram votos. Eu não fui eleito para pensar nas próximas eleições. Eu fui eleito para fazer hoje, porque é hoje que as pessoas estão desempregadas, é hoje que elas estão sofrendo com a falta de segurança pública, é hoje que elas estão sofrendo com problemas na educação. Não é amanhã. Político que vive de futuro, que segura estratégias e bons projetos para a véspera das eleições não merece o seu voto. Eu vou fazer o meu melhor hoje, porque é hoje que o povo brasileiro precisa do meu apoio.

Também posso citar 14 creches. Infelizmente, no Governo passado, o dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE estava sendo devolvido, pela falta de documentação adequada em

data oportuna. No dia do vencimento, o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que vem fazendo, na minha opinião, um trabalho árduo de recuperar o estrago feito pelos demais Governos, pediu ao seu assessor que entrasse em contato com um Deputado jovem, porém com um poder de persuasão suficiente para recuperar quase 30 milhões de reais já perdidos do FNDE. O Presidente do FNDE, Rodrigo Dias, de pronto, me atendeu e estendeu o prazo para até 31 de dezembro, quando o GDF terá que mudar o *status* e apresentar os projetos para essas 14 creches, que atenderão mãezinhas, em sua grande maioria solteiras, que cuidam dos seus filhinhos e, por isso, têm dificuldades para trabalhar. Cada uma dessas creches tem capacidade de atender até 700 crianças. São 700 mães para cada creche. Nós salvamos, no FNDE, os recursos dessas 14 creches. Esse trabalho foi feito pelo Deputado Luis Miranda.

É fácil ir para a Internet falar um monte de bobeira sem observar as 153 propostas legislativas, as 194 votações nominais - 96% acompanhando o Presidente, acompanhando o Governo. Há quem diga que nós pensamos como a Esquerda. O Democratas não é centrão. O Democratas não é de esquerda. O Democratas é um partido de direita que acredita neste País e, em sua maioria, acompanha o Governo, porque acredita que o Governo precisa dar certo. Se o Governo der certo, o povo brasileiro vai dar certo. Acompanhamos o Governo em 96% das votações - se fosse em 100%, haveria algo errado: significaria que não temos personalidade, significaria um voto de cabresto quando o Governo não estivesse indo no caminho em que acreditamos, significaria falta de personalidade para mudar a opinião quando ela tem que ser mudada. Mas mostramos, com esses 96%, que estamos, sim, lutando por um País melhor, ao lado do Presidente, acreditando que, se ele não fizer um bom trabalho, não terá sido por falta de apoio do nosso partido e muito menos dos Deputados da base, na qual ele pode confiar.

Esta base não acredita em projetos esquerdistas, problemáticos, ideológicos. Esta base também não acredita na extrema Direita, que vem aqui e faz pregação em favor dos bancos. Esta base acredita no povo brasileiro, que está desempregado, está desassistido, está abandonado. O povo precisa de Parlamentares que tenham coragem de cobrar os grandes devedores deste País, empresas com dívidas multibilionárias que devem, na verdade, para você, para o povo brasileiro.

Se essas empresas, algumas delas possuidoras de espaço na mídia, tentarem achacar você, Parlamentar, não abaixe a cabeça, não! O povo brasileiro sabe a verdade e sabe quem é quem. Eu não tenho nenhum processo criminal. Não respondo a nenhum inquérito. Nunca fui indiciado criminalmente - não neste momento. Já tive um problema no passado, mas minha inocência foi comprovada. Isso ocorreu

exatamente por essa personalidade, por ser um osso duro de roer. Vou continuar sendo assim. Vou continuar lutando pelo que é certo, conquistando o inconquistável.

Mostrem-me Deputados de primeiro mandato que fizeram tudo isso, que conquistaram recursos para o seu Estado sem ser da base do Presidente, sem ser da base do Governador. Digo isso simplesmente porque o argumento é tão forte que não podem negar que nós estamos fazendo um excelente trabalho. E vamos continuar fazendo. Se você chegar ao Gabinete 241, o meu gabinete, no Anexo IV, verá pelo menos 10 pessoas, 15 pessoas na frente dos computadores, trabalhando, preparando proposta, preparando relatorias. Nós já entregamos 25 relatorias somente neste ano, em um primeiro mandato e sem experiência. Essa falta de experiência não significa não saber o que tem que ser feito. Com muito estudo, lendo o Regimento mais de dez vezes, entendendo como é que funciona esta Casa, nós vamos continuar lutando pelo que é certo.

Botem isto na cabeça de V.Exas.: ninguém vai me parar! Problemas que eu possuo foram construídos. Nem por isso eu vou abaixar a cabeça e vou deixar de resolvê-los. Foram construídos com ataques de milícias digitais devidamente indiciadas. Inclusive, alguns já foram indiciados e são réus. O Ministério Público acatou a denúncia, a Justiça aceitou e os denunciou como réus. Não sou eu o réu. Eu sou um lutador e não abaixo a cabeça para criminosos, que no desmame estão desesperados. Vão ficar mais desesperados!

Com inteligência, com cautela e com a certeza da minha inocência na luta pelo que é certo, eu não vou ter nenhum problema. Mas esses senhores, a cada dia que passa, se afundam mais, pelo desespero de voltar a mamar na teta que está sendo cortada. Eu estarei do lado do Governo, do lado do Governador, do lado do povo do Brasil, principalmente de Brasília. Nas ruas, quando eu saio, todos vêm me abraçar, pedem para bater foto e me parabenizam, porque aqui em Brasília a mídia local produz outro nível de matéria. A informação que mostram é o que nós estamos fazendo de verdade. O que a mídia local informa é que, ainda muito jovem, na minha adolescência, procurei todas as formas crescer, de ter renda. Saí de casa muito cedo, com 15 anos de idade. Cheguei a trabalhar como engraxate. Eu vendia jornal aos gritos nas ruas, incomodando os trabalhadores no dia de domingo. "*Olha aí o Correio!*" Vendi jornal na rua. Na época, era o *Correio Braziliense*.

A vida me ensinou, como menino de rua. Infelizmente, eu tive que crescer nas ruas. Na adolescência, meu pai, querendo me tirar das ruas, em uma tentativa de recuperação, quando a vida dele começou a melhorar, me deu um computador. Foi através desse computador que eu aprendi a programar e a fazer manutenção em computadores. A

minha vida começou a mudar. Com 17 anos, eu já tinha uma empresa e era considerado uma pessoa bem de vida, como as pessoas gostam de falar. Aos 18 anos, eu me casei com a Gisele Miranda, que é minha esposa até hoje. São 21 anos ao lado dela, 20 anos de casado. Temos dois filhos maravilhosos.

Davi Miranda fez 18 anos no dia 8 de setembro, dia em que resolveram fazer um ataque à minha imagem nacionalmente, destruindo um dia tão feliz do meu filho. Minha filhinha, com 14 anos de idade, a Ana Júlia, é uma menina espetacular. Como dizem nos Estados Unidos, é A+, extremamente estudiosa. Somos uma família que não tem drogas, uma família que não tem violência, um família que segue os preceitos cristãos, ensinados pelos meus pais e repassados para os meus filhos. Somos uma família que não tem escândalo, que não tem mentiras.

Mas, neste País, defender o que é certo faz com que sua vida seja devastada, destruída. Ainda assim, a minha família está ao meu lado, lutando junto comigo, acreditando neste homem, que um dia foi engraxate, que um dia vendeu jornal, que construiu tudo o que construiu, que chegou até aqui apoiado por 65 mil pessoas. Tenho certeza absoluta de que essas pessoas não me elegeram para saber se os meus negócios vão bem ou vão mal, porque faz parte da vida de qualquer empresário passar por dificuldades. O que eles querem saber é se, nas minhas veias, corre dinheiro público ou não; se aqui tem dinheiro de petróleo; se aqui tem dinheiro de esquema em organizações públicas; se aqui tem dinheiro de desvio de emendas ou de desvio de recursos. Nestas veias aqui não corre esquema, não corre dinheiro público, não corre acordão. Nessas veias, corre o sangue de um lutador, que conhece desde a pobreza até o sucesso, que, graças a Deus, eu conquistei através do empreendedorismo.

Foi dentro do empreendedorismo que eu entendi por que este País tem 63 milhões de brasileiros endividados. Ser empreendedor não é nada fácil. Você vai tropeçar. Você vai cair, sim. Mas, se você persistir, você vai vencer e vai sair muito maior. É assim que eu vou sair dessa história: muito maior. Esse é o caminho dos grandes vencedores. Os empreendedores que estão neste ambiente sabem do que eu estou falando.

Meu amigo Deputado Bibó Nunes, se quiser fazer uso da palavra neste momento tão importante para mim, eu agradeço.

O Sr. Bibó Nunes - Nobre colega, eu sei da importância deste momento. O nobre Deputado foi um dos primeiros que eu conheci nesta Casa. Viajamos juntos. Durante a viagem, eu vi a sua preocupação com a família, vi a importância que dá à família e à religião. Isso até me chamou a atenção. O senhor é um empreendedor, e empreendedor sofre. É difícil empreender neste País. V.Exa. falou da

sua luta desde pequeno. Acompanhei o seu discurso. Todo homem que chega ao sucesso tem que lidar o com ciúme e a inveja de muita gente. Na vida, ou somos invejados, ou invejamos - eu prefiro ser invejado. Então, eu quero dizer que a sua luta deve seguir. Não há nada provado contra a sua pessoa. Dinheiro público nas suas veias, tenho certeza de que não verte. Foi uma grande honra conhecê-lo tão cedo. Sempre foi um grande amigo, um grande Deputado, que, acima de tudo, acredita no que faz. Só convence quem está convencido; só empolga quem está empolgado. É nesse ritmo que a sua vida segue e vai em frente. Ataques teremos a todo momento. Eu os tenho também. Mas os fortes resistem e vencem. Não é apenas uma vitória, mas uma vitória com glória. Muito obrigado.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Obrigado, meu irmão. Obrigado, Deputado Bibó Nunes.

Apenas para completar, ressalto que temos de lutar pelo que é melhor para o povo brasileiro. Temos uma das maiores cargas tributárias do mundo na base mais carente. Nós não somos o país que possui o maior imposto do mundo; pelo contrário, estamos longe disso, quando falamos de carga tributária para todos. Mas, quando consideramos os mais frágeis, certamente somos um dos países mais injustos deste mundo.

Quase 50% de impostos são cobrados sobre os alimentos, sobre o consumo. Foi nessa luta que eu encabecei uma reforma tributária. Eu cheguei a apresentar uma proposta de emenda à Constituição que, na próxima semana, será votada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, a PEC 128/19, que corrige as distorções absurdas do nosso sistema tributário.

Espertamente, talvez, analisando um pouco da PEC 45/19, com respeito ao meu amigo Deputado Baleia Rossi, um pouco da PEC 110/19, do Senador Davi Alcolumbre, o exemplo da PEC do Haully, que ficou muito boa, diga-se de passagem, peguei o melhor delas, mas também peguei o que a população queria, peguei aquilo que os institutos precisavam, o que as associações desejavam. Fui lá na Zona Franca de Manaus entender como aquelas pessoas compreendiam o fim da Zona Franca e o dano que causaríamos ao Norte do País. Com base nisso, construí a PEC 128/19, da reforma tributária. Por causa dela, criou-se, dentro da Comissão de Finanças e Tributação - CFT, a Subcomissão Especial da Reforma Tributária, da qual sou Presidente com muito orgulho. Também sou Presidente do Grupo de Trabalho de Combate à Sonegação Fiscal. Aí está uma grande explicação para o que eu venho sofrendo, por que eu venho sofrendo. Não há negócio que resista a tantos ataques. Se antes eu tinha um cliente que acreditava em mim, depois de tantos ataques, na dúvida, é melhor cancelar o contrato. Para que seguir do lado de uma pessoa, se estão

colocando dúvida quanto à personalidade dela?

Se for isso, eu abro mão de tudo, como já dito, de todos os negócios que eu já construí na minha vida. Saio pelado, mas vou aprovar a PEC 128/19, assim como eu vou apoiar a PEC 45/19, assim como eu vou apoiar a PEC 110/19, para que tenhamos uma reforma tributária neste País.

Eu vou continuar aprovando projetos como o Projeto de Lei nº 33, de 2019, que institui escolas de ensino fundamental em tempo integral. É um projeto meu. Vou continuar agarrado no Projeto de Lei nº 4.246, de 2019, que agrava pena para casos de corrupção de menores e transforma isso em crime hediondo.

Está aqui um grande amigo, o Deputado Alexandre Leite, que também conhece a minha luta.

O Sr. Alexandre Leite - Permita-me um aparte.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Permito.

O Sr. Alexandre Leite - Caro Deputado Luis Miranda, grande amigo que fiz neste já quase fim de ano do primeiro mandato de V.Exa., como Líder em exercício do Democratas, não posso deixar de mencionar o episódio em que sofrera um ataque por meios midiáticos, um ataque criminoso, mediante extorsão, que foi investigado e resultou em prisões pela Polícia Civil do Distrito Federal. Eu nunca tinha visto um Parlamentar de primeiro mandato incomodar tanta gente graúda, gente que está sendo presa, indiciada, investigada e lhe imputa fatos no âmbito da vida pessoal, no âmbito empresarial. Mais de 20 minutos de um programa considerado a vitrine de uma grande emissora de TV foram destinados a atacar um Parlamentar. Isso é algo nunca antes visto. Nunca vi uma matéria, num jornal daquele porte, dedicar 20 minutos nem ao Lula, nem para ataques à Dilma, nem a Eduardo Cunha, nem a qualquer outro político que tenha sido envolvido em escândalos neste País.

E dedicaram mais de 20 minutos a atacar V.Exa. no âmbito pessoal. Como Vice-Presidente do Democratas e Líder em exercício, ressalto que V.Exa. teve a oportunidade de se explicar, prestou contas ao partido e deixou muito claro que tudo aquilo que é devido aos problemas empresariais que V.Exa. teve está sendo quitado judicialmente, respeitadas as decisões judiciais, sem nenhuma acusação criminal. Além disso, não há qualquer fato que pese sobre o mandato de V.Exa. V.Exa. tem um mandato ilibado. Até o momento, tem incomodado só aqueles que devem, que já foram ou que estão sendo incriminados. Continue fazendo um belo trabalho. Eu tenho certeza de que logrará êxitos positivos para o Distrito Federal, trazendo

toda a sua vivência exterior para os brasileiros. Parabéns, Luis!(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Pericar. PSL - RJ) - Deputado, V.Exa. dispõe de 1 minuto para fazer as considerações finais.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Obrigado, Deputado Alexandre Leite. Obrigado, Deputado Bibó Nunes. Agradeço a toda a família do Democratas, a todos os Parlamentares do Democratas.

Quero agradecer, em especial, aos funcionários do meu gabinete. Não vão nomear nenhum aqui para não esquecer ninguém. Todos são responsáveis por esse sucesso e por esse incômodo dos demais. Se não fossem vocês, eu jamais teria conseguido chegar até aqui. Sem apoio do meu partido, sem apoio do Líder, sem apoio dos Vice-Líderes, sem apoio dos colegas, sem apoio do Presidente da Câmara dos Deputados, sem apoio dos demais Parlamentares - todos me apoiaram - e sem o apoio, principalmente, da minha família e dos meus amigos, eu já teria desistido. Já que vocês querem me apoiar, vamos continuar lutando, porque o Brasil precisa de nós.

Estamos juntos! Juntos somos mais fortes!

Valeu!

Documento 32/92

318.2019	Sessão Não Deliberativa de Debates - 10/10/2019- CD	16:36
Publ.: DCD - 11/10/2019 - 83	HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.478, de 2019, sobre o estabelecimento de critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite referido no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 2010 (cessão onerosa). Realização, pela Comissão Especial da Reforma Tributária, do 8º Seminário Regional da Reforma Tributária, em Belém, Estado do Pará. Expectativa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional. Aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2019, sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária - LDO de 2020. Aprovação de emendas do orador à proposição, destinadas à realização de obras rodoviárias no Estado do Maranhão. Agravamento da situação da área de segurança pública no Estado. Ineficiência da política de segurança pública

adotada pelo Governador Flávio Dino.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputada Chris Tonietto, que preside a sessão neste momento.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu utilizo a tribuna da Câmara na tarde de hoje para comemorar a aprovação, ontem, da lei que organiza a distribuição do recurso que será arrecadado no leilão do pré-sal, que será feito no próximo mês, em novembro. Serão arrecadados aproximadamente 106 bilhões de reais com a venda de lotes do pré-sal, aquilo que já tinha sido estabelecido através de proposta de emenda à Constituição - PEC que nós aqui aprovamos.

Ficou acertado de entregar, desses 106 bilhões de reais, 30 bilhões de reais para a PETROBRAS, para fazer aporte financeiro para a empresa, e também distribuir 15% para os Estados e 15% para os Municípios. Ontem nós aprovamos a lei que regulamenta essa distribuição.

O Maranhão será beneficiado, talvez não como merecia, mas será beneficiado, porque o Governo do Maranhão vai receber 560 milhões de reais. O Governo do Flávio Dino vai receber 560 milhões de reais, graças ao esforço do Deputado Hildo Rocha e de outros Deputados Federais que compõem a bancada do Maranhão.

Agora o projeto vai para o Senado.

Os Municípios do Maranhão também serão beneficiados. A nossa Capital, São Luís, vai receber 58 milhões de reais, dinheiro suficiente para refazer toda a malha viária da cidade.

A cidade de São José de Ribamar, com a qual tenho ligação muito grande e na qual já tive a oportunidade inclusive de residir, vai receber 10 milhões de reais, dinheiro que vai ajudar bastante na recuperação da malha viária do Município e também ajudar o Prefeito Eudes a fazer outras obras, porque há muitas obras que precisam ser refeitas na cidade de São José de Ribamar. O Eudes assumiu recentemente a Prefeitura Municipal.

Outro Município em que fui muito bem votado, Buriticupu, vai receber 3 milhões e meio de reais. Eu sei que lá, assim como em São José de Ribamar e em outras cidades, o dinheiro será bem investido, porque os Prefeitos são responsáveis, são corretos, são honestos e sabem trabalhar com recurso público.

A cidade de Água Doce do Maranhão, uma cidade pequena, mas que

tem uma grande Prefeita, a Prefeita Thalita, vai receber 1 milhão e 80 mil reais. É pouco, mas é dinheiro que chega em boa hora para que ela possa também fazer algumas obras de que a cidade precisa.

A cidade de Cantanhede, onde eu fui Prefeito por duas vezes, graças à oportunidade que o povo e Deus me deram, vai receber 1 milhão e 600 mil reais.

É injeção direta na veia para os Municípios. É lógico que nós esperamos que as Câmaras de Vereadores fiscalizem o dinheiro, para que não seja necessário nós, Deputados Federais e Senadores, fazermos essa fiscalização. E eu estou aqui para fazer esse tipo de trabalho, porque fui eleito para lutar pelos Municípios do Maranhão, para lutar pelo meu Estado, para levar recursos federais. E existe uma briga grande por recursos, porque são 513 Deputados Federais e 5.570 cidades. Então, muitos brigam pelo seu reduto.

Nós estamos fazendo o nosso trabalho. Eu não desejo, Deputada Chris Tonietto, que esse dinheiro seja jogado fora, que deixe de virar obra para os Municípios.

Há que se registrar que esse dinheiro era só do Governo Federal, mas um acordo com o Presidente Jair Bolsonaro - é importante que se diga isso - permitirá que esse dinheiro - 10,5 bilhões - seja transferido para os Estados. Muitos desses Estados são governados por Governadores do PT e do PCdoB, como é o caso do Maranhão, mas o Presidente Jair Bolsonaro permitiu que se faça, sem nenhum tipo de objeção, a transferência. Nós, Parlamentares, temos a obrigação de fiscalizar, como eu tenho feito a fiscalização no Maranhão de qualquer ato de que eu suspeite algo errado. Isso nós temos feito.

Então, Sra. Presidente, isso é motivo de muita comemoração para todos nós.

Agora, o que é o dinheiro do pré-sal, essa cessão onerosa? Algumas pessoas perguntam que dinheiro é esse. Esse dinheiro é o patrimônio do povo brasileiro, do petróleo que está abaixo da camada do sal, chamado pré-sal. Essa camada tem bastante petróleo. Estima-se que, na venda do lote, agora em novembro, serão apurados 106 bilhões de reais - pode até ser mais -, mas essa estimativa é bem realista; esse valor pode até aumentar.

Quero também, Sra. Presidente, falar sobre os seminários que nós estamos realizando.

Eu sou o Presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária na Câmara Federal, eleito por unanimidade pelos meus colegas Deputados e Deputadas, e estou hoje alegre, porque estamos

realizando o 8º Seminário Regional da Reforma Tributária.

Não vou poder estar presente lá em Belém, do Pará, hoje a partir das 18 horas, mas quem vai comandar a nossa Comissão em Belém, do Pará, é o nosso Vice-Presidente, o Deputado Sidney Leite. Quem vai estar na coordenação é nosso amigo Deputado Celso Sabino, um grande Deputado, tributarista, inclusive Pós-Doutor em Tributos, bastante conhecedor do assunto, que tem nos ajudado muito na Comissão da Reforma Tributária que analisa a PEC nº 45, do Deputado Baleia Rossi, que pretende simplificar o sistema tributário no que diz respeito à fonte de consumo e também dar maior transparência, porque hoje o cidadão, primeiro, não sabe quanto está pagando em cada produto que consome e, segundo, não sabe para onde vai o dinheiro que paga de imposto - se vai para a educação, se vai para a saúde ou se vai para o Legislativo.

A partir da aprovação da PEC do Deputado Baleia Rossi, o cidadão, ao comprar 1 quilo de sal, vai saber o imposto que está pagando, quanto é e para onde vai aquele dinheiro: qual ente vai receber e em qual ação vai ser aplicado aquele recurso - se é para educação, se é para saúde, se é para segurança. Ele vai saber e cobrar em relação a isso.

Além disso, diminui-se a alta regressividade que há nesse tributo, porque, com aplicação da PEC do Baleia Rossi, quem ganha até 2 salários mínimos vai poder receber de volta todo o tributo incidente sobre a cesta básica.

Estima-se que de cada 1 mil reais gastos em compra, pelo menos 200 reais correspondem a tributo sobre o produto. A pessoa que ganha até 2 salários mínimos vai receber no mês seguinte, na sua conta, 200 reais, para voltar ao mercado e aumentar o poder de compra e fazer com que gire mais a economia.

Eu quero convidar todos os paraenses que estão em Belém a participarem desse evento que está sendo promovido pela Câmara Federal.

Também ontem nós aprovamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, relatada pelo grande Deputado Cacá Leão.

Nós conseguimos aprová-la, com três emendas do Deputado Hildo Rocha. As minhas emendas estão contidas no anexo de metas e prioridades. Uma prioridade para o Governo, para o próximo ano, é a conclusão da duplicação da BR-135, início de obra para a duplicação da BR-222, trecho de Miranda do Norte e Santa Inês, e entroncamento de Itapecuru-Mirim até a cidade de Chapadinha, da duplicação da BR-010, trecho de Açailândia, que passa por Imperatriz e vai até a cidade

de Estreito.

Isso não significa que vai ser feito. Mas se não estiver contido na LDO, mesmo que se queira destinar recursos, não será possível, porque não é prioridade do Governo. Mas temos que correr atrás do dinheiro. Temos emenda de bancada garantida, impositiva, para o próximo ano, correspondente a 248 bilhões de reais. Nós podemos injetar 100 bilhões de reais nessas rodovias federais importantes para o povo maranhense.

É necessário que 17 Deputados Federais e 3 Senadores concordem com o que nós estamos propondo. Tenho dito em todas as reuniões que temos que priorizar as rodovias federais.

Sra. Presidente, eu quero falar sobre o agravamento da segurança pública no Estado do Maranhão.

Ontem, dezenas de pessoas, muitos casais estavam tranquilamente no cinema Golden Shopping Calhau, em São Luís, assistindo ao filme *Coringa*, quando, de repente, seis bandidos fizeram um arrastão dentro do cinema e levaram celular, bolsa, documento de todo mundo e, ainda mais, fizeram reféns. Pessoas que estavam na maior tranquilidade, relaxando, foram se divertir no cinema, foram feitas reféns, vítimas de um assalto, de um arrastão. Isso não é cabível!

E o Governador do Maranhão quer ser Presidente da República. Ele disse que a segurança do Maranhão é muito boa, sendo que a cada semana pelo menos dois bancos no Maranhão são explodidos. Que segurança é essa?

Sra. Presidente, peço que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 33/92

323.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/10/2019- CD	16:00
Publ.: DCD - 17/10/2019 - 26	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância de realização das reformas previdenciária, administrativa e

tributária.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, no tempo do meu partido, desejo falar rapidamente sobre uma das mais importantes reformas que estão em curso nesta Casa, a reforma tributária.

A reforma tributária, a reforma da Previdência e a reforma administrativa que o Governo deverá mandar para esta Casa nos próximos dias constituem as três grandes reformas que vão criar um ambiente, que vão criar possibilidade, no meu entendimento, para que o Brasil possa voltar a crescer, aquecer a economia e sobretudo gerar empregos.

Nós temos três propostas, Sr. Presidente. Temos a PEC nº 45, de 2019, assinada pelo Deputado Baleia Rossi, que tramita na Comissão Especial da qual sou membro titular. Temos a PEC nº 110, de 2019, do ex-Deputado Luiz Carlos Hauly, que tramita no Senado Federal. E estamos aguardando a proposta do Ministro da Economia, Paulo Guedes, um Ministro determinado, inteligente e pragmático, que está tocando de forma excepcional a economia do País. Apelamos ao Ministro que nos envie o mais rapidamente possível a sua proposta, para que possamos promover uma síntese das três propostas e buscar a efetivação de uma reforma tributária que possa ser transparente, simples e sobretudo justa.

Sr. Presidente, há alguma coisa errada com o Brasil. Não é possível que nós tenhamos a maior carga tributária do mundo. Um terço do nosso PIB nós gastamos com contribuições, com taxas e com impostos. Mais do que isso: nos últimos 40 anos, somos um dos países do mundo que menos cresceu e, nos últimos 4 anos, nós crescemos em um índice assustadoramente pequeno.

Também vale a pena nós registrarmos que 167 países no mundo têm o IVA, que é o Imposto de Valor Agregado. Portanto, nós somos um dos poucos países que ainda temos um sistema nacional de tributação arcaico, oneroso, atrasado, que promove a evasão fiscal. Por exemplo, nós criamos as regras quando tínhamos restrições tecnológicas. Hoje, nós não temos mais restrições tecnológicas e continuamos com as mesmas regras, absurdamente.

Nós não estamos, por exemplo, Sr. Presidente, tributando ou conseguindo tributar a nova economia. O cartão de crédito, a telemedicina, o Uber, o Google, o WhatsApp, essa nova economia não está sendo tributada, e, portanto, nós estamos perdendo recursos que iriam para o caixa do Governo.

Quero rapidamente dizer que nós vamos buscar uma reforma que simplifique o nosso sistema. Hoje nós temos empresas que gastam até 7% do seu faturamento para promover o recolhimento, porque o recolhimento é algo muito complexo, muito difícil. Ora, essa complexidade, Sr. Presidente, também traz para nós um elevado índice de ações judiciais, o que é muito ruim para o nosso País. Os investidores que querem investir no Brasil perguntam sobre os licenciamentos ambientais, perguntam sobre a questão fiscal e perguntam principalmente sobre o nosso sistema nacional de tributação.

Quero também dizer que nós vamos buscar transparência. Hoje nós não sabemos quanto pagamos de imposto ao comprar um sapato, por exemplo, porque pagamos imposto por dentro e imposto por fora. A base é fragmentada, cada Estado tem um ICMS. Temos 27 tipos diferentes de ICMS no Brasil e uma absurda guerra fiscal. Também temos milhares de ações todos os anos na Justiça questionando os diferentes tipos de ICMS. Além disso, há as resoluções, as portarias, etc. Enfim, o Brasil está engessado, a nossa economia está engessada.

Sobre a questão de se fazer uma reforma justa, é preciso dizer à população que nós temos um dado assustador: o Brasil tributa a renda em 21%, ou seja, aqueles que têm mais são tributados em 21%, e tributa o consumo em 49%. Portanto, o pobre, o pequeno, aquele que ganha 2 mil e gasta 2 mil, está sendo tributado e penalizado. Os Estados Unidos, que servem como exemplo nesse quesito, tributam a renda em 49% e o consumo em 17%.

Sr. Presidente, a reforma tributária vai promover o investimento, vai tirar a tributação das exportações, junto com o combate à corrupção, com o processo de privatização, com o processo de concessões que o Presidente Bolsonaro está fazendo, com o apoio desta Casa, com a reforma administrativa, que deverá ser debatida muito em breve nesta Casa. Assim, nós vamos retomar o crescimento do Brasil.

Eu acredito no Brasil. Nós estamos no caminho certo. Às vezes a população reclama, e com certa razão, que as reformas estão demorando um pouco, mas isso está ocorrendo porque não somos capazes de consertar, não conseguimos consertar tão rápido aquilo que foi destruído durante décadas, durante séculos. Mas nós temos um Governo liberal, nós temos um Congresso majoritariamente liberal e estamos trabalhando fortemente para promover o emprego, para apoiar quem gera emprego, para apoiar o setor produtivo, porque o setor produtivo é a Casa da Moeda do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

323.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 16/10/2019-16:16
Publ.: DCD 17/10/2019 - 32	- JOSÉ NUNES-PSD -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de realização das reformas previdenciária, tributária e política.

O SR. JOSÉ NUNES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta oportunidade quero dizer que estamos caminhando para fazer as grandes reformas deste País.

Iniciamos com a reforma da Previdência, que certamente será concluída na próxima semana no Senado da República. Vamos trabalhar para fazer a reforma tributária, que é uma das reformas mais importantes que se pode fazer neste País, para realmente trazer uma situação de modernidade na arrecadação dos impostos a que temos direito.

De forma particular eu acho que a reforma tributária é uma reforma que poderá alavancar mais recursos para a Nação. E aí vamos incluir os Estados e os Municípios, porque de outro modo nós não vamos conseguir avançar na arrecadação dos impostos deste País.

Hoje, nós temos um sistema arcaico, que não se entende mais como verdadeiro em nenhum país que se preze e que quer andar no caminho do desenvolvimento. Dessa forma que a reforma tributária deve ser pautada com urgência, para que possamos, sim, desenvolver um trabalho que redunde em benefício para toda a Nação.

Continuando com as reformas, Sr. Presidente, podemos pensar também na reforma administrativa, porque entendemos que no País existem vários e vários cargos desnecessários, que precisam ser tirados de pauta, para atender melhor a toda a população.

Por último, eu sonho também com uma reforma que não está sendo cogitada neste momento, mas que considero de grande importância, que é uma reforma política séria, certa e sem olhar para umbigo de nenhum Parlamentar. Precisamos de uma reforma política em que possamos encontrar o caminho certo para resolver o problema político deste País. Não podemos continuar com esse modelo político de

eleições a cada 2 anos, porque isso causa danos a todo nosso País, a toda a nossa Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Documento 35/92

341.2019

Sessão Deliberativa Ordinária - 29/10/2019-14:08
CD

Publ.: DCD - 30/10/2019 -
41

ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Participação do orador em conferência do setor sucroalcooleiro realizada em São Paulo, Estado de São Paulo. Importância da agricultura para a preservação ambiental. Baixa utilização de defensivos agrícolas pelos produtores rurais brasileiros. Importância do desenvolvimento sustentável. Elogio à legislação ambiental brasileira. Existência de ampla área de cobertura vegetal protegida e preservada no Brasil. Utilização de matriz energética limpa no País. Participação do orador em debates sobre a utilização de incentivos fiscais para execução de boas práticas ambientais.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem, iniciou-se, em São Paulo, a maior conferência do setor do etanol e do açúcar. Lá, reuniram-se plantadores e fornecedores de cana, toda a cadeia que se aglutina em torno desse segmento, como fabricantes de equipamentos e insumos, e o setor industrial. Participei de todos os debates, os quais foram prestigiados pela presença do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e pelo Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. O evento congregou aqueles que pensam na expansão do etanol e na ampliação da produção da cana-de-açúcar no Brasil. Mais do que isso, relatos feitos dão conta de que o etanol cada vez mais é uma *commodity* internacional. Na ocasião, definimos um plano de ampliação da participação do Brasil. Levei para lá nossa saudação em nome da Frente Parlamentar Mista pela Valorização do Setor Sucroenergético, a qual coordeno.

Sr. Presidente, solicito ainda que sejam dados como lidos dois discursos.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. PSD - BA) - Obrigado, nobre

Deputado.

O pedido de V.Exa. será atendido.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia do Agricultor, comemorado em 28 de julho, celebra a força e o virtuosismo dessa profissão tão nobre e essencial. Desde tempos muito antigos, a agricultura foi a responsável pelo desenvolvimento da sociedade. A data é ótimo momento também para esclarecer *fake news* que ainda recaem sobre os agricultores.

Ao contrário do que muitos insistem em afirmar, a produção agrícola não destrói a natureza. Ninguém cuida mais dos recursos naturais do que nosso amigo agricultor. É dela que ele vive, sustenta sua família, gera renda e resultados positivos nas exportações brasileiras. Afirmer que o homem do campo não cuida da natureza é como dizer que um cirurgião não trata do seu paciente, que um advogado queima a Constituição.

Aos fatos: o agricultor não coloca "veneno" na comida de ninguém. Os produtos utilizados na lavoura são verdadeiros avanços tecnológicos aprovados pelos órgãos responsáveis após anos de estudos. Os defensivos agrícolas são essenciais para uma produção e produtividade cada vez maiores, da mesma forma que são os remédios para a vida humana.

O Brasil é um dos países que produz mais alimento com menos aplicação de defensivos no mundo todo. O Japão, por exemplo, emprega por hectare quase oito vezes mais produtos do que no Brasil, que está em 7º lugar mundial no uso de defensivos. O *ranking* é da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e lista 20 países, sendo que o Brasil fica atrás também de "desenvolvidos" como França, Alemanha e Itália. Sob o critério de consumo de defensivos em função da produção agrícola, o Brasil aparece em 58º lugar, com uso de 0,28 quilos de defensivo por tonelada de produtos agrícolas.

Também muito se fala em desmatamento devido a um hipotético avanço das lavouras em áreas preservadas. Nada disso. Vamos aos fatos, utilizando-se os mais recentes números do Cadastro Ambiental Rural - CAR nacional, feito pela Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária - EMBRAPA.

De toda a extensão territorial brasileira, as plantações estão presentes em apenas 7,8% das terras e 25,6% são formadas por áreas destinadas à preservação da vegetação nos imóveis rurais. Ou seja, há mais que o triplo de espaços preservados do que cultivados nas propriedades rurais.

Soma-se ainda: as pastagens nativas representam 8% e as áreas plantadas chegam a 13,2%; as unidades de conservação integral chegam a 10,4% do território brasileiro; 13,8% das terras brasileiras são de povos indígenas; e 16,5% são de vegetação nativa em terras devolutas e não cadastradas.

É preciso destacar que a área destinada à vegetação protegida e preservada é de 66,3% - dois terços do Brasil inteiro. Temos ainda mais vegetação com as florestas plantadas, que ocupam 1,2% do território. Já a infraestrutura preenche 3,5% do País.

Fazendo um comparativo, o total de áreas protegidas, preservadas e não cadastradas equivale à superfície de 48 países da Europa. Não é mais possível colocar sobre os ombros do agricultor a deterioração do planeta.

É preciso, portanto, valorizar e defender o homem do campo de ataques ideológicos e sem critérios. São opiniões que atrapalham esse setor econômico brasileiro que há anos só apresenta resultados positivos. Citando apenas dois exemplos: nos próximos 10 anos, nossa produção de grãos deve crescer 30% e a de carnes 27%.

Mas ainda precisamos de uma estratégia para orientar a política de relações internacionais do agro para atingir 10% do comércio agropecuário mundial. O Brasil precisa mostrar para o mundo a sustentabilidade da produção brasileira; revelar que o agricultor gera emprego, renda, riqueza, sustentabilidade, e merece sempre nosso apoio.

Reafirmo, assim, meu compromisso com o produtor rural, mola propulsora do desenvolvimento do País!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho convicção de que é possível harmonizar produção com preservação, conciliar desenvolvimento com meio ambiente.

O assunto do momento é Desenvolvimento Sustentável. O desenvolvimento capaz de "*suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações*". É um novo modelo de crescimento, que leva em

conta as fragilidades do meio ambiente, reconhecendo que o único caminho é reduzir o uso de matérias-primas e aumentar a sua reutilização - é a "economia circular". E o Brasil pode ser vanguarda desse movimento, que busca romper com a lógica de "extrair-produzir-descartar".

Dispomos, para isso, de uma das legislações ambientais mais completas e rigorosas do mundo, como a Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei da Mata Atlântica e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, da qual fui Relator, criadas para proteger o meio ambiente e mitigar os efeitos da atividade humana danosa à qualidade ambiental.

Possuímos a maior área de cobertura vegetal do mundo, que, segundo a EMBRAPA, cobre 66,3% do território nacional. Um ativo ambiental que é fundamental para a estabilidade ambiental do planeta, cuja proteção ganhou um grande reforço com a recente aprovação da Política Nacional de Pagamentos Ambientais, a qual tive a honra de relatar, que compensará, como forma de estímulo, os que mantenham suas áreas conservadas.

Além disso, o Brasil possui uma matriz energética limpa. Enquanto no resto do mundo a participação de energias renováveis varia entre 17% e 18%, aqui, segundo o Grupo de Estudos do Setor Elétrico - GESEL, é de 80%. E continuamos ampliando nosso parque eólico e o número de termoeletricas alimentadas com bagaço de cana.

Na área dos combustíveis, muitos avanços. O etanol já substitui 45% de toda a gasolina consumida no País e a descarbonização da nossa matriz de combustíveis tornou-se um compromisso de Estado, com a criação do Renovabio, que, além de incentivar a produção de biocombustíveis, será fundamental para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Esses são exemplos para o mundo de como o Brasil está trilhando, com responsabilidade, o seu caminho para uma economia de baixo carbono. Essas práticas, contudo, precisam ser fortalecidas por meio de uma política de indução, privilegiando instrumentos tributários que estimulem comportamentos adequados ao meio ambiente.

Esse tema foi amplamente discutido no encontro Economia Circular e a Indústria do Futuro, realizado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, em São Paulo, onde tive a oportunidade de participar ao lado do Governador João Dória. No evento, ressalttei a importância da Política Nacional de Resíduos Sólidos como ferramenta para promover a transição para essa nova economia e a necessidade de um sistema tributário que leve em consideração o impacto ambiental dos diversos bens e serviços.

Outro debate foi realizado em Brasília pela Frente Parlamentar da Economia Verde, da qual sou Presidente, e que contou com a participação do Deputado Aguinaldo Ribeiro. O Relator da PEC 45/19, sobre a reforma tributária, recebeu um manifesto, apoiado por 21 entidades do setor produtivo, em defesa da utilização de estímulos ou incentivos fiscais para execução de boas práticas ambientais, e prometeu levar em consideração, em seu parecer, os preceitos da "economia verde".

Tenho convicção de que a economia não pode ser mais "linear", com a dependência do consumo cada vez maior de recursos não renováveis, mas sim "circular", para o reaproveitamento de insumos, para o reaproveitamento de matéria-prima. Para isso, precisamos estimular os setores que, além de terem efeito virtuoso sobre a economia, produzam com absoluto respeito ao meio ambiente.

Documento 36/92

345.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 30/10/2019- CD	14:28
Publ.: DCD - 31/10/2019 - 59	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de seminário sobre as Propostas de Emenda à Constituição de nºs 45 e 110, de 2019, acerca da alteração do Sistema Tributário Nacional. Desafio da reforma tributária de busca do reequilíbrio federativo e do bem-estar social. Defesa de redução dos tributos incidentes sobre o consumo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na próxima segunda-feira, dia 4, nós vamos realizar, em Minas Gerais, o nosso seminário sobre a reforma tributária, a PEC 45 e a PEC 110. É lógico que essa PEC está seduzindo parte da sociedade brasileira, empresariado, governos, porque há o pacto de não aumento de carga tributária e também de não diminuição dos recursos para os entes federados.

No entanto, essas duas PECs não resolvem o problema do pacto federativo, porque todos nós sabemos que os Estados e os Municípios estão literalmente quebrados. Ou seja, é preciso uma PEC que busque um novo reequilíbrio federativo. Esse é o grande desafio da reforma

tributária. Mas também não resolve o problema do financiamento da política do bem-estar social evidentemente. Se não resolve o problema do pacto federativo, não resolve o problema do bem-estar e da proteção social.

O mais grave, Deputado Alencar, é que não resolve o problema estrutural da desigualdade da renda do Brasil, e, sim, agrava. É uma vergonha esta Casa promover esses seminários regionais e prometer uma mudança, com melhoria no sistema tributário, sendo que, de fato, para o povo, para os trabalhadores, para os mais pobres, para os assalariados, para o servidor público, para quem tem carteira assinada, quem tem contracheque, nada. Pelo contrário, essa PEC, que tem uma premissa, que eu concordo, de não aumento de carga tributária, erra, porque não tem a premissa fundamental de mudar o sistema tributário brasileiro, que é extremamente regressivo, cobra de forma indireta e cobra imposto dos mais pobres. O sistema tributário brasileiro cobra sobre o consumo 54%. Vou fazer uma conta simples: o trabalhador que ganha mil reais - e 50% da população ganha um salário mínimo - paga de imposto 540 reais. Isso é um crime!

Esse Governo, que ama mais os Estados Unidos do que o Brasil, deveria copiar o modelo americano, que cobra 15%, ou, então, o "clube dos ricos", os 36 países da OCDE, que cobra em média também 15%. Se o imposto indireto e sobre o consumo fosse 15%, nós estaríamos liberando para os trabalhadores brasileiros quase 400 reais por mês para consumo. Não existe nenhuma política - nem bolsa família, nem transferência monetária, nem renda básica universal - de tamanha importância como não cobrar impostos regressivos indiretos e sobre o consumo.

Qualquer estudo comprova que o efeito na concentração de renda, no Índice de Gini, seria extraordinário se o Brasil tivesse a premissa de que, na reforma tributária - e deveria haver uma proposta de emenda constitucional -, não pode haver mais de 15% de tributação direta ou imposto sobre consumo. Eu vou até apresentar, vou colher assinaturas, para que nós, de fato, possamos proibir mais de 15% de impostos sobre o consumo ou indiretos neste País. Eu acho que aí sim, de fato, nós estaríamos melhorando a vida do povo, porque quando o povo brasileiro chegar a uma padaria e pagar 30% de IVA - Imposto sobre Valor Agregado sobre o pãozinho francês, pagar 30% no transporte urbano, no transporte coletivo, pagar mais 30% em todas as outras mercadorias, porque não querem criar uma taxa diferenciada para os mais pobres, aí sim, de fato, esta Câmara perderá mais uma vez a credibilidade.

Extraordinária - CD

Publ.: DCD
31/10/2019 - 91

- HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Reunião do orador com o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Rodrigo Dias. Encontro do Parlamentar com os Prefeitos Mercial Arruda e Aluisio Carneiro Filho, o Aluisinho, respectivamente, dos Municípios de Grajaú e Esperantinópolis, Estado do Maranhão. Realização, nas Assembleias Legislativas dos Estados do Ceará e de Minas Gerais, de seminários para debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Assis Carvalho, que preside a sessão neste momento, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, subo à tribuna da Câmara neste momento para registrar uma audiência que tive, hoje pela manhã, com o Presidente do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Sr. Rodrigo Dias, que está fazendo um grande trabalho, destravando os pagamentos, acelerando a execução de obras na área educacional do Brasil inteiro.

Estive lá com o Prefeito de Grajaú, o Mercial Arruda, com o Prefeito de Esperantinópolis, o Aluisinho, e resolvemos grande parte dos problemas desses dois Municípios. Também levei ao conhecimento do Presidente Rodrigo Dias outras ações que precisam ser resolvidas em outros Municípios do Maranhão, os quais aqui represento como Parlamentar. São Municípios que me escolheram como seu representante. Então, parabeno a conduta do Rodrigo Dias, que está fazendo um grande trabalho.

Sr. Presidente, quero também aproveitar a oportunidade para registrar que, na última sexta-feira, realizamos em Fortaleza, na Assembleia Legislativa do Ceará, um seminário organizado pelos Deputados Roberto Pessoa e Pedro Augusto Bezerra, que tiveram o apoio do Presidente da Assembleia Legislativa, bem como dos Deputados Mauro Benevides Filho e do Júnior Mano, que lá também estiveram.

Foi uma discussão de alto nível, que contou com uma participação muito grande, com a presença inclusive do ex-Governador do Ceará Gonzaga Mota, que foi nosso colega Deputado e levou algumas informações desta Câmara em relação a esse tema. Esteve presente também o Deputado Constituinte Firmo de Castro, que falou sobre a parte de tributação e orçamento da nossa Constituição Federal. Ele foi

um dos responsáveis pela redação dessa parte da nossa Constituição Federal.

Eu quero também, Sr. Presidente, convidar todos os Deputados e Senadores mineiros a participarem, na próxima segunda-feira, dia 4, de um seminário sobre reforma tributária que vai acontecer em Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Os Deputados Reginaldo Lopes e Newton Cardoso Jr estão organizando o seminário, que vai tratar da PEC 45/19, de autoria do Deputado Baleia Rossi. O seminário está sendo organizado pelo Deputado Estadual Agostinho Patrus, que é o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Eu quero convidar todos os mineiros e todos os brasileiros que ali moram.

Sr. Presidente, eu concluo pedindo que este nosso pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 38/92

346.2019	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 30/10/2019-17:20
Publ.: DCD 31/10/2019 - 141	- ASSIS CARVALHO-PT -PI	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação, à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019 (reforma tributária), de emenda destinada à tributação de veículos automotores aéreos e aquáticos. Agradecimento aos Deputados pelo apoio à propositura. Ameaça do Presidente da República à Rede Globo de Televisão, em face do envolvimento do seu nome no caso do homicídio da Vereadora Marielle Franco.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer aos Parlamentares desta Casa, pois nós apresentamos uma emenda à PEC 45, que trata da reforma tributária, e obtivemos apoio de 209 Deputados. Sou muito grato pela compreensão desta Casa em acolher a nossa emenda.

A nossa emenda trata exatamente da tributação dos veículos

automotores aéreos e aquáticos. A Constituição de 1988 estabeleceu a tributação desses veículos com o IPVA, mas uma decisão do STF, em 2007, terminou por considerar que a intenção dos legisladores da época, dos Constituintes, era a continuação da taxa rodoviária única, então extinguiu esse imposto exatamente dos helicópteros, dos jatinhos de luxo, de todos os veículos automotores aquáticos, o que é uma insensatez.

Então, eu agradeço o apoio a minha emenda e espero que isso seja reincluído na Constituição brasileira, porque é uma proposta justa. Hoje, tributa-se um carro popular ou uma moto pequena, mas os veículos aquáticos e aéreos não são tributados. Eu sou grato pelo apoio em razão da possibilidade de corrigirmos isso.

Por fim, Sr. Presidente, retomando a polêmica já comentada aqui, quero dizer que o que incomoda o povo brasileiro é exatamente o fato de o Presidente deste País, contra quem, neste momento, surge uma denúncia pública, em vez de mandar investigar com isenção, de forma republicana, começa a ameaçar a imprensa, que, há pouco tempo, era aplaudida quando denunciava a Dilma, quando denunciava, sem provas, o Presidente Lula, essa mesma imprensa e essa mesma Rede Globo que tanto fizeram para que o golpe acontecesse no nosso País. Mas vejam que o pau que dá em Chico dá em Francisco, não é? Não pode haver dois pesos e duas medidas. Nós dizíamos isto: *"Aqueles que estão aplaudindo hoje poderão chorar amanhã"*. E é o que está acontecendo. Aplaudiram tanto as injustiças, então, caso isso seja uma injustiça, que se investigue. Mas, se for verdade, lamentavelmente, a República estará ferida mais uma vez, e não haverá razão para este Governo continuar, porque Marielle foi assassinada, e hoje praticamente não há dúvida de que foi a milícia que a assassinou.

Quem protegeu os autores? Por que não se divulga? É isso que nós queremos saber, apenas isso. O Brasil quer saber disso. Não é atacando a imprensa, não é atacando as pessoas, não é ameaçando um porteiro que se vai resolver uma situação como essa. O Brasil quer uma resposta. E este Parlamento precisa estar muito sereno, unido, para não mascarar a verdade, que, infelizmente, parece estar vindo à tona.

Esta é a nossa palavra. Solicito, Sr. Presidente, que ela seja divulgada nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Sumário

Importância de valorização das instituições democráticas brasileiras. Trajetória profissional do orador. Dificuldades enfrentadas pelo empreendedorismo no Brasil. Importância de promoção da inclusão social sustentável. Impasse ao desenvolvimento provocado pelo excesso de burocracia no País. Defesa de realização da reforma tributária. Importância de realização da reforma administrativa para redução e eficiência da máquina estatal. Elogio ao Presidente Rodrigo Maia por declarações contundentes sobre a reforma tributária. Aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, gostaria de saudar os pagadores de impostos, que, estando empregados ou não, e em um ambiente tão difícil que temos no Brasil, têm que pagar impostos.

Eu vou fazer uma reflexão hoje neste Grande Expediente, inclusive fazendo uma análise do que está acontecendo no Brasil e na América Latina. Nós estamos vendo vários países onde a pobreza e as desigualdades sociais começam a aquecer o ambiente político, disputas acabam acontecendo. Mas eu quero fazer isso com um olhar diferente. Eu não gostaria de fazer isso com o olhar do radicalismo, vamos fazer com uma visão de quem traz soluções, traz soluções para o equilíbrio, até pelo discurso que me antecedeu, muito bem falado de que nós precisamos sempre valorizar as instituições democráticas, porque é na democracia, seja nas dores ou no prazer, que nós vamos conseguir construir um País muito mais equilibrado, estável, num ambiente de qualidade de vida para todo o brasileiro.

Eu quero contar um pouco da minha história, porque ela vai ter uma relevância muito importante, até por eu ter chegado aqui como Deputado Federal. Nasci na cidade de Campinas e tive um ambiente familiar extremamente bom, com muita liberdade, onde eu podia inventar, criar. Desde muito pequeno, eu sempre estava inventando coisas. Minha mãe nos deixava comprar um carro no ferro velho para podermos reformar e fazer a sua revenda e, em seguida, comprar um outro carro para poder construir um carro. Então era sempre um ambiente criativo e de muita liberdade. Baseado nisso, obviamente, eu tive que me formar em Engenharia Mecânica, que era a minha paixão. Eu fiz faculdade de Engenharia Industrial em São Bernardo do Campo e, obviamente, acabei entrando, para fazer um estágio, na Rhodia, onde eu fui o chefe das paradas de fabricação. Eu entrava em tudo que

era tubulação, caldeiras, tanques e vasos de pressão para poder fazer aquela grande fábrica estar sempre em dia, funcionando muito bem. Isso me deu muita realidade do que é trabalhar de fato, mesmo como engenheiro, com as mãos, com as pessoas. Eu não sou uma pessoa criada em apartamento com carpete, eu sou uma pessoa que sempre viveu muito a realidade. Formei-me e fiz pós graduação em Administração de Empresa, para poder ter uma melhor formação do outro lado, que seria o que completaria essa engenharia. Aos 23 anos de idade, eu pedi as contas da Rhodia porque eu queria empreender. Fui para Campinas e, na cidade de Sumaré, comprei uma kombi e um terreno de 300 metros quadrados, onde comecei, com muito pouco dinheiro de uma rescisão trabalhista, uma pequena empresa.

Na pequena empresa, você é a pessoa que vende, é a pessoa que executa, é a pessoa que emite nota fiscal, é a pessoa que faz o registro dos funcionários, é a pessoa que resolve os problemas, é a pessoa que faz compras, é a pessoa que paga os impostos, é a pessoa que faz tudo. Literalmente, a pessoa assobia, chupa cana e toca gaita - é uma expressão que falamos quando somos pequenos.

Quando a empresa é pequena e não tem dinheiro, você tem que ter tempo. Trabalhei muitas e muitas horas, muito mais do que o normal, mostrando que quem empreende é uma pessoa que não tem limites, não tem hora extra, não tem férias, não tem feriado. Você trabalha quando dá, porque precisa ganhar o seu. Eu tive, naturalmente, a experiência de fazer o registro dos meus funcionários. Fui eu mesmo que fiz os primeiros registros, fui eu mesmo que recolhi impostos, tentando entender aquela complexidade que era empreender no Brasil. Vira e mexe, tínhamos uma surpresa com algum fiscal: quando íamos fazer alguma obra, um fiscal pedia um monte de coisas, que, para mim, eram extremamente complexas. Eu apenas queria gerar empregos, trabalhar, ganhar o meu e pagar o dos meus funcionários, o dos meus fornecedores. É um trabalho honesto, mas o Brasil é muito complicado.

A empresa foi crescendo nesses 23 anos. Eu sou uma pessoa que pode afirmar, com muita clareza, que é cada vez mais difícil empreender no Brasil. O que sempre deixa mais difícil esse movimento de empreender no Brasil e gerar emprego é o Estado - infelizmente, eu tenho que falar que é o Estado. A Fundação Perseu Abramo, que é uma fundação do PT, fez uma pesquisa muito bonita, uma análise muito clara, que mostrou que as pessoas da periferia não olham o patrão como inimigo, elas olham o Estado - é aquela figura oculta, que não tem cara, que não tem muita personalidade, mas atrapalha qualquer um que queira empreender no Brasil.

Isso ficou muito claro, nesses 23 anos, com a criação do Bloco K, do eSocial, com o aperto das normas técnicas de segurança do trabalho. Muitas dessas coisas são necessárias - não vou falar que não são

necessárias -, mas, quando elas passam do razoável, se tornam um peso para você contratar, um peso para você ser competitivo, uma dificuldade a mais para quem empreende.

Empreender não é fácil para ninguém. Você arrisca o seu capital social, você põe o seu dinheiro, você tem insegurança, você não sabe se vai vender, você pode correr um risco. O ambiente no Brasil é muito ruim. Fazendo uma análise - sempre nos questionamos: por que essas coisas são tão difíceis? -, eu percebi que o Estado brasileiro é uma grande máquina de exclusão social. Eu vou dar exemplos muito claros para V.Exas. entenderem, Deputado Molon, por que o País é essa máquina de exclusão social. É nisso que nós temos que mexer aqui no Brasil.

Primeiro, o que nós temos aqui, como reflexo dessa máquina de exclusão social, é natural. Temos 27 milhões de desempregados e subempregados, gente que está fazendo bico para poder se virar. E tem que se virar mesmo, porque ninguém vive de fotossíntese. O Estado, cada vez menos, consegue suprir as pessoas com o seu sustento. Quando falamos que o Estado vai suprir, é o mesmo Estado que tira daqueles que estão produzindo e utiliza para amparar essas pessoas.

Como fazer a inclusão social que se sustenta? Como fazer a inclusão social que eu chamo de liberal? Como fazer aquela inclusão social que não precisa de Estado para as pessoas estarem incluídas na plena sociedade, na sua plena cidadania?

Essa é a grande pergunta, porque é nessa hora que todo brasileiro vai conseguir trabalhar e ganhar o seu com orgulho, com a autoestima lá em cima, sentindo-se muito mais cidadão.

Como fazemos isso? A inclusão social que a Esquerda propaga é, muitas vezes, uma transferência de renda. Nós temos que tomar cuidado com isso, porque, se a transferência for muito violenta, ela mata a "galinha dos ovos de ouro", que são aqueles que geram a riqueza. Na extremidade disso, vemos países talvez sem desigualdades, mas todos numa situação muito ruim. Há exemplos disso: Cuba e Venezuela, onde houve uma extremidade do ataque àqueles que geram emprego e riquezas, onde a burocracia ficou ainda maior, onde hoje há uma pobreza extrema, generalizada. Está faltando água, comida, enfim, faltam as coisas mais elementares. Nós temos que procurar outra forma de inclusão social sustentável.

É nessa hora que eu faço uma colocação: nós temos que ensinar o brasileiro a pescar. Trata-se de capacitação, de uma boa educação fundamental, da verdadeira igualdade de oportunidades, na qual as pessoas sabem ler, escrever e interpretar textos. A inclusão social

nessa capacitação também exige uma educação formadora, a educação profissionalizante. As pessoas saem dessa escola fundamental com um ofício, sabendo prestar algum serviço. Quando analisamos algumas escolas do SENAI, vemos que isso é possível. São poucas escolas assim, mas é possível ver jovens que têm uma empregabilidade de quase 100%, porque estão bem formados.

Vamos pegar o exemplo do esporte. Vejam, por exemplo, o que acontece nos Estados Unidos! O esporte é praticado nas universidades, é praticado nas escolas, onde aparecem atletas com grande potencial, onde esses atletas são desenvolvidos e acabam gerando uma inclusão social nas suas famílias. Isso tem um impacto positivo nessas famílias. Podemos citar o baquete, o futebol americano, enfim, todos os esportes que há nos Estados Unidos. No Brasil, é praticamente só o futebol. E não é só isso. Por fim, as artes, como a música, também têm que ter qualidade.

Adianta falar só em capacitação, em ensinar a pescar? Não. É necessário e muito importante, mas não é o suficiente. Nós precisamos também do ambiente de pescaria. Quando eu falo de ambiente de pescaria, nós entramos naquilo que tenho de mais precioso no meu mandato, que é criar o ambiente de negócio no Brasil, que é passar pela desburocratização no Brasil. A burocracia no Brasil não escolhe cor, raça ou religião, nem ideologia. A burocracia atrapalha e é um peso para todos nós: Esquerda, Direita, liberais, autoritários - não interessa! Ela agrega custo ao nosso dia. Ela atrapalha profundamente.

Outra questão que nós temos é a falta de uma integração dos sistemas do Brasil, do Governo brasileiro. Refiro-me ao Governo digital, que falamos que é tão importante. Não é possível que o brasileiro tenha que fornecer as mesmas informações para ene órgãos do Governo. A informação que vai para a Receita Federal é a mesma informação que vai para a Secretaria Especial da Previdência e do Trabalho, que vai para a Caixa Econômica Federal, que vai para o TSE. É insuportável essa burocracia que nós passamos, esse Brasil cartorial.

Quando o Brasil é complicado, ele é para poucos. Nós falamos que o rico fica mais rico no Brasil. Isso é verdade! É tão complexo que exclui. As pessoas pobres, pequenas e simples não têm a menor chance.

Nós vamos entrar na discussão sobre o sistema tributário, tema que está quente nesta Casa, em função da reforma tributária. Talvez essa seja a reforma mais social que nós vamos fazer neste País. O sistema tributário brasileiro é tão complexo que só quem tem uma banca de advogados e uma banca de contadores tem alguma possibilidade de vencer na vida. O pequeno ou simples não tem a menor chance de entender. Ontem eu estive na Universidade de Brasília e disse a todos os jovens: levante a mão quem entende o sistema tributário brasileiro.

Graças a Deus, não havia nenhum mentiroso e, portanto, ninguém levantou a mão.

Eu vou dar um aparte ao Deputado Marcel Van Hattem, que está com o pé quebrado e me pediu a palavra.

Por favor, Deputado Marcel Van Hattem.

O Sr. Marcel Van Hattem - Muito obrigado pelo aparte. Deputado Alexis Fonteyne, V.Exa. dá a este Parlamentar a honra de poder se dirigir a um verdadeiro herói cidadão brasileiro. Faço questão de usar o termo "V.Exa.", porque estou convencido de que você, Alexis, não imaginava, há alguns anos, um dia chegar ao Parlamento nacional, à Câmara dos Deputados. Alexis Fonteyne também é fruto dessa indignação que moveu os brasileiros, heróis como ele, que produzem riqueza, empregam pessoas, mas principalmente praticam a solidariedade no dia a dia, por meio da oferta de produtos e serviços com a melhor qualidade ao menor custo. É exemplo desses cidadãos que, num determinado momento, acordaram e disseram: *"Espere aí! Ou eu me envolvo com política ou não vai adiantar nada o que eu estou fazendo pela sociedade"*. O que os políticos estão fazendo é acabar justamente com a produção de riqueza. Estão burocratizando tudo, criando mais taxas e mais impostos, que inviabilizam a atividade privada. Se eu não me envolver com política, a "galinha dos ovos de ouro" vai ser morta, infelizmente, e não haverá mais nenhuma riqueza para se distribuir. É o grande discurso que os demagogos gostam de falar: citam a distribuição de renda, esquecendo que a produção de riqueza, em primeiro lugar, precisa ser garantida, senão não há distribuição de renda. Portanto, Deputado Alexis Fonteyne, para mim, é uma grande honra, um grande orgulho, uma grande alegria ser seu colega e Deputado Federal aqui nesta Câmara dos Deputados, pelo exemplo que você já deu à sociedade e continua dando, como empreendedor e agora, mais ainda, como liderança em ascensão neste Congresso Nacional, já respeitado pelos pares, consultado em temas muito específicos, como a reforma tributária, e em outros mais genéricos, em virtude do seu bom senso e da sua capacidade de diálogo político, que é tão importante também aqui nesta Casa Legislativa. Parabéns, Deputado Alexis Fonteyne! Mais uma vez, é um grande orgulho e uma alegria ser seu colega.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Obrigado, Deputado Marcel Van Hattem.

É um orgulho receber essa intervenção, esse aparte, com palavras tão bonitas e tão generosas em relação ao meu mandato.

Retomando o meu pronunciamento, insisto: temos que fazer a reforma tributária para entregar ao brasileiro o ambiente fácil para empreender,

para qualquer brasileiro, para qualquer um que vá montar um pequeno negócio. Não pode o sistema tributário ser algo que vai dificultar a vida dele. Ele tem concorrentes, tem que desenvolver o produto dele, tem que desenvolver a qualidade, os negócios, abrir mercado. Portanto, ele já tem dificuldades suficientes. Que não seja o Estado o que vai atrapalhá-lo.

Nós estamos olhando, nessa reforma tributária, três pontos extremamente importantes. O primeiro é a carga tributária brasileira. Muito se fala que a carga tributária brasileira é pesada, é grande. Mas o sentimento maior que nós temos é que não há retorno nenhum dos tributos que pagamos. E é por isso que nós achamos que pagamos muito. Se tivéssemos o retorno dos tributos, como um serviço de qualidade, eventualmente nem estaríamos reclamando da carga tributária.

Mas temos que lembrar que essa reforma tributária não pode começar com o discurso de que vamos diminuir a carga tributária, mesmo porque o que diminui, de fato, a carga tributária é a reforma administrativa, é o tamanho do Estado, o paquiderme Estado brasileiro, que demanda tanto dos nossos recursos. Portanto, a carga tributária brasileira nada mais é do que a gordura, o peso do Estado brasileiro e mais um déficit que estamos tendo nos últimos anos.

O que nós temos que fazer de fato? O Ministro Paulo Guedes sabiamente está fazendo isto e vai apresentar, na próxima semana, nesta Casa e no Senado, uma reforma administrativa, para começar a diminuir o tamanho do Estado e transformá-lo em um Estado muito mais eficiente para o brasileiro, de modo que seja desburocratizado, simples, acessível, a fim de que sintamos que existe um Estado a nosso favor, não contra nós. Dessa forma, essa reforma administrativa deve diminuir o Estado, no tempo - é óbvio que não vai ser um corte, vai ser no tempo -, na renovação do Estado, que vai ficar menor, mais leve, mais eficiente. Nesse momento, nós poderemos falar em diminuir a carga tributária.

Mas há o segundo ponto, que é o ponto mais importante, mais nevrálgico, aquele que atinge diariamente o empresário brasileiro: a complexidade do sistema tributário brasileiro. Ele é complexo e difícil até para as grandes empresas. Para o pequeno, é uma sentença de morte - não há a menor chance. Para o grande, é a perda da competitividade, é a agregação de custo no seu balanço corroendo o lucro.

Vejam: se eventualmente mais lucros tivessem essas empresas, elas poderiam inclusive contratar mais e investir mais no Brasil. Mas os lucros são minguados, porque a insegurança jurídica é enorme. Quando se olha o balanço das empresas, percebe-se que há débitos

tributários que não acabam mais. As empresas são sonegadas? Não. Isso ocorre com muitas delas simplesmente por uma interpretação da Receita Federal ou das Secretarias de Fazenda diferente da interpretação do departamento tributário da empresa. Assim, gera-se uma multa de milhares, centenas de milhões de reais, que não dá nem para levar a sério, porque, se for executada, mata as empresas no Brasil. Como pode haver essa insegurança jurídica?

O Estado, por isso mesmo, cria artifícios como a substituição tributária, um câncer - um câncer! - nos Estados. Há diferença de alíquotas entre dois Estados, e os empresários têm que pagar à vista, para ir junto com a nota fiscal no caminhão a Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE.

Aí nós caímos no terceiro ponto, que é o fluxo de caixa.

Quando se paga tributo no Brasil? No Brasil, paga-se tributo até antes de vender, antes de dar partida no caminhão. Por quê? Quando se fala em substituição tributária ou em diferencial de alíquota, isso tem que acompanhar a nota fiscal. A substituição tributária mesmo é a presunção da cadeia, a presunção do lucro que o empresário vai ter. O Estado traz a valor presente e fala para o fabricante do automóvel, do refrigerante, da camisa, seja lá do que for: você vai pagar o tributo de todo o mundo para quem nós presumimos que você vai vender. Como podem presumir tanto assim? Os regimes tributários no Brasil são de presunção, como se fosse acontecer só sucesso no Brasil. Isso não é uma verdade.

Eu tenho que agradecer ao nosso Presidente Rodrigo Maia, que tem dado declarações contundentes. Recentemente, inclusive no dia de hoje, ele fez mais uma declaração. É a reforma tributária que vai, de fato, entregar um ambiente melhor para fazer negócio e vai começar a criar um ambiente para a geração de empregos. Isso tem toda a relevância do mundo. Reafirmo que a reforma tributária que entrega o tributo mais simples é a reforma mais social de todas. Tanto é social que, na Comissão de Constituição e Justiça, a PEC 45/19 passou com a aprovação de todos os partidos. Fico feliz, porque não vamos ter uma discussão ideológica em cima de algo tão importante para a sociedade brasileira. Nós precisamos de um ambiente de negócios seguros, mas temos que lembrar uma coisa: temos uma transição. Não se faz a troca do sistema tributário de um dia para o outro, simplesmente virando a chave. Muitos investimentos foram feitos no Brasil baseados em incentivos fiscais, baseados em leis que, com a reforma tributária, vão cair.

Temos que lembrar que essa reforma tem que focar em quatro pontos extremamente importantes. Tem que haver simplicidade para deixar todo o mundo empreender no Brasil. O segundo ponto é a

neutralidade. O que é neutralidade? Nós empresários não vamos decidir mais qual é o método de execução, de construção ou de conformação de qualquer coisa nos negócios com base nas regras fiscais. Nós vamos atrás da eficiência, da eficácia. A neutralidade também vai evitar que as empresas se instalem pelo Brasil, em função das guerras fiscais que vemos, com a finalidade de conseguir um incentivo fiscal a mais. Temos que lembrar que, a cada incentivo fiscal dado pelo Governo, alguém vai pagar essa conta mais cara. Não existe almoço grátis. Se há setores que estão extremamente subsidiados com vantagens competitivas enormes, outros estão pagando a conta, e pagando muito caro. Isso recai no consumo - é exatamente o que chamamos de sistema tributário regressivo, que ataca mais o mais pobre, que penaliza o mais pobre.

Aí entramos numa outra discussão, que é mais importante do que dizer que o sistema tributário brasileiro é regressivo. Mais regressivo do que o atual sistema tributário brasileiro é o desemprego, é aquele que nem renda tem. O que o atual sistema tributário está fazendo é gerar desempregos generalizados.

Portanto, é urgente essa reforma tributária, para podermos incluir todo o mundo na sociedade. Não há nada mais regressivo do que o desemprego. Por isso, repito inúmeras vezes que temos que avançar com essa reforma do sistema tributário.

Nós precisamos levar isso muito a sério.

Apesar de ser uma matéria árida para muitos Deputados - talvez não seja de conhecimento de todos -, nós devemos ter responsabilidade para com o Brasil e fazê-lo retomar o pleno emprego. O Brasil precisa ser mais simples, para podermos viver, empreender e incluir todo cidadão na sua plena cidadania.

Muito obrigado.

Documento 40/92

356.2019	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 05/11/2019-14:48
Publ.: DCD - 06/11/2019 - 60 REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pela Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Reequilíbrio federativo, financiamento de políticas compensatórias e

desigualdade de renda, como desafios impostos à reforma tributária.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidenta.

Quero falar um pouco da audiência pública que fizemos ontem na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na verdade, um seminário sobre a reforma tributária.

Em primeiro lugar, quero agradecer a presença ao Presidente da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, de autoria do Deputado Baleia Rossi, Deputado Hildo Rocha, ao Prof. Barbosa Machado, que também esteve no debate conosco, e a vários outros convidados e Deputados, como Newton Cardoso Jr.

Quero aqui dizer que, de fato, a sociedade mineira tem várias preocupações em relação à PEC nº 45/19. Uma delas é que, ao mudar a tributação da origem para o destino, Minas Gerais, sendo um Estado primário, exportador, tanto de mineiro quanto de café, milho soja, paga uma conta alta.

Em 1995, a Lei Kandir, com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, prejudicou muito a saúde financeira e fiscal do nosso Estado. Agora, com essa PEC, eliminam de vez a tributação dos produtos na exportação.

É evidente que a simplificação é um ganho do sistema tributário brasileiro, mas temos que pensar um fundo para compensar esses Estados que cumprem e têm na sua economia um setor exportador primário. Temos que encontrar uma saída. Na minha opinião, o melhor caminho seria a criação de um fundo para a compensação dessas perdas, do ponto de vista dos produtos primários e semielaborados que são exportados.

Outra saída seria a criação de um imposto seletivo na exportação, que pode ser federativo, mas que pertencesse mais aos entes municipais e estaduais. Isso, de fato, seria uma compensação.

Quero dizer também que a reforma tributária deveria ter uma premissa que infelizmente não está sendo tratada na PEC 45/19 nem na Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, do Senado Federal. Qual é a premissa? É impossível ter justiça social sem justiça tributária.

E um dos grandes desafios deste século é combater a desigualdade. Ou seja, a reforma tributária tem três grandes dilemas a serem

enfrentados:

o primeiro é o reequilíbrio federativo; o segundo é financiar as políticas compensatórias; o terceiro é resolver o problema da desigualdade de renda do País.

Nesse sentido, é evidente que nós não estamos fazendo uma reforma tributária, estamos apenas fazendo uma reforma na tributação direta, na tributação da base sobre o consumo. Nós não estamos mexendo na base da folha de pagamento - que é outra injustiça contra os trabalhadores brasileiros, porque o empregador gasta 2 reais e o trabalhador leva 1 real para casa - e não estamos enfrentando a questão tributária do ponto de vista do patrimônio nem da renda, que são os quatro pilares do sistema e da base de tributação em qualquer lugar do mundo.

Então, esta proposta de reforma tributária é extremamente reflexiva. Ou seja, o Brasil se tornará o país com a maior taxa de imposto sobre o consumo do mundo, o que hoje já é, através dos impostos indiretos. Só para dar um exemplo, um trabalhador que ganha mil reais paga 540 reais de imposto. Isso é uma vergonha! Quinhentos e quarenta reais! Isso não existe em lugar nenhum do mundo. Se ele morasse num dos 36 países da OCDE, pagaria 15%. Estamos dizendo que o trabalhador brasileiro teria quase 400 reais a mais, mensalmente, aumentando sua renda *per capita* e aí, de fato, fazendo a economia crescer. Mas o mais importante é que isso promoveria a desconcentração da estrutura desigual da renda no Brasil, medido pelo Índice de Gini.

Portanto, a mudança estrutural passa pela reforma tributária, mas tem que ser uma reforma tributária progressiva e direta: quem ganha mais deve pagar mais, quem ganha menos deve pagar menos e quem não ganha, na minha opinião, deve receber uma renda básica universal.

Documento 41/92

360.2019

Sessão Deliberativa Ordinária - 06/11/2019-15:20
CD

Publ.: DCD - 07/11/2019 -
77

CELSONO MALDANER-MDB -SC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Realização de seminário na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, pela Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário

Nacional.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Presidente, estou encaminhando um pronunciamento sobre o seminário da nossa Comissão da Reforma Tributária que vai acontecer na segunda-feira, às 14h30min, em Florianópolis, na FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Peço que ele seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. PSD - BA) - O pedido de V.Exa. será prontamente atendido.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CELSO MALDANER.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de comunicar, como membro titular da Comissão Especial da PEC 45/19, que no próximo dia 11 de novembro, segunda-feira, às 14 horas, iremos realizar um seminário com o tema *Reforma Tributária - PEC 45/2019*, por proposição minha e em parceria com o Deputado Darci de Matos, também membro da Comissão, na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina.

O seminário será realizado na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e contará com a presença das entidades que compõem o COFEM - Conselho das Federações do Estado: FACISC, FAESC, FCDL, FETRANDESC, FIESC, OAB, FECOMÉRCIO, FAMPESC, ATESC e CET.

Participarão do debate, além dos membros catarinenses da Comissão, Deputados Darci de Matos e Rodrigo Coelho, o economista Bernard Appy, mentor da PEC 45/19, de autoria do Deputado Baleia Rossi; o Sr. Paulo Rabelo de Castro, ex-Presidente do IBGE e do BNDES; o advogado tributarista Diogo Nicolau Pítsica; o Sr. Paulo Eli, Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina; o Sr. Rafael Horn, Presidente da OAB-SC, e o Sr. Mario Cezar de Aguiar, Presidente da FIESC.

Tenho certeza de que será um momento muito importante para avaliarmos os impactos que o projeto terá na vida das pessoas e também na das empresas. Por isso, convido a todos que puderem a participar.

Lembrando, é na próxima segunda-feira, dia 11, às 14 horas, no auditório da FIESC, em Florianópolis, Santa Catarina.

Muito obrigado.

Documento 42/92

400.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 04/12/2019- CD 18:00
Publ.: DCD - 05/12/2019 - 252	AFONSO FLORENCE-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.815, de 2019, sobre a prorrogação do prazo de utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, e os benefícios fiscais previstos nos arts. 1º e 1º-A da Lei nº 8.685, de 1993, e no art. 44 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001. Apresentação à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, (reforma tributária), pelos partidos oposicionistas, de emenda destinada à taxação de lucros e dividendos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidenta.

Peço a divulgação nos Anais da Câmara e no programa *A Voz do Brasil* do registro da importância de prorrogação dos incentivos fiscais para o setor audiovisual, que é estratégico para a cultura, gera atividade econômica e patrocina um conjunto de ações muito importantes para o setor.

Em relação aos partidos e Parlamentares que estão se pronunciando contra essa prorrogação a pretexto de que os grandes devem pagar tributos, eu lembro que as Oposições apresentaram a emenda que institui a cobrança de lucros e dividendos à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que trata da reforma tributária, e também a cobrança de tributos nas grandes fortunas e nas grandes heranças.

Obrigado, Presidente.

Documento 43/92

399.2019

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 04/12/2019-14:12

Publ.: DCD
05/12/2019 - 83

REGINALDO LOPES-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Criação junto ao Supremo Tribunal Federal e Estados brasileiros, de comissão de conciliação para debate da Lei Kandir e sua perdas. Prejuízos aos Estados e Municípios exportadores, no caso de aprovação das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 45 e 110, de 2019, relativas à reforma do Sistema Tributário Nacional.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero registrar nesta Casa que, durante este ano, foi constituída uma comissão de conciliação, junto com o Supremo Tribunal Federal e vários Estados, na perspectiva de encontrar uma saída para a chamada Lei Kandir e suas perdas.

Quero dizer que é um absurdo o meu Governador, o Governador Zema, abrir mão desse passado. A União deve aos Estados primários exportadores na casa de quase 800 bilhões de reais. Na verdade, são 600 bilhões, porque 200 bilhões pertencem aos Municípios. Nós não temos nenhum outro caminho para fazer o reequilíbrio federativo, repactuar, construir um novo pacto federativo se não for a partir da Lei Kandir e da sua compensação.

Também, Sr. Presidente, só para concluir, fico extremamente preocupado, porque as emendas à nossa Constituição sobre a reforma tributária, seja a PEC nº 45, seja a PEC nº 110, causam prejuízo eterno aos Estados e Municípios primários exportadores. Nós temos que encontrar, sim, um sistema tributário mais eficiente e que possa, sim, unificar essas dezenas de impostos, mas não podemos tirar dos Estados a competência federativa na tributação do seu único produto, que é do setor primário.

Nós defendemos, portanto, que na reforma tributária haja um olhar específico em relação aos Estados produtores e exportadores do setor primário. E que também a reforma possa construir um imposto seletivo para permanecer e garantir a esses Estados primários exportadores um equilíbrio federativo e fiscal.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 44/92

422.2019	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/12/2019- CD	22:44
Publ.: DCD - 17/12/2019 - 235	HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização do 15º Seminário sobre a Reforma Tributária, com base na Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Marcos Pereira, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que realizamos no dia de hoje, na cidade de Imperatriz, o 15º seminário sobre a reforma tributária baseada na PEC 45, a PEC Baleia Rossi, que pretende simplificar o sistema tributário criando o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, nosso IVA nacional. Ele extingue cinco tributos e cria um tributo na base do consumo. Isso permitirá acabar com as injustiças sociais que existem em nosso País decorrentes do nosso sistema tributário, além da grande insegurança jurídica que vivemos em função do nosso sistema tributário.

O seminário, que teve como requerente o Deputado Eduardo Braide, que se baseou no requerimento do Vereador Adhemar Freitas Júnior, de Imperatriz, foi bastante prestigiado, coroado de êxito, tendo tido a presença de muitos prefeitos, de muitos empresários, de representantes das associações comercial e industrial de Imperatriz, de populares, de vereadores, de secretários e das pessoas que trabalham com o sistema tributário, tanto advogados tributaristas, como contadores. Foi muito bom o seminário! Houve uma cobertura muito grande na imprensa local.

Nós encerramos neste ano os seminários que trataram da PEC 45, mas, no próximo ano, voltaremos a realizar outros seminários e, até o mês de março, concluiremos o relatório.

Muito obrigado.

Documento 45/92

428.2019

Sessão Não Deliberativa de Debates - 18/12/2019-
CD 16:20

Publ.: DCD - 19/12/2019 - 63 - MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Anúncio, pelo Presidente Rodrigo Maia, de instalação da Comissão Especial Mista destinada ao exame das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 45 e 110, de 2019, relativas à reforma tributária. Defesa de criação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, que alegria para todos nós cearenses ter V.Exa. na Presidência dos trabalhos na tarde de hoje! Meus parabéns!

A razão da minha vinda à tribuna da Câmara dos Deputados é que o Presidente Rodrigo Maia acaba de anunciar que vai instalar, no recesso parlamentar, uma Comissão Mista, Senado Federal e Câmara dos Deputados, portanto, para tratar da reforma tributária. Esta Comissão será composta por 15 Deputados, 15 Senadores, exatamente para acelerar a reforma tributária, que já está sendo discutida não apenas por esta Casa, mas também pelo Senado Federal: aqui, com a PEC 45; no Senado, com a PEC 110.

Há pouco, conversei com o Líder André Figueiredo, do meu partido, para que possamos participar desta Comissão Especial. Sei que, regimentalmente, isso depende de uma análise mais aprofundada. Minha preocupação é que o Congresso não pode se limitar a fazer a reforma tributária apenas para simplificar imposto. Não que isso não seja relevante. É claro que a simplificação de impostos é muito importante, pois, com ela, diminuimos os custos para as empresas. Mas precisamos dar um tratamento melhor sobre a propriedade. Uma pessoa compra um carro e paga o IPVA. Um rico compra um helicóptero, mas não paga nada de IPVA! Estas questões precisam ser mais bem avaliadas. Quando recebemos o salário, pagamos o Imposto de Renda. Quando uma pessoa muito rica recebe dividendos - 50 milhões ou 1 bilhão -, ela paga zero em Imposto de Renda.

Portanto, estes conceitos vão além da simplificação.

Repito: é necessário que a simplificação ocorra. No entanto, é preciso que esta Casa contribua para que estes outros pontos deem ao Brasil um sistema tributário mais justo. No nosso País, os menos favorecidos pagam mais impostos do que os ricos efetivamente têm pago. Portanto,

nós vamos ter que fazer estas correções, para que o Brasil cresça, gere renda e se desenvolva, mas sem aumentar a carga tributária.

Há um último ponto. Como o princípio do destino está sendo aplicado, o incentivo fiscal desaparece. Vamos brigar, portanto, pelo Fundo de Desenvolvimento Regional.

Eram estas as minhas considerações. Ficam meu registro e minha preocupação.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

Documento 46/92

2.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 04/02/2020-21:56
Publ.: DCD 05/02/2020 - 201	JOSÉ NELTO-PODE -GO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Defesa de votação pela Casa das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional; 10, de 2013, acerca de extinção do foro especial por prerrogativa de função em casos de crimes comuns, e 199, de 2019, relativa à alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão do réu condenado em segunda instância).

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ NELTO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, uma das principais pautas deste ano no Congresso Nacional é a reforma tributária.

Nós vamos trabalhar para fazer uma reforma justa. Vamos buscar dinheiro dos sonegadores, acabar com as desonerações fiscais, tributar o que é supérfluo - de bebidas alcoólicas a perfumaria -, taxar as transações eletrônicas e também as heranças. É preciso simplificar o sistema tributário, diminuir o número de impostos. Esses são os principais pontos da reforma tributária.

A nossa grande preocupação é que não exista mais sonegação. Queremos um imposto justo. Quem ganha mais paga mais. Quem ganha menos paga menos. Se houve cobrança justa de quem ganha mais, poderá haver diminuição da carga tributária. A arrecadação vai aumentar. Em contrapartida, diminuí o percentual - de 40% para até 30%. Aí, sim, o País terá dinheiro para fazer os investimentos necessários, nas áreas de infraestrutura e segurança pública, e também para dar atenção às questões sociais. O dinheiro público está escasso. O Brasil precisa crescer.

Nós queremos simplificar a cobrança de impostos no Brasil. Hoje há quase 50 impostos. Podemos reduzi-los para 12 ou 15. Queremos facilitar a vida do empresário, para que ele possa abrir sua empresa em 24 horas.

Além dessa pauta, defenderei a inclusão da proposta do fim do foro privilegiado como prioridade. No ano passado, o Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, prometeu que pautaria esta matéria. Nós do Podemos vamos cobrar.

Quem não quer o foro privilegiado? Só não querem o fim do foro os enrolados com a Justiça, aqueles que têm medo da Justiça. O foro privilegiado é para quem quer eterna impunidade.

Nós do Podemos não queremos e não aceitamos que políticos corruptos e criminosos permaneçam com benefícios, em detrimento da sociedade.

Na volta dos trabalhos, hoje, já retomo a minha cobrança de que essa pauta, que está há mais de 417 dias parada, seja votada.

Trabalharemos ainda para que a proposta de emenda à Constituição sobre a prisão após condenação em segunda instância seja a primeira matéria a ser votada. Aliás, já nesta quarta-feira participarei da Comissão Especial que trata desta PEC. O requerimento de convite ao ex-Ministro Cezar Peluso é, inclusive, de minha autoria. Essa é a grande pauta moralizadora do Brasil. Ou o Congresso Nacional vota esta PEC e dá uma resposta à opinião pública, ou o Congresso ficará pequeno diante da sociedade. É uma matéria que os cidadãos não aceitam mais que fique sem uma decisão.

A jurisprudência já foi modificada três vezes pelo Supremo Tribunal Federal para beneficiar os corruptos. O Congresso, que é o representante da sociedade, tem de pacificar a matéria. O Deputado Federal que não quiser votar contra a corrupção deve mostrar sua cara para a sociedade, que vai estar acompanhando de perto a votação da matéria.

Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa, especialmente no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 47/92

2.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 04/02/2020-21:56
Publ.: DCD 05/02/2020 - 202	- VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Apreciação, pela Câmara dos Deputados, das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 45 e 110, de 2019, referentes à reformulação do Sistema Tributário Nacional; de medidas provisórias e de projetos destinados ao combate à criminalidade e ao reaquecimento do mercado de trabalho.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, iniciamos a 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura, aqui, na Câmara dos Deputados, com a certeza de que não faltarão empenho e determinação para cumprirmos com nossas obrigações, pautadas sempre na responsabilidade com o desenvolvimento do nosso País e com o compromisso assumido com os nossos eleitores.

Temos, no Congresso Nacional, o desafio permanente de melhorar as leis existentes. E um dos maiores exemplos ocorreu em 2019 com a adequação da Previdência à nova realidade dos cidadãos brasileiros. Reformamos o sistema previdenciário para eliminar privilégios que o desequilibravam. Outro avanço foi a aprovação do projeto que trata da reestruturação da carreira e do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, do qual fui Relator, com a inclusão dos policiais militares e bombeiros.

Agora, recomeçamos com 25 medidas provisórias em análise. Dez delas já obstruem as pautas de votações da Câmara dos Deputados e do Senado, e outras cinco chegarão a esse ponto ainda este mês. Cabe destacar que três das MPs terão menos de 2 semanas de validade e estarão sob maior risco. Uma delas está bem encaminhada e só precisa da aprovação do Senado, mas outras duas não iniciaram sequer a sua tramitação e podem caducar. É preciso, portanto, correr contra o tempo.

A primeira das propostas na fila, a MP 894/19, institui uma pensão mensal vitalícia, no valor de um salário mínimo, para crianças com síndrome decorrente do zika vírus. Ela foi aprovada pela Câmara em dezembro e não deve ter problemas para passar também pelo crivo dos Senadores.

Como falamos anteriormente, 2019 foi marcado pela alteração na aposentadoria dos brasileiros. E a promessa para 2020 é a reforma tributária, com a mudança na cobrança de impostos. Será instalada pela Câmara e pelo Senado, ainda este mês, uma Comissão Mista que terá a função de reunir em um só texto as principais matérias sobre o assunto no Congresso Nacional. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisou, inclusive, que o Poder Executivo quer sugerir ajustes.

O Poder Legislativo analisa mais de cem propostas de emenda à Constituição para reformar o Sistema Tributário Nacional, mas o esforço recente gira em torno de duas matérias: a , que aguarda parecer na Comissão Especial da Câmara; e a [PEC 110/19](#), que está pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

A principal convergência entre as duas propostas é a extinção de diversos tributos que incidem sobre bens e serviços. Eles seriam substituídos por um só imposto sobre valor agregado. A PEC 45/19 extingue cinco tributos: três de competência da União (IPI, PIS e COFINS) e dois de competência de Estados e Municípios (ICMS e ISS). Além desses, a PEC 110/19 acaba com outros quatro impostos federais (IOF, Salário-Educação, CIDE-Combustíveis e PASEP).

A mudança traz alguns pontos positivos como simplicidade na

cobrança, incidência apenas sobre o consumo e uniformidade em todo o País. Mas as semelhanças entre as duas propostas param por aí, e o desafio da Comissão Mista será harmonizar divergências.

Temos ainda questões relacionadas à segurança pública, de forma a avançar cada vez mais no combate à criminalidade e à impunidade. Não menos importante é o compromisso de fazer o mercado de trabalho reaquecer para gerar novos empregos, consequentemente auxiliando a recuperação da arrecadação e dos investimentos. Lembro que 2020 é ano de eleições municipais e o nosso papel é conscientizar a população da importância do voto para colocar o Brasil no rumo certo.

Estamos em um novo ano legislativo. São muitos desafios, mas o principal deles é discutir e votar projetos que possam oferecer o fundamental para os brasileiros: emprego, estabilidade econômica, saúde, educação e segurança. Precisamos reafirmar o nosso compromisso com a harmonia e o equilíbrio entre os Poderes, com a solução pacífica dos problemas, com a fidelidade ao povo brasileiro e à Constituição Federal.

Que tenhamos um ano legislativo bastante produtivo e um 2020 não apenas promissor, mas de muito avanço para o Brasil!

Muito obrigado.

Documento 48/92

1.2020	Sessão Não Deliberativa de Debates - 04/02/2020- CD	15:48
Publ.: DCD - 05/02/2020 - 56	MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO	

Sumário

Inquietação das federações da indústria brasileira diante da adoção do novo Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, preconizado no bojo das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 45 e 110, de 2019, relativas à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na semana passada, estivemos debatendo, na Federação das Indústrias

do Estado do Ceará - FIEC, por iniciativa do Presidente Ricardo Cavalcante, a definição sobre como será a reforma tributária.

Há uma inquietação que está começando a se expandir em todo o território brasileiro pela indefinição sobre como o IBS impactará cada segmento do setor produtivo brasileiro, seja da indústria, seja do comércio, seja da agricultura, seja do setor de serviços em si. E isso acontece porque não há um cálculo, um modelo específico entendido de antemão.

Nós fizemos vários debates com o amigo e grande companheiro Bernard Appy, Presidente do CCIF, porque a reforma proposta determina que a alíquota do IBS vai substituir a alíquota do ICMS e de outros tributos, como o ISS, o IPI, o PIS e a COFINS, mas ela não está definida.

Em uma simulação feita, Sr. Presidente, pelo Prof. Orair e pelo Prof. Sergio, a alíquota mínima expressa pelo modelo simulado foi de 27,6%, que é uma alíquota muito alta, por exemplo, para a construção civil, que hoje paga uma alíquota bem mais baixa, mesmo levando-se em conta o PIS e a COFINS, seja no lucro real, seja no lucro presumido. Tudo isso vai ensejar um encarecimento extraordinário na composição de custos que a empresa brasileira vai ter. Portanto, esta Casa tem que ter muito cuidado.

Quero ponderar ao companheiro e colega Deputado Aguinaldo Ribeiro, Relator da PEC 45/19, para que, além da questão jurídica propriamente dita, possamos compreender na extensão essas simulações que comparam a situação vigente hoje e a situação que virá.

Inclusive, há várias empresas que têm termos de acordo e há instrumentos de subsídios em cada Estado, que eu sei que ao longo dos anos serão diminuídos. Precisamos medir tudo isso. E essa inquietação não é só da indústria brasileira.

Eu trago aqui, portanto, essa preocupação. Vou analisá-la com mais propriedade, juntamente com o Presidente Ricardo, da FIEC, e levá-la a todas as Federações de Indústrias do País, porque nós estamos agora sob seu comando no tocante a essa preocupação, para esclarecermos essas questões na PEC 45 e na PEC 110, a fim de que possamos dar maior tranquilidade ao empresariado brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente.

Publ.: DCD - 05/02/2020 - VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP
82

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Prioridade da Casa na votação das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 199 e 45, de 2019, respectivamente, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão em segunda instância), e sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste retorno aos trabalhos quero das boas-vindas a todos.

O Congresso Nacional vai precisar manter alguns pontos fundamentais da sua atividade neste plenário. Defesa da justiça e geração de empregos é um binômio importante que eu, particularmente, defendo nos trabalhos da Casa. Essas demandas da sociedade foram, ao longo do último ano, de grande relevância para o norteamento correto das ações do País.

Nós precisamos priorizar - esta é a minha manifestação - a prisão após condenação em segunda instância. Esse é um tema que, para mim, é muito caro, importante, fundamental. Nós o debatemos no último ano e não chegamos à votação porque já estávamos no final do ano legislativo. Outro tema importante é a reforma tributária.

Essas são duas emendas constitucionais que, na minha opinião, são fundamentais e precisam ser tratadas neste início de legislatura. Precisamos, pelo menos, viabilizar a aprovação dessas propostas. Ambas já foram bastante debatidas no último ano, e não houve consenso. São matérias polêmicas. A unanimidade, de fato, não vai acontecer, mas é necessário que o Presidente da Casa, Rodrigo Maia - é este o apelo que fazemos -, pautе essas duas emendas constitucionais.

Prisão em segunda instância e reforma tributária. Eu acho que esse é o binômio de trabalho no primeiro semestre. Se o Parlamento brasileiro caminhar nessa direção, estará de bom grado. Na minha opinião, respostas à sociedade serão dadas com a votação dessas duas matérias.

A Comissão Especial da Prisão em Segunda Instância ouvirá as ponderações do ex-Presidente do Supremo Cezar Peluso na próxima

semana, e há uma articulação para que a reforma tributária também seja discutida por uma Comissão Mista, Senado e Câmara, de modo a reunir os projetos da Câmara e o do Senado. Ambos têm posições muito positivas, mas há necessidade da intervenção de uma Comissão para que as duas propostas sejam unificadas e nós possamos dar ao Brasil um sistema tributário que desate esse nó importante da tributação mais complexa no mundo, a do nosso País.

No caso da prisão após condenação em segunda instância, os criminosos não podem ficar impunes. O término da prisão após condenação em segunda instância simplesmente beneficiou grandes criminosos, e é a isso que nós não podemos assistir.

A população espera um compromisso deste Parlamento com essas duas medidas. É isso que defendemos aqui.

Finalizando, Sr. Presidente, queremos criar as condições para que o Parlamento brasileiro possa dar esses dois passos importantes: a votação da PEC da prisão após condenação em segunda instância e da PEC do sistema tributário brasileiro. São duas fundamentais ações que merecem ter atenção do Parlamento.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja publicado nos Anais da Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 50/92

1.2020	Sessão Não Deliberativa de	04/02/2020-19:00
	Debates - CD	
Publ.: DCD	-CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -	
05/02/2020 - 115	AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Impactos, sobre a Zona Franca de Manaus, advindos das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 45 e 110, de 2019, relativas à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO

CAPITÃO ALBERTO NETO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2020, um dos focos de acompanhamento legislativo estará voltado para o andamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, de iniciativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, incluindo suas emendas, ambas tratando da reforma tributária, com impactos diretos e indiretos sobre a Zona Franca de Manaus - ZFM e demais áreas de atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A PEC 45/2019, em seu texto original, trazia graves impactos à ZFM, uma vez que não reconhecia os aspectos extrafiscais dos incentivos tributários do Decreto-Lei nº 288, de 1967, e toda a ZFM está baseada em incentivos. Além disso, a proposta acabaria com o IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados e o ICMS - Imposto sobre Mercadorias e Serviços, sendo que grande parte das indústrias do Amazonas é incentivada tanto pelos impostos federais quanto pelos estaduais. Neste caso, a Zona Franca perderia integralmente os benefícios fiscais do IPI e do ICMS que hoje goza.

Em geral, uma nova categoria de tributo unificado seria criada, o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços - IBS, porém sem garantir os incentivos fiscais que consolidaram o modelo da Zona Franca de Manaus. A extinção dos tributos e a ausência de benefício do novo imposto inviabilizam a Zona Franca, inviabilizando empregos, a geração de renda direta e indireta e a receita do Estado.

De outro modo, a PEC 110/2019 possui texto mais receptivo, garantindo à Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação e de incentivos fiscais, tratamento tributário diferenciado, pelo prazo estabelecido nos arts. 40, 92 e 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Adicionalmente, a referida PEC também garante às pessoas jurídicas que realizem operações com bens e serviços na Zona Franca de Manaus, inclusive os destinados a consumo interno, industrialização em qualquer grau, beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza, bem como a estocagem para reexportação. Gozarão, nos termos da lei complementar de trata o *caput* do § 7º do art. 155 da Constituição Federal, de crédito presumido do Imposto sobre Operações com Bens e Serviços fixado de forma a manter o diferencial de competitividade conferido na data da promulgação desta emenda constitucional, pela legislação dos tributos por ela extintos às operações de que trata esse artigo.

Diante do forte impacto que a PEC 45/2019 causaria na Zona Franca de Manaus, apresentei duas emendas na Comissão para garantir a preservação do desenvolvimento econômico e da segurança jurídica dos investimentos, assim como da manutenção dos empregos e da renda dos trabalhadores da Zona Franca de Manaus e da Região Norte do Brasil como um todo.

A primeira emenda, a EMC 179/2019, tem o objetivo de manter o equilíbrio do pacto federativo sobre a critério espacial da matriz de incidência tributária, sendo no local de produção e industrialização da mercadoria no caso do IBS, pois eventual mudança para o destino irá desestimular a industrialização em regiões menos favorecidas com a atividade secundária.

A segunda emenda é a EMC 180/2019, que tem como objetivo salvaguardar a produção e industrialização com uso de matéria-prima regional agrícola e extrativa vegetal de produção regional, excluindo-se as de origem pecuária, por estabelecimentos localizados nos Estados da Amazônia Ocidental.

Sendo assim, essas emendas fomentam a produção com vantagem comparativa regional e estimulam a atividade econômica de produtos regionais, tais como guaraná, açaí, borracha, dendê, entre outros.

Solicito a divulgação deste discurso pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 51/92

9.2020	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	11/02/2020-15:08
Publ.: DCD - 12/02/2020 - 52	FLAVIO NOGUEIRA-PDT -PI	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Ações realizadas pelo Congresso Nacional em 2019 para recuperação da economia brasileira. Efeitos positivos da reforma previdenciária. Clima de otimismo e confiança reinante entre investidores e consumidores. Ações adotadas pelo orador em prol do Município de Parnaíba, Estado do Piauí, atingido por chuvas torrenciais. Pedido ao Ministério da Cidadania de alocação

de recursos orçamentários para ações de combate aos efeitos de desastres naturais. Solicitação ao Ministério do Turismo de implementação de medidas destinadas ao fortalecimento do setor turístico piauiense. Balanço da atuação parlamentar do orador. Necessidade de resgate pelo País dos valores básicos de nacionalidade e patriotismo. Relevância das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 45 e 110, de 2019, relativas à reformulação do Sistema Tributário Nacional. Necessidade de revisão do pacto federativo e de realização das reformas administrativa, político-eleitoral, bancária e educacional. Protagonismo do Parlamento brasileiro na condução de reformas constitucionais.

O SR. FLAVIO NOGUEIRA (PDT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, podemos dizer que o ano de 2019 foi bastante produtor no Congresso Nacional, voltado principalmente para ações de recuperação econômica no País.

Após a aprovação da tão esperada reforma da Previdência, notamos otimismo e melhora, ainda que tacanha, no gerenciamento das contas públicas, na queda do desemprego e na retomada do investimento e do crescimento. Ainda que o cenário externo não tenha colaborado, a inflação perdeu força no País, tendo atingido o menor patamar em quase 20 anos. Sem pressão sobre os preços, o Banco Central teve mais liberdade para reduzir a SELIC, taxa básica de juros do País, para o menor índice desde 1999. A Bolsa de Valores também se beneficiou com este movimento. Com a renda fixa menor, o mercado de ações se tornou mais atrativo para os investidores, que levaram o IBOVESPA a bater sucessivos recordes, passando dos 110 mil pontos. Já o Risco Brasil, título que protege contra calotes da dívida soberana, atingiu no fim do ano passado o menor nível desde 2013.

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ano de 2020 se inicia com otimismo e confiança entre investidores e consumidores. Trata-se de um imperativo de esperança e de confiança entre a Nação brasileira e este Parlamento. Foi pensando neste mesmo sentimento que apresentei em 2019, em nosso mandato parlamentar, diversas ações para o melhor desenvolvimento do meu Estado do Piauí e do Brasil.

É sabido que muitas unidades da Federação sofrem, ano a ano, com as recorrentes chuvas que acabam por causar fortes alagamentos nas cidades. Em meu Estado, o Município de Parnaíba passou por uma situação de calamidade: foram 1.100 residências tomadas pelas águas e mais de 100 famílias desabrigadas. Sem hesitar, procurei o Ministro da Cidadania, Osmar Terra, para que fossem disponibilizadas, em caráter de urgência, 10 toneladas de alimentos às famílias, solicitação que foi atendida prontamente. Protocolei, também, requerimento de indicação ao Ministério, solicitando que o Poder Executivo alocasse recursos do Orçamento para ações de defesa civil, pois há previsão

orçamentária como resposta a desastres recorrentes como este.

Em se tratando de uma importante Pasta do Governo e de uma demanda significativa para meu Estado, contactamos o Ministério do Turismo, na pessoa do Ministro Marcelo Álvaro Antônio, para que o turismo no Piauí seja potencializado, dadas tantas belezas naturais, como o Parque Nacional da Serra da Capivara, onde existe a maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecidos da humanidade.

Nos abrigos, além das manifestações litográficas, encontram-se vários vestígios da presença do homem pré-histórico, com as datações mais antigas conhecidas no continente americano. A região abriga 173 sítios arqueológicos, com enorme potencial de visitação de especialistas e visitantes do mundo todo.

Solicitamos, por meio de emenda de bancada de minha autoria, a construção da estrada que liga o Município de Buriti dos Montes ao Cânion do Rio Poti, um fenômeno criado pela passagem do rio por uma fenda geológica situada na Serra da Ibiapaba, entre o Piauí e o Ceará. Embora seja conhecido e divulgado pela imprensa estadual, o local ainda é pouco visitado, mas sua beleza atrai ecoturistas e aventureiros de várias partes do País e do exterior. Esta importante emenda irá contribuir substancialmente para potencializar o desenvolvimento do turismo e, conseqüentemente, gerar empregos na região.

Nesta Casa, integro a Comissão de Finanças e Tributação - CFT, que é a segunda Comissão mais importante da Câmara dos Deputados, por analisar todos os projetos ligados à cobrança de impostos no Brasil. Nesta mesma Comissão, relatei importantes matérias, como o Projeto de Lei nº 8.385, de 2017, que prioriza a segurança dos visitantes em parques nacionais, e o Projeto de Lei Complementar nº 214, de 2015, que veda o contingenciamento de despesas destinadas à saúde e à educação. Solicitei, nesta mesma Comissão, audiência pública para debatermos o histórico da concessão de benefícios fiscais em nosso País, requerimento este aprovado por unanimidade e subscrito por vários membros da Comissão.

Ainda sobre o tópico audiências públicas, solicitamos o debate de dois relevantes assuntos na Comissão de Turismo - CTUR: os elevados preços das passagens aéreas cujo destino seja a Região Nordeste, principalmente em alta temporada, conforme o Requerimento nº 40, de 2019, e a discussão sobre um maior conhecimento da atividade econômica do turismo rural, conforme o Requerimento nº 61, de 2019, fruto da apresentação do nosso Projeto de Lei nº 2.204, de 2019, que aprimora o arcabouço legal existente sobre o assunto.

No tocante a propostas legislativas, não podemos olvidar alguns

projetos de lei de nossa autoria, que merecem destaque: o Projeto de Lei nº 2.762, de 2019, que considera experiência profissional o estágio curricular realizado pelos estudantes da educação especial, do ensino médio, do ensino médio regular, do ensino superior e da modalidade profissional de educação de jovens, quando da admissão do primeiro emprego. Esta matéria foi recentemente aprovada na Comissão de Educação. O Projeto de Lei nº 5.262, de 2019, inclui os beneficiários de atendimento prioritário do Programa Minha Casa, Minha Vida às famílias de crianças com síndrome congênita do vírus zika, a microcefalia. Este projeto é de grande benefício, pois nos anos de 2015 e 2016, durante o maior surto, o Piauí sofreu a ocorrência de mais de 70 de bebês acometidos pela doença. O Projeto de Lei nº 5.342, de 2019, escreve o nome de Petrônio Portela Nunes no Livro dos Heróis da Pátria. Nascido em Valença do Piauí, Petrônio Portela foi advogado e político brasileiro de atuação destacada na política empreendida pelos Presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo. Pedro Portela era um dos poucos políticos a tomar parte nas discussões e decisões mais importantes do Governo. À época, era unanimidade no restrito círculo que decidia os destinos da Nação. Era político inteligente, democrata convicto, firmemente empenhado na luta em prol do aprimoramento das instituições políticas e da consolidação da democracia. O Projeto de Lei nº 4.858, de 2019, dispõe sobre o tipo sanguíneo do condutor da Carteira Nacional de Habilitação. Esta proposição, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demonstra preocupação com os casos de acidentes graves em que o condutor e os demais envolvidos em acidentes de trânsito necessitem com urgência de transfusão de sangue. Isso facilita, em muito, a dinâmica das equipes de salvamento, sem contar que aumenta o nível de segurança e de confiabilidade necessárias para o documento oficial, se apresentado urgentemente em um hospital. O Projeto de Lei nº 6.359, de 2019, disciplina a locomoção de qualquer pessoa no território nacional, podendo nele entrar, permanecer, ou dele sair com seus bens. Por fim, o Projeto de Lei nº 6.124, de 2019, importante projeto de lei que cria o inventário de substâncias químicas, uma base de dados nacional, que vai consolidar informações sobre todas as substâncias químicas com características de periculosidade produzidas ou importadas pelo Brasil.

A finalidade deste projeto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é criar um instrumento de gestão de substâncias químicas para a tomada de decisões sustentáveis, em termos de produção, de uso e de comércio. Países como Japão, Canadá, México, Colômbia e Costa Rica já possuem seus inventários. Um país como o nosso, com dimensões continentais, não pode mais procrastinar esta pauta.

Um novo ano legislativo se inicia para este Parlamento, um ano que promete, aguardado com muitas expectativas. O Brasil precisa restaurar seus valores básicos de nacionalidade e de patriotismo. Brizola, na década de 1960, alardeava que as chamadas reformas de

base devem ser na marra ou na lei. Não é preciso tanto, meu velho Brizola! Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos seguir por vias legais!

Segundo Rui Barbosa, os três Poderes e suas esferas são seres harmônicos, mas não independentes, no sentido da expressão. Eles são, na verdade, interdependentes. Há de haver independência uns em relação aos outros, mas em constante interação, jamais indiferença. O abuso de um não pode ser retificado pela ação do outro. No nosso País, um Ministro do Supremo Tribunal Federal, com uma canetada monocrática, torna nula uma lei *sine die* devidamente apreciada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. Isso faz do Supremo Tribunal Federal uma alçada diminuta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa tem analisado importantes pautas, propostas não baseadas em interesses pessoais ou de grupos, e sim em benefício de todos os brasileiros. Muito ainda há de ser feito. Precisamos trabalhar para não aumentarmos gastos acima das receitas, diminuir os custos e não criarmos mais burocracia ou ônus para nossos investidores e empresários. É o caso da reforma tributária. Um dos grandes problemas da nossa complexa legislação tributária é a sua operacionalização. São tantos os tributos, alíquotas e base de cálculos, que o empresário, ao aventar a possibilidade de investimento no País, se assusta, quando não desiste da empreitada. Sobre o assunto, tramitam neste Parlamento duas propostas paralelas: a PEC 45/19, do Sr. Baleia Rossi, e a PEC 110/19, do Presidente do Senado Federal, o Sr. Davi Alcolumbre, e coautores.

A reforma tributária altera e cria artigos da Constituição Federal, modificando os dispositivos que regulam os quatro tributos a ser extintos e substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS. São eles: o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, o nosso conhecido ICMS; o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, a COFINS;

e a contribuição para o Programa de Integração Social, o PIS.

Ambas as propostas vão ao encontro da simplificação, da desburocratização e da maior transparência do sistema tributário brasileiro, para assim poder beneficiar o contribuinte, especialmente com a extinção de diversos tributos que incidem sobre bens e serviços.

Concedo um aparte ao meu querido colega do Piauí, o Deputado Júlio Cesar. Eu falei em tributação, e isso mexeu com ele. *(Risos.)*

O Sr. Júlio Cesar - Eu quero cumprimentar V.Exa. pelo grande

discurso que está fazendo no Grande Expediente. V.Exa. reverenciou a memória de Petrônio, que foi um orgulho do Brasil, uma das maiores referências da política brasileira, acima de tudo porque deu projeção ao nosso Estado do Piauí. Como Senador, Presidente do Senado e Governador, foi um grande articulador político. Faleceu há 40 anos, e ainda hoje reverenciamos a sua memória, pelo seu trabalho e pela sua competência. Sobre os assuntos de que V.Exa. está falando, Deputado Flávio Nogueira, os projetos, as reformas, o que já foi aprovado, o que está sendo debatido nesta Casa, a reforma tributária para aprimorar o sistema tributário brasileiro, é preciso simplificar sem aumentar a carga tributária, acima de tudo aumentando o compartilhamento com os entes federados, principalmente com aqueles que são mais excluídos, onde há mais identidade com o povo brasileiro, que são os Municípios. Então, eu quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo. Já está concluindo o seu tempo, já vi que V.Exa. ainda vai demorar um pouco. O que V.Exa. está fazendo hoje, dessa tribuna, é o que acontece no Brasil. É o seu compromisso de consertar o Brasil, é o seu compromisso de apoiar as reformas, é o seu compromisso com o povo brasileiro, com o povo nordestino, acima de tudo com o povo do nosso Estado, o Piauí. Parabéns pelo discurso! Muito obrigado.

O SR. FLAVIO NOGUEIRA (PDT - PI) - Eu agradeço ao colega de bancada do Piauí, o Deputado Júlio Cesar. O testemunho dele engrandece a minha falação no dia de hoje.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, outras reformas também se fazem necessárias, como a do pacto federativo e a reforma administrativa, que estão prestes a serem discutidas nesta Casa. No futuro, vislumbro como indispensáveis também a reforma político-eleitoral, a bancária e a educacional.

Esse tem sido o papel do Congresso Nacional. O Poder legiferante nunca esteve tão destacado. É de orgulhar a postura de protagonismo deste Parlamento na condução das mudanças de que o País precisa, o que devemos enaltecer. Somos agraciados, pois estamos conduzindo uma agenda que pensa o País não apenas para os próximos anos, mas também para décadas, para médio e longo prazos.

Esses são desafios que convidam, de forma conjunta e harmônica, à convergência de todos os Poderes e segmentos da sociedade. Afinal, o futuro será o que fizermos no presente. O Congresso tem demonstrado, com garra, que esta é uma tarefa possível de ser executada.

Em favor do meu Piauí, do Nordeste e do Brasil!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste discurso nas mídias da Câmara Federal, em especial no programa *A Voz do*

Brasil.

Muito obrigado.

Documento 52/92

11.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/02/2020- CD	10:16
Publ.: DCD - 14/02/2020 - 35	MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Necessidade de aperfeiçoamento, pelo Senado Federal, do texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 187, de 2019, a chamada PEC dos Fundos Públicos. Pedido ao Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, Deputado Aguinaldo Ribeiro, para não redução da carga tributária do sistema bancário.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi analisada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que já poderá votá-la na próxima semana, a Proposta de Emenda à Constituição nº 187, de 2019, conhecida como a "PEC dos Fundos Públicos", que trata da regularização do funcionamento de todos os fundos que foram constituídos antes mesmo da Constituição Federal de 1988.

Essa proposta de emenda à Constituição prevê que os fundos que não foram criados por emenda constitucional, mas, sim, por lei ordinária ou complementar, sejam cancelados pelo Congresso Nacional - nos Estados, pelas Assembleias Legislativas, e, nos Municípios, pelas Câmaras de Vereadores. Será de 2 anos o prazo para que o Poder Legislativo respectivo cancele ou não o fundo público.

Ora, o art. 5º da PEC, Deputado Otoni de Paula, diz que o superávit financeiro de todos esses fundos será destinado exclusivamente ao pagamento da dívida pública.

Eu espero que o Senado Federal faça a correção disso. Parece que o Brasil não tem nenhum outro problema, que não tem problema com o processo educacional, que não tem necessidades e despesas com a saúde, que a estrutura de segurança pública brasileira está toda adequada. É impressionante! Vamos destinar 218 bilhões de reais aos bancos, ao sistema financeiro? Eu conversava sobre isso, ontem, com

a bancada do meu partido, o PDT, com o Deputado Jesus Sérgio, com o nobre Líder, o Deputado André Figueiredo, e outros companheiros. Não faz sentido destinar 218 bilhões de reais exclusivamente aos bancos, ao Sistema Financeiro Nacional. Isso é um absurdo.

Eu não estou nem dizendo que parte desses recursos não pode ser alocada para o pagamento da dívida pública. Não, não é isso. É até interessante que essa relação dívida/PIB seja controlada ao longo dos anos. Não há nenhum problema nisso, é bom que aconteça. Mas jamais se dá na integralidade dinheiro a banqueiro.

Falta de receita? Ora, vejam só! O Governo Federal cobra zero por cento de PIS/COFINS sobre o salmão, o Governo Federal cobra zero por cento de PIS/COFINS sobre o filé-mignon, o Governo Federal cobra zero por cento de PIS/COFINS sobre o queijo suíço. Sobre o queijo suíço no Brasil incide zero por cento de PIS/COFINS. Pelo amor de Deus! Se é problema de receita, por que a União desonera 330 bilhões de reais por ano, fora os 48 bilhões de reais de subsídio financeiro que o Congresso Nacional não vê? Eu tive que pedir a meus alunos que levantassem esse valor, porque o Congresso Nacional não sabe de quanto é. Passa ao largo do orçamento federal. É impressionante. É necessário que a Câmara dos Deputados veja isso com muito rigor.

Sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, a proposta de reforma tributária - e eu já fiz chegar ao grande Relator, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, este assunto -, brasileiros e brasileiras, está proposta a diminuição da carga tributária de bancos. Está sendo proposta a diminuição da carga tributária dos bancos! Em 2019, os 5 maiores bancos brasileiros lucraram 102 bilhões de reais. Repito: em 2019, os 5 maiores bancos brasileiros lucraram 102 bilhões de reais. Então, como pode esta Casa considerar a redução da carga tributária do sistema bancário e, ao mesmo tempo, a elevação da carga tributária de outros segmentos, muito mais sensíveis, como é o da alimentação, como é o de transportes, por exemplo?

Portanto, se a PEC dos Fundos não for reformulada no âmbito do Senado Federal, é importante, é necessário, é indispensável que esta Casa se sensibilize, os Deputados e as Deputadas Federais, e não cometa o absurdo de aprovar a destinação de todo esse dinheiro para o pagamento da dívida pública. Se pagarmos a dívida pública, sabe o que vai acontecer, Sra. Presidente? Como isso vai gerar excesso de dinheiro no mercado e diminuição da dívida do Tesouro Nacional, no final do dia, o Banco Central vai recolher do Sistema Financeiro esse dinheiro, numa operação compromissada. Isso é o fim da estrutura fiscal brasileira.

Sra. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado pelos

meios de comunicação da Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 53/92

27.2020

Sessão Não Deliberativa de Debates 05/03/2020-
- CD 16:08

Publ.: DCD - 06/03/2020 -
127

ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Inevitáveis prejuízos à economia do Estado do Tocantins no caso de aprovação, no processo de reforma tributária, da proposta de criação de imposto sobre o consumo.

O SR. ELI BORGES (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu querido amigo e também combativo Deputado Boca Aberta, eu o parabeno pela coragem de dizer as verdades que libertam o ser humano. *"Conhecereis a verdade, e ela vos libertará"*.

Meu Presidente, eu venho assistindo a debates na Comissão que trata da reforma tributária e um fato me preocupa profundamente: a visão distorcida - eu assim a considero - da cobrança do imposto só no consumo. *A priori*, parece ser uma temática interessante, mas vamos lá.

Eu escrevi uma frase, e até por ela fui criticado, que define a situação da seguinte forma: quem conseguiu, conseguiu; quem não conseguiu, não consegue mais. Por que eu dizia aquilo? Eu estava dizendo que os Estados da Federação que já conseguiram se emancipar na industrialização, nas divisas, na questão econômica, estavam tranquilos, até porque nesses Estados estão os maiores polos de consumo do Brasil.

Mas eu, que sou do Tocantins, percebi logo o prejuízo que nós teríamos. Por exemplo, nós somos um Estado produtor de energia. A energia é vendida nos grandes centros do Brasil. Se o imposto é no consumo, naturalmente, nós não vamos ter o retorno daquilo que produzimos no nosso Estado, que tem apenas 1,5 milhão de habitantes. Então, percebemos, com este ponto, que nós nunca mais teríamos a chance de crescer economicamente, como esses Estados mais antigos tiveram.

Outro detalhe: se os Estados que estão nos limites do nosso oceano ou que podem fazer a sua industrialização com matéria-prima mais barata, é natural que as indústrias migrem cada vez mais para eles. Qual seria o interesse, por exemplo, de essas indústrias irem para um Estado como o Tocantins, se nós estamos longe da matéria-prima?

Se não houver uma política de compensação, elas jamais irão para Estados do Norte, do Nordeste. Aqui estou falando especificamente do Tocantins. E, se o imposto é no consumo, naturalmente, Presidente, esses Estados pobres da Federação, que estão longe dos portos, que estão longe da matéria-prima, com certeza, não terão mais o prazer de dizer que um dia serão industrializados.

Daí a minha frase: quem tem continuará tendo; quem nunca teve nunca terá. Alguém disse: "*Que frase doidona é essa?*" Eu disse que não é doida! Eu estou dizendo que quem tem indústrias, quem tem divisas, quem tem número de pessoas para consumir continuará tendo, ficará cada vez mais rico; quem nunca teve indústria, quem nunca teve essas oportunidades, continuará não tendo.

Digo isso porque até o CONFAZ impediu, por décadas, que Estados como o Tocantins e outros similares se desenvolvessem na famosa política fiscal. E, para evitar a guerra fiscal, o colegiado do CONFAZ impediu que pudéssemos adotar uma política de atração nesses Estados menores, já que o colegiado decide por unanimidade. Mas agora vem essa reforma tributária, e nós, que nunca tivemos, nunca teremos a chance de melhorar os índices da nossa economia, da nossa indústria, da nossa política de geração de emprego.

Fica o meu registro inicial dessa matéria que quero debater muito aqui.

Sr. Presidente, peço a divulgação do meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Agradeço à Deputada Erika Kokay, que me cedeu seu tempo para que eu falasse antes.

Muito obrigado.

Documento 54/92

34.2020

Sessão Não Deliberativa de Debates 12/03/2020-
- CD 15:12

Publ.: DCD - 13/03/2020 - 130
- HILDO ROCHA-MDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Participação da Profa. Rita de La Feria, da Universidade de Leeds, Reino Unido, em reunião da Comissão Especial da Reforma Tributária. Incoerência de sugestões do Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, para enfrentamento da crise econômica e da pandemia de coronavírus. Realização de baixos investimentos públicos pelo Governo Flávio Dino. Esclarecimento de episódio ocorrido entre o orador e o Senador Weverton Rocha durante reunião da bancada federal maranhense.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Erika Kokay, uma das melhores Deputadas desta Câmara. Não à toa foi a única Deputada Federal reeleita no Distrito Federal. A população do Distrito Federal reconheceu o seu trabalho. É bom falar neste momento, quando V.Exa. preside esta sessão.

Ontem houve reunião da Comissão Especial da Reforma Tributária, Sra. Presidente, onde esteve presente conosco a Profa. Rita de La Feria, uma professora de curso de mestrado na Universidade de Leeds, no Reino Unido. É professora de Direito Tributário, especializada em imposto sobre valor agregado. Ela fez um relato sobre a implantação desse imposto em vários países do mundo. Queremos implantá-lo aqui no Brasil. Nossa intenção é transformar o ICMS, ISS, IPI, PIS, COFINS em um só tributo, o IVA, conforme o modelo do IVA europeu. Na Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, de autoria do Deputado Baleia Rossi, é chamado de Imposto sobre Bens e Serviços, cuja sigla é IBS.

Ela analisou a PEC 45, fez um estudo e afirmou que é uma proposta de primeira qualidade, idêntica ao que é executado para se buscar, através de cobrança de impostos, dinheiro da população para manter os serviços públicos. Ela aprovou a PEC 45, assim como a PEC 110, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado. Ambas tratam da criação do IVA nacional.

Sra. Presidente, eu quero falar também a respeito de algo que o Governador do Maranhão, Flávio Dino, escreveu no Twitter. O jornalista Gilberto Léda, em seu *blog*, muito acessado no Maranhão, disse: "*Com o Maranhão na rabeira, Dino dá aula de economia a Bolsonaro no Twitter*". Flávio Dino sugere ao Presidente Jair Bolsonaro o seguinte: "*Para enfrentar a crise econômica e o coronavírus, sugiro: 1) suspensão do teto de gastos para saúde e investimentos em obras públicas. (...)*"

O Governador Flávio Dino, porém, não faz o que ele mesmo orienta. Eu vou provar isso, Sra. Presidente e todos os que me acompanham neste momento. Ele está sugerindo fazer investimento público, mas

vamos ver o que diz o relatório de execução orçamentária do último bimestre de 2019. Quanto Flávio Dino investiu em obras públicas no Maranhão no ano passado, em 2019? O Governo Flávio Dino investiu - quem quiser pode acessar estes dados - 1 bilhão, 305 milhões e 703 mil reais em 2019. Repito: ele investiu, em 2019, 1 bilhão, 305 milhões e 703 mil reais. Isso foi o que o Flávio Dino investiu em 2019. É muito pouco em relação a um orçamento de quase 20 bilhões de reais. Digo isso para fazer uma comparação. É bom usarmos números, Sra. Presidente, para fazer comparações.

Roseana Sarney governou o Maranhão até o ano de 2014. Em 2014, Roseana investiu em obras públicas 1 milhão, 573 e 140 reais. Fez isso naquela época, 5 anos atrás, mesmo dispondo de um orçamento menor, de 13 bilhões. Hoje, o orçamento é de quase 20 bilhões, quase 100% a mais, porque o Estado tem arrecadado muitos impostos, é verdade. Aumentou a carga tributária do Maranhão, e ele investe cerca de 200 mil a menos do que Roseana investiu em 2014. Ele faz isso 5 anos depois.

Portanto, ele ensina a Jair Bolsonaro algo que ele não faz. Ele não faz investimentos. Isso é muito pouco para a realidade do Maranhão. Eu vejo que o Governador Flávio Dino gosta de dar aula, mas parece que ele mesmo não segue as aulas que dá.

Parece que são duas pessoas.

Sra. Presidente, eu queria ainda falar a respeito de um fato lamentável que aconteceu ontem em recinto da Câmara Federal.

Todos nós membros da bancada de representantes do Maranhão na Câmara e no Senado - 18 Deputados Federais e três Senadores - fomos convidados para participar de uma reunião, que aconteceu na 4ª Secretaria da Câmara. Estes eram os temas da reunião: alocação das emendas impositivas de bancada e eleição do novo coordenador da bancada. Ao chegar lá, deparei com o Senador Weverton Rocha sentado, de forma indevida, na cadeira em que deveria estar sentado o 4º Secretário, na sala do 4º Secretário. Achei aquilo estranho, uma intimidade grande. Já estavam fazendo a reunião naquela sala, e um Senador da República estava sentado na cadeira em que devia estar sentado o 4º Secretário. Achei aquilo estranho.

Muito bem, conversamos a respeito de partidos políticos no Maranhão, e o Senador me disse, brincando, que eu deveria ir para o PDT em 2022. E eu lhe disse: *"Senador, estou vendo que o seu partido está perdendo Deputados lá no Maranhão, Deputados Estaduais"* - acho que a partir daí ele começou a ficar zangado comigo, porque eu disse a verdade a ele -, *"quem está crescendo muito é o PRB, o PRB está filiando cinco Deputados Estaduais, inclusive do PDT"*. Então eu disse,

brincando: *"Acho que eu vou é para o PRB em 2022, para ser candidato"*. Acho que ele não gostou.

Falamos sobre a eleição do coordenador, que ele queria que acontecesse depois que os novos membros da Comissão Mista de Orçamento, Deputados e Senadores, fossem escolhidos. Só que o regimento da nossa bancada diz que a referida eleição ocorre na primeira quinzena de março. O próprio coordenador da bancada, o Deputado Juscelino Filho, que é Presidente do Conselho de Ética da Câmara, disse que concordava - ele é o coordenador da bancada.

Em seguida, eu disse que a parte que cabia a mim indicar para o Maranhão quanto ao orçamento do Fundo Nacional de Saúde eu destinaria apenas aos Municípios e não ao Estado, e disse por que não faria destinação ao Estado. Na eleição de 2018, na minha reeleição, no caso, eu não tive apoio do Governador Flávio Dino, muito pelo contrário, o que ele fez foi me prejudicar, foi trabalhar para que não me reelegesse. Os Prefeitos que me apoiaram merecem ser ajudados até porque também estão precisando de dinheiro, e temos que investir mais na atenção básica nos Municípios. O Estado do Maranhão não faz atenção básica ou, quando faz, faz muito pouco. E o Senador insistiu em que direcionássemos esse recurso para o Estado. Eu discordei e disse que não iria aceitar. Começamos a falar mais alto, tanto eu quanto ele. De repente, ele se levantou, querendo me agredir - lógico, ele é mais forte do que eu, é mais novo do que eu. Eu estava com um copo na mão. Para evitar que ele me desse um murro, joguei o copo no pé dele. Nem acertou o pé dele, acertou a parede.

E ele ficou lá. Depois ficou me chamando para a briga: *"Venha, venha, que eu quero quebrar esses seus óculos na sua cara, vagabundo, moleque, safado!"* Essas expressões foram ditas por um Senador da República. Essa é a verdade. Essa é a realidade. Por quê? Porque eu não comungo do seu pensamento a respeito de o Governo do Estado fazer uso desse recurso.

Naquela ocasião, mostrei a ele que o Governador Flávio Dino ajuizou uma ação contra mim no Supremo Tribunal Federal, alegando que eu o caluniei, porque dei uma entrevista na *Rádio Mirante*, no Maranhão, no programa de Roberto Fernandes, e disse que não mandaria dinheiro para a saúde do Estado porque viraria éter. Disse e repito: vira éter. Em função disso, Flávio Dino me processou por calúnia e difamação. Essa é a primeira vez que um Governador do Estado do Maranhão processa um Deputado Federal no exercício do mandato. Nunca houve isso.

Isso se apresenta como uma grande perseguição do Governador e de seu afilhado político, Weverton Rocha, contra o Deputado Hildo Rocha. Tenta impedir o livre exercício do meu mandato. O próprio Weverton

defendia antigamente o direito da Minoria. Ora, se hoje eles são Maioria, eu sou Minoria, assim como outros dez Parlamentares da bancada do Maranhão. Nós temos o direito de dizer onde vamos alocar nossos recursos. Somos eleitos para isso. Não é o Senador, com base em sua vontade, no seu bem-querer, que vai determinar onde o Deputado Hildo Rocha alocará o recurso. Mas o nosso recurso é voltado para a saúde.

Eu vejo que o Governador, mais uma vez, fala besteira no Twitter. Ele diz: *"Minha solidariedade ao Senador Weverton Rocha, absurdamente agredido hoje ao defender recursos públicos para a saúde do Maranhão. Meus agradecimentos aos parlamentares que têm defendido essa importante causa em favor da população"*.

Aqui não se está tirando dinheiro da saúde, muito pelo contrário, está se colocando. Eu fui Relator Setorial do orçamento da saúde do Brasil neste ano, na Comissão de Orçamento. Eu coloquei 5 bilhões a mais do que foi encaminhado pela Presidência da República, pelo Ministro Guedes. Coloquei 5 bilhões a mais porque algumas das minhas ações fizeram com que se diminuísse um pouco o gasto com atividade-meio do Ministério da Saúde e essa quantia fosse mais para a atividade-fim. Além disso, eu destinei mais recursos, 40 milhões de reais. Eu fiz um direcionamento para o Governo do Estado colocar em funcionamento mais dois hemocentros. Não há quem aloque mais recurso para a saúde, no caso do Governo do Maranhão, que o Deputado Hildo Rocha.

Agora, entre os Prefeitos que me apoiaram e o Governador, é claro que vou, quando eu tiver oportunidade de destinar recurso, preferir os Prefeitos que me apoiaram. Se tenho oportunidade de destinar recurso para o Governo do Estado, vou destinar também. Tenho a opção de fazer a destinação para os Prefeitos, mas não deixo de destinar recursos para o Governo do Estado, mesmo que Flávio Dino me persiga, e me maltrate, e me critique, e faça injustiça contra mim. Mesmo assim, eu destino recursos para o Maranhão.

Hoje, vários hospitais no Maranhão, como é o caso dos hospitais regionais, funcionam graças ao meu trabalho ainda no Governo de Dilma, porque aumentei o teto financeiro através de emenda de Plenário que construímos aqui no Orçamento de 2016.

Foi este Deputado Hildo Rocha que fez isso, com que aumentassem 80 milhões de reais, naquela época, que possibilitaram funcionar, inclusive, o hospital de Caxias. Ele foi eleito Deputado Federal, por Caxias, e nunca fez nada por Caxias, no que diz respeito a aumento de teto e fazer funcionar o hospital regional. E este Deputado Hildo Rocha fez isso, mesmo sem ser Deputado representante da cidade de Caxias - mas eu possibilito isso. E o próprio Vice-Governador Brandão e o

Ministro da época, Marcelo Castro, que hoje é Senador e Presidente da Comissão Mista de Orçamento, são testemunhas disso.

Portanto, Sra. Presidente, agradeço a V.Exa. por ter disponibilizado esse tempo para mim. Peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Estou esclarecendo aqui à Câmara Federal, ao Congresso Nacional, ao povo brasileiro, principalmente ao povo do Maranhão, o que aconteceu no dia de ontem, esse episódio, que lamento muito ter acontecido. Mas eu o fiz para defender a minha vida, porque o Senador Weverton Rocha queria, na verdade, acreditar, até me matar, pela forma como ele partiu para cima de mim, com toda a violência. Ele, que é maior do que eu, mais forte do que eu, bem mais novo do que eu, partiu para cima de mim - eu olhei os olhos dele - com olhos de ódio, com olhos de assassino!

Portanto, eu quero deixar aqui registrado nos Anais desta Câmara Federal esse evento lamentável que aconteceu ontem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 55/92

80.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/06/2020- CD	17:40
Publ.: DCD - 24/06/2020 - 80	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva, oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 3.267, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.503, de 1997, relativa à instituição do Código de Trânsito Brasileiro, ressalvados os destaques. Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia pela anunciada votação das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 199 e 45, de 2019, respectivamente, sobre a alteração dos arts. de nºs 102 e 105 da Constituição Federal, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão em segunda instância); e sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota "sim" ao projeto, que foi

aperfeiçoado pelo Relator, o Deputado Juscelino.

Eu queria aproveitar estes segundos que me restam, Sr. Presidente, para parabenizá-lo pela afirmação, em entrevista coletiva, de que temos condições de votar ainda no mês de agosto, sob sua liderança, a PEC 199, a respeito de prisão em segunda instância, e sobretudo a reforma tributária.

Passada a pandemia, nós precisamos aprovar as duas principais reformas que ainda faltam ser analisadas, a tributária e a administrativa, para que o Brasil possa retomar o crescimento.

Parabéns, Sr. Presidente! Estamos juntos.

Documento 56/92

80.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/06/2020-
CD 18:48

Publ.: DCD - 24/06/2020 - ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP
100

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Votação, pela Casa, de relevantes matérias destinadas ao enfrentamento do novo coronavírus. Apresentação, pelo Cidadania, de projeto de lei acerca da prorrogação do auxílio pecuniário emergencial concedido aos trabalhadores informais, autônomos e famílias carentes diante da Covid-19. Importância da aprovação de medidas provisórias destinadas ao amparo das empresas brasileiras, em face da crise sanitária reinante no País. Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia pela anunciada votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional. Prioridade da Casa na votação do Projeto de Lei nº 6.407, de 2013, sobre as medidas de fomento da indústria de gás natural, e a alteração da Lei nº 11.909, de 2009, (Lei do Gás). Revisão do marco regulatório de concessões e de parcerias público-privadas.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, queremos, no momento desta votação importante, destacar aquilo que nos parece uma sequência de fatos que merecem reflexão. O primeiro deles foi o fato de que esta Câmara rapidamente respondeu aos desafios da pandemia, sob a liderança de V.Exa., Presidente Rodrigo Maia. Nós aprovamos o estado de calamidade, votamos a PEC do Orçamento de Guerra e determinamos aquilo que era fundamental: o olhar aos mais desprovidos, aos mais fragilizados. E acabamos

votando o auxílio emergencial. Está sendo paga agora a terceira parcela. Vários problemas aconteceram durante o desenrolar desse auxílio emergencial, mas ficou patente a toda a sociedade o seu mérito: estabilizou, teve um sentido humanitário, teve um sentido social e até uma repercussão econômica.

Em relação à pergunta que fizemos no seminário, houve a confirmação por V.Exa. de que, se é caro manter um auxílio dessa natureza, é muito mais caro, é muito mais complicado e muito mais oneroso à sociedade sustá-lo.

Por isso, quero reiterar, Sr. Presidente, aquilo que reúne a todos nós. Nós do Cidadania fomos autores de projeto de lei para a prorrogação desse auxílio emergencial. Acredito que isso faz a unidade da nossa Casa, da Câmara dos Deputados, comandada por V.Exa. E reiteramos o erro que comete o Governo de não tomar uma iniciativa, de postergar uma iniciativa que precisa vir com urgência, para que nós não tenhamos um problema de solução de continuidade.

Com relação às empresas, Sr. Presidente, ficou muito evidente que nós tínhamos que fazer algo em relação às empresas, e isso ocorreu. As medidas foram insuficientes, por conta da agilização daquilo que era necessário para que, desburocratizando, as empresas efetivamente tivessem acesso ao que foi aprovado. Nós temos agora o parecer da MP 944; a relatoria da 958, que será do Deputado Rubens Bueno, conforme V.Exa. determinou; e aquilo que poderá fazer a MP 975. Assim, nós poderemos buscar agilizar para as empresas o acesso ao crédito, de uma forma muito necessária.

Mas destaco isso tudo, Sr. Presidente, para lembrar que algumas questões estruturais passam a ser tratadas também numa sequência lógica e importante, que faz frente à crise: a MP 925, em relação às áreas, e a MP 950, em relação ao setor de energia, que virão na sequência. Mas o que nos cabe agora é olhar e começar a nos preparar para o futuro.

Quero ressaltar o trabalho de V.Exa. e parabenizá-lo pela disposição anunciada de fazer a retomada do debate sobre a reforma tributária, debate este em que o Parlamento teve protagonismo. Refiro-me a iniciativas como a PEC 45, de iniciativa do Líder Baleia Rossi, e aquilo que tem sido a atuação do Líder Aguinaldo Ribeiro, para mencionar alguns que têm tido papel importante nesse sentido, a que nos somamos, para que este encaminhamento possa efetivamente ser dado.

E quero mencionar algumas matérias do futuro, Sr. Presidente, que rimam também com o pós-pandemia, com a retomada do crescimento, com aquilo que será necessário para retomarmos a geração de

empregos no nosso País.

Quero defender, com ênfase, a prioridade para que possamos votar a Lei do Gás. E ressalto um processo com o qual estive envolvido, que foi agora consubstanciado por projeto apresentado pelo Deputado João Maia que dá sequência àquela Comissão instaurada por V.Exa., a de revisão do Marco Regulatório de Concessões e PPPs. Nós retiramos o capítulo referente às debêntures. V.Exa. tem acompanhado isso muito de perto.

Na semana passada, eu estava presencialmente em Brasília. Participei de um diálogo com todos os setores do Governo envolvidos. Nós temos este projeto amparado por 11 outros Deputados coautores, dos mais variados partidos políticos, o que nos faz ter a certeza de que o projeto amadurece para ser oferecido ao conjunto de partidos desta Casa e pode merecer prioridade, neste momento em que precisamos definir projetos que sinalizam a retomada do crescimento do nosso País, a retomada da atividade econômica, a fim de que a Câmara possa manter o protagonismo que manteve nas outras matérias também nesse sentido, Sr. Presidente.

Documento 57/92

83.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/06/2020- CD	17:24
Publ.: DCD - 26/06/2020 - 167	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Caráter histórico da aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a atualização do marco legal do saneamento básico. Afirmção, pelo Presidente Rodrigo Maia, de votação das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 45 e 199, de 2019, respectivamente, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional; e sobre a alteração dos arts. de nºs 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão em segunda instância). Congratulações ao Governo Federal pela implantação do novo Programa da Fazenda Pública, destinado à renegociação de dívidas de contribuintes individuais e de empresas junto à União. Apelo ao Ministério da Economia por inclusão de microempresas no novo Programa da Fazenda Pública. Importância de realização das reformas tributária e administrativa, para a retomada do crescimento econômico brasileiro.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, desejo neste momento, em nome da bancada do PSD e do nosso Líder Diego Andrade, afirmar com plena convicção, como já foi dito por aqueles que me precederam, que ontem foi um dia histórico porque o Senado aprovou o novo marco regulatório do saneamento básico no Brasil.

Essa nova lei dá garantias jurídicas para investidores e cria condições legais para o investimento de capital privado no saneamento básico do Brasil. Isso é fundamental porque 100 milhões de pessoas não têm saneamento básico no País - este é um dado horroroso -; 5 milhões de pessoas fazem as suas necessidades no mato; 30 milhões de pessoas não têm água tratada no Brasil. E, com recursos públicos, não temos condições de fazer o enfrentamento desses índices. Portanto, precisamos buscar recursos privados, Sr. Presidente. Isso não significa que estamos vendendo ou privatizando a nossa água, de forma alguma, como diz a Oposição.

Faço outra observação, Sr. Presidente, à afirmação do Presidente Rodrigo Maia - muito motivadora - de que nós poderemos votar, e com certeza o faremos, a reforma tributária no mês de agosto, uma reforma fundamental para que possamos desengessar o Brasil, porque o nosso arcabouço tributário, o nosso sistema é muito antigo, é muito arcaico, é complexo, é oneroso. Não estamos conseguindo tributar a nova economia, o Google, o Netflix, a telemedicina, o Airbnb. Enfim, o nosso sistema tributário custa muito. Algumas empresas gastam mais de 5% para promover o recolhimento.

É preciso um sistema tributário mais transparente, em que possamos ter consciência e saber exatamente o que estamos pagando. Hoje o que sabemos é que, daquilo que produzimos, pagamos 40% para os entes públicos, o que é um absurdo. É preciso, sobretudo, um sistema tributário mais justo, porque hoje estamos tributando o trabalhador, o pequeno e o pobre em 49% do consumo. Tudo o que o pequeno ganha ele consome e, portanto, está sendo tributado. E a renda tributamos em 22%. Quer dizer, o grande não está sendo tributado na sua totalidade, em vez do que fazem os americanos, que tributam o consumo em 17%, que é o pequeno, e a renda em 49%.

Sr. Presidente, também faço outra observação à afirmação do Presidente Rodrigo Maia de que temos que votar e vamos votar a prisão em segunda instância. Esse é um desejo do povo brasileiro, é um sonho de todos nós, é um compromisso que nós temos com a Nação.

O Presidente da Comissão Especial é o Deputado Marcelo Ramos, e o

Relator é o Deputado Fábio Trad. Passou na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, está na Comissão Especial. A Comissão fez um trabalho profundo, consistente. Esperamos que agora possamos votar em plenário a prisão em segunda instância, ou seja, a PEC 199 traz o transitado em julgado para a segunda instância, não só o criminal, mas também o trabalhista e tributário, mexe nos arts. 102 e 105 da Constituição. Essas são notícias fundamentais para o Brasil.

Concluo, Sr. Presidente, parabenizando o Governo Federal, o Executivo, pelo novo programa da Fazenda Pública, que dá condições de o contribuinte individual ou as empresas promoverem uma renegociação com a União, retirando 100% de juros e multa. Isso é fundamental. O Governo imagina que vai poder renegociar, neste momento da pandemia, um montante de cerca de 60 bilhões de reais. É disso que as empresas precisam. Estamos criando, através da Câmara dos Deputados, condições para que o Presidente Bolsonaro enfrente a crise econômica e a da pandemia, sobretudo com condições para que as empresas e o setor produtivo não demitam. Com certeza absoluta, vencer a pandemia e também a crise econômica.

Agora, apelo para o Ministério da Economia a fim de inclua também as microempresas nesse programa de renegociação das dívidas, porque as microempresas, o SIMPLES não foram contemplados.

Sr. Presidente, esperamos que a pandemia passe logo. Precisamos retomar o crescimento da nossa economia. Vamos retomar através das ações que estamos implementando no Parlamento, através das ações do Governo.

Portanto, a reforma tributária, sobretudo a reforma administrativa, que promove o enxugamento da máquina, do poder público, são de fundamental importância para a retomada do crescimento do Brasil, porque o Brasil é um gigante. No Brasil, nós vamos dar a volta por cima. Temos que levantar a cabeça, buscar a união dos poderes. Temos que ter fé em Deus. Com certeza absoluta, vamos vencer a pandemia e retomar o crescimento da economia do nosso País.

Obrigado.

Documento 58/92

90.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/07/2020-
CD 17:08

Publ.: DCD - 15/07/2020 -
109

GENERAL PETERNELLI-PSL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Emenda Substitutiva nº 20, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu agradeço esta oportunidade e gostaria de abordar nesse assunto a Emenda Substitutiva nº 20 à PEC 45, que trata da reforma tributária.

Eu tenho defendido essa emenda substitutiva tendo em vista que analiso que o grande problema brasileiro é a não emissão das notas fiscais, tanto pela Internet como pela economia informal, e por vários segmentos.

Então, a tributação da movimentação financeira em substituição a todos os demais tributos, todos, é uma ótima solução para o País.

Nós podemos verificar pela movimentação que o Banco Central publica diariamente que o valor da movimentação financeira no dia anterior, se cobrassem os 2,5 no crédito e no débito, seria superior ao previsto na LOA do ano passado. Então, a cobrança de uma taxa sobre a movimentação financeira é muito importante. Há detalhes sobre a mesma na minha página. E eu estou à disposição daqueles que desejarem esclarecer mais algum aspecto.

Obrigado, Presidente.

Documento 59/92

92.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/07/2020- CD 12:16
Publ.: DCD - 17/07/2020 - 56	SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Retomada dos trabalhos da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Necessidade de avanço da agenda nacional de desenvolvimento econômico. Importância da implantação de programa de geração de emprego e renda no País. Defesa de realização das reformas tributária e administrativa e de revisão do pacto federativo. Convite ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, de comparecimento à Casa para

apresentação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Marcos Pereira, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um momento importante da Câmara dos Deputados, porque, na manhã de hoje, sob a liderança do Presidente Rodrigo Maia, nós reinstalamos os trabalhos da Comissão da Reforma Tributária, que, na nossa avaliação, é fundamental para a economia do nosso País.

Nós sabemos que desde a Constituição de 1988 este é o Congresso mais reformista desses últimos 30 anos. Em pouco mais de 8 meses, o Congresso Nacional entregou a reforma da Previdência com a potência fiscal da ordem de mais de 800 bilhões de reais, enquanto países como a França há 3 anos, 4 anos tentam avançar na reforma da Previdência.

Paralelamente, votamos projetos e medidas muito importantes para a economia do Brasil, tais como cessão onerosa, medidas creditícias, marco legal do saneamento, entre outros temas que foram muito relevantes para ajudar na preservação do emprego e da renda da população.

Sabemos que, quando iniciamos o ano, a perspectiva do País era que iríamos crescer em torno de 2% do PIB.

E, com o coronavírus, esse quadro mudou completamente. O déficit primário estimado para o ano estava na ordem de 1,8% do PIB, ou 118 bilhões de reais. Hoje, o nosso déficit já está em 12% do PIB, com previsão de atingir 20%, o que significa mais de 918 bilhões de reais. Se nós juntarmos a dívida, o nosso déficit já passa de 1,1 trilhão de reais. Quando nós analisamos a carga tributária, o Brasil tem hoje carga tributária de 33% do PIB, enquanto os países da América Latina têm carga tributária média de 23% do PIB.

Nós precisamos avançar na agenda do crescimento econômico. Eu defendo, Deputada Perpétua, os programas sociais do Brasil. Eu defendo o Bolsa Família; o PROUNI; o PRONATEC; o Minha Casa, Minha Vida; o Luz Para Todos. Todos são programas fundamentais. Mas, na minha avaliação, o maior programa social do Brasil é o emprego e a renda. E nós só vamos avançar na geração de emprego e renda se avançarmos na Agenda Brasil, com a reforma tributária, a reforma administrativa e o novo pacto federativo, entre outras medidas.

A nossa preocupação é com o fato de que, enquanto o Brasil vai gastar este ano 12% do PIB com o déficit público, vai investir menos de 1% do PIB, infelizmente, tendo em vista que as nossas despesas discricionárias não chegam a 100 bilhões de reais. Então, é

fundamental que nós avancemos na reforma tributária.

Nós do Republicanos encaminhamos, na manhã de hoje, ao Presidente Hildo Rocha e ao Relator Aguinaldo Ribeiro uma indicação de convite ao Ministro Paulo Guedes para que, depois de nos enviar a proposta de reforma, ele venha à Câmara Federal apresentá-la, porque há em tramitação a PEC 45/19, do Deputado Baleia; a PEC 110/19, do Senado Federal; e chegará à Casa a PEC do Governo Federal. Esse não é um tema do Governo ou da Oposição. Esse é um tema do País. E é por isso que nós precisamos de unidade para construir a melhor reforma possível.

Sabemos que temos um grande desafio na reforma tributária: pensar no setor terciário, o setor de serviços, que hoje representa mais de 70% da economia das principais cidades do Brasil. E é fundamental que na reforma tenhamos um olhar para o empreendedor individual, para o pequeno e o microempresário, um olhar para o setor de serviços, porque, hoje, nós vivemos claramente, Deputado Alexandre, um manicômio tributário, que gera burocracia, que gera insegurança jurídica, que não cria um bom ambiente de negócios para o investidor nacional ou internacional. E mais do que isso: há 27 legislações de ICMS, mais de 200 legislações de ISS, entre outros impostos que, de certa forma, prejudicam a retomada do crescimento da economia.

Então, é fundamental que, sob a liderança do Presidente Rodrigo Maia, nós possamos avançar nesse tema, para que, mais uma vez, o Congresso Nacional dê uma resposta à sociedade brasileira para fazer com que o Brasil volte a crescer.

Esta vai ser a pior década da história do Brasil em termos de crescimento. O País não atingirá nem 1% do PIB de média de crescimento nos últimos 10 anos. E nós só teremos crescimento com o ajuste fiscal, preservando o teto de gastos e buscando o ajuste através da reforma tributária, através da reforma administrativa, entre outras medidas que nos permitam buscar a retomada do investimento público, a retomada do debate das privatizações...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Pereira. REPUBLICANOS - SP) - Eu a peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE) - ...e da desestatização e, sobretudo, a retomada do investimento na infraestrutura no País: portos, aeroportos, rodovias, estradas. Só dessa forma nós vamos estimular o crescimento econômico.

Muito obrigado, Presidente.

94.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/07/2020-
CD 16:16

Publ.: DCD - 22/07/2020 - BALEIA ROSSI-MDB -SP
41

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento à Casa, pelo Poder Executivo, da proposta governamental de reforma tributária. Defesa de apreciação da proposta do Poder Executivo em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, da Câmara dos Deputados, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, do Senado Federal, relativas ao tema. Regozijo com a anunciada realização da reforma tributária.

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, Sras. e Srs. Deputados, eu queria falar nesta tarde sobre um evento que acabou de acontecer no Congresso Nacional, no qual o Ministro da Economia, o Sr. Paulo Guedes, entregou formalmente parte da sua reforma tributária.

Lá estava o Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, autor da PEC nº 110, de 2019; o Senador Roberto Rocha, Presidente da Comissão Mista, que vai voltar a debater a nossa reforma tributária; o Deputado Aguinaldo Ribeiro, Relator da Comissão Mista; o Deputado Hildo Rocha, Vice-Presidente da Comissão Mista e Presidente da Comissão da Reforma Tributária, nesta Câmara dos Deputados.

Senadores e Deputados, hoje é um dia histórico para o Brasil, porque, enfim, vamos unir forças da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Governo Federal e vamos conseguir ajustar um texto para entregar uma reforma tributária que simplifique o nosso sistema, que desburocratize essa maluquice que é o sistema tributário no Brasil, que melhore o ambiente de negócios e passe para todos a credibilidade necessária para que venham novos investimentos, a fim de gerar emprego e renda para a população.

Quero saudar não só o Ministro Paulo Guedes mas também o Ministro Ramos, da articulação política, que estiveram presentes, ao lado dos Congressistas, para tratar do pós-pandemia. Nós vivemos agora um momento muito difícil no País e no mundo. O Brasil ultrapassa 80 mil mortos, ou seja, 80 mil famílias estão enlutadas com esta pandemia, que além de causar essa tragédia humana vai repercutir na nossa

economia, com a geração de desemprego e desigualdade social.

Este Parlamento precisa dar uma resposta à população brasileira, e a resposta será trabalho. A resposta será o ajuste do texto da PEC nº 45, de 2019, da reforma tributária, de minha autoria, junto com a PEC nº 110, de 2019, de autoria do Presidente Davi Alcolumbre, e com o projeto do Ministro Paulo Guedes, para fazermos um projeto que possa efetivamente dar bons resultados.

Há estudos de economistas renomados que dizem que, com a votação da reforma tributária, teremos uma injeção de ânimo na nossa economia, um aumento de pelo menos 20 pontos do PIB, nos próximos anos. Quando falamos em aumento do PIB, referimo-nos a investimento. Quando falamos em aumento do PIB, referimo-nos à geração de emprego e renda para a população.

Nesta tarde, vamos fazer história, não pela Câmara dos Deputados, não pelo Senado Federal, não pelo Governo Federal, mas pelo Brasil.

Eu queria deixar registrada nossa alegria por trabalharmos juntos para, depois de 30 anos de discussão, podermos votar e aprovar uma reforma tributária para o nosso País.

Saúdo o Presidente Rodrigo Maia, que é um grande patrocinador deste tema, um patrocinador político da reforma tributária, e todos os Deputados Federais e todos os Senadores, que vão contribuir para melhorar o texto, para ajustar o que tiver que ser ajustado, para podermos mostrar no segundo semestre, numa reação pós-pandemia, que o Congresso Nacional tem responsabilidade, tem compromisso com o nosso Brasil!

Boa tarde a todos!

Documento 61/92

94.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/07/2020-
CD 16:28

Publ.: DCD - 22/07/2020 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE
45

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Não enfrentamento da concentração de renda no Brasil, pela proposta de reforma tributária encaminhada à Casa pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Defesa de aprovação da proposta relativa ao tema apresentada pela

Oposição.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, eu ouvi o autor da PEC nº 45, de 2019, anunciar, juntamente com o Presidente da Comissão Especial, o envio por parte do Governo, do Ministro Guedes, de uma proposta de reforma tributária. É importante destacar, Sras. e Srs. Parlamentares, que não existe só esta proposta de reforma tributária, a do Governo Federal. Existem outras propostas.

E solicito a V.Exas. que estão comandando que, no mínimo, informem que nós da Oposição apresentamos também uma proposta de reforma tributária, até porque essa reforma tributária que está sendo anunciada pelo Ministro Guedes -- e temos que debater esse importante tema como um tema central no segundo semestre -- é uma reforma, eu diria, tímida. E, pelos pontos que já analisamos de 2 horas para cá, ela não pode ser chamada de reforma tributária, porque não oferece aquilo que precisa o País: uma reforma tributária que toque no ponto central, que é exatamente a taxação das grandes fortunas e a taxação dos lucros e dividendos.

Não pode haver reforma tributária se ela não mexer na concentração de renda no Brasil. Evidentemente, a unificação dos tributos, das alíquotas, do ICMS de origem para destino é fundamental e necessária. Tudo isso é importante. Mas a reforma tributária que o País precisa, Sras. e Srs. Parlamentares, que nós precisamos debater dentro dessa proposta que foi apresentada, tem que tocar, pelo menos, em quatro grandes pontos, que, no nosso entendimento, focam naquilo que é necessário para redefinir o papel tributário do Estado brasileiro.

Uma reforma tributária, em primeiro lugar, tem que ter como ponto central o Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, aí é que está a concentração de renda no Brasil; imposto sobre as grandes fortunas. Aliás, há previsão constitucional para isso; aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras, porque somente elas lucram. Independentemente de crise, elas continuam lucrando, tendo lucros exorbitantes sem sequer fazer qualquer distribuição nem ajuda neste momento de crise que o Brasil está vivendo. É preciso também ver na reforma a questão da competência estadual do imposto do IPVA e a taxação das aeronaves e embarcações.

Portanto, nós não podemos, Sras. e Srs. Parlamentares, discutir uma reforma tributária que seja a expressão apenas de parte da Câmara. Ela tem que expressar a vontade coletiva. E nós que integramos a Oposição na Casa queremos entrar de cheio nesse debate, porque, ano passado, o Deputado Afonso coordenou, pela Liderança da

Minoria, um amplo grupo de trabalho, que discutiu bastante com todos os interessados e vinculados a este tema na Casa. E a nossa proposta, evidentemente, precisa estar como tema central da reforma que está sendo proposta. Não pode haver reforma de uma parte. É preciso que haja uma reforma do todo. Assim como o FUNDEB, é uma causa que interessa ao Parlamento como um todo.

Portanto, essa reforma do Guedes é insuficiente do ponto de vista do enfrentamento à concentração de renda no Brasil. Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, nestes 5 minutos, eu quero dizer que vamos iniciar um debate, até porque a crise que o Brasil está enfrentando exige de todos nós a apresentação de um plano, de uma articulação muito mais forte que seja capaz de reconstruir o País que o Guedes destruiu, o Ministro que, frente à pandemia, não entregou nada daquilo que o Congresso deu a ele. Parece-me que ele tem pouca ou nenhuma autoridade para falar de reforma tributária, porque é inepto na condução da economia, na gestão da economia do Brasil.

Sra. Presidenta, a Oposição tem proposta. Vamos fazer um debate sobre um conteúdo que interessa ao País, e não ao Ministro Paulo Guedes.

Muito obrigado.

Documento 62/92

94.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 21/07/2020-16:44
Publ.: DCD 22/07/2020 - 48	- HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Encaminhamento à Câmara dos Deputados, pelo Poder Executivo, da proposta governamental de reforma tributária. Expectativa de votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, a respeito da reformulação do Sistema Tributário Nacional; da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, sobre a transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública; e da Medida Provisória nº 938, de 2020, relativa à concessão, pela União, de apoio financeiro aos entes federativos contemplados com recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE, e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, para mitigação das dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de

2020, e da emergência de saúde pública provocada pela Covid-19.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Governo finalmente, depois de 1 ano e meio, consegue entregar uma proposta de reforma tributária. Não vejo que seja uma proposta ainda. Pelo que entendi, o Governo vai fatiar a sua proposta: vai entregar um pedaço agora, vai entregar outro pedaço depois. Mas, aqui na Câmara, já temos uma proposta muito boa, do Deputado Baleia Rossi, que é a PEC 45.

Essa PEC 45 vai simplificar a arrecadação de tributos da base de consumo, vai dar segurança jurídica, enfim, é uma proposta estudada, debatida, e que tem todas as condições de ser aprovada e de colocar o Brasil junto com os demais países desenvolvidos, no que diz respeito a sistema tributário e a economia. Inclusive, Sr. Presidente, está programado para hoje a votação dessa PEC - vejo aqui a Relatora da PEC 45, a Deputada Raquel Muniz.

Vejo também a Relatora da PEC 15, a Deputada Professora Dorinha, que tem trabalhado por quase 2 anos para construir um texto que seja aprovado e que venha melhorar ainda mais a educação.

Estamos trabalhando aqui com o objetivo de melhorar a educação brasileira, e para isso é necessário recurso, não apenas recurso dos Estados e Municípios, mas também recurso da União. A proposta é para que, em vez de a União entrar com apenas 16 bilhões de reais, passe a colaborar com mais 16 milhões, a fim de que tenhamos mais recursos para que possamos oferecer uma educação de mais qualidade.

Quanto à Medida Provisória nº 938, de 2020, da qual sou o Relator por designação do Presidente Rodrigo Maia - já está pronto, Sr. Presidente, o relatório -, espero que possamos analisá-la e aprová-la no dia de hoje, o que permitirá Estados e Municípios terem recursos suficientes para administrar as suas cidades nesse período de pandemia, com a contribuição da União.

Muito obrigado.

Documento 63/92

94.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/07/2020-
CD 16:44

Publ.: DCD - 22/07/2020 - VITOR HUGO-PSL -GO
49

Sumário

Encaminhamento à Casa pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, da proposta governamental de reforma tributária. Importância de realização das reformas tributária e administrativa. Sanção do Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, acerca da atualização do marco legal do saneamento básico. Celebração de acordo para a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, sobre a transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Realização de investimentos no setor educacional pelo Governo Jair Bolsonaro.

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia muito feliz para o nosso País. O Ministro Paulo Guedes acaba de entregar ao Presidente do Congresso Nacional e ao Presidente da Câmara dos Deputados a proposta do Governo sobre a reforma tributária.

Nós sabemos da complexidade do nosso sistema tributário brasileiro e do quanto isso cria dificuldade aos investidores, aos investimentos, do quanto isso cria dificuldade aos empreendedores no Brasil, ou àquelas pessoas que querem trazer desenvolvimento e querem gerar emprego e renda, que se sentem logicamente dificultados de fazer isso diante de um sistema tributário tão complexo e tão custoso quanto o nosso.

Com base nas iniciativas que já temos, tanto na Câmara dos Deputados, com a PEC 45, quanto no Senado Federal, com a PEC 110, as discussões já estão bastante maduras. É chegada a hora de retomarmos, então, a discussão em torno das reformas estruturantes que o nosso Governo sempre defendeu neste Parlamento, não só a reforma tributária, mas também a reforma administrativa. Esperamos que as PECs que estão vindo do Senado Federal cheguem o mais rápido possível, como as que tratam da revisão do pacto federativo, da revisão dos fundos no nosso País, bem como a PEC emergencial.

Há várias fronteiras de investimentos que o nosso Governo tem intenção de tocar para frente, como o que já fizemos com o novo Marco Legal do Saneamento Básico, votado aqui nesta Câmara dos Deputados e no Senado Federal e já sancionado pelo nosso Presidente Bolsonaro. Temos ainda a cabotagem, a mineração, o petróleo, o gás, a infraestrutura e tantas outras fronteiras de investimentos, que serão capazes de atrair o investidor privado, para, junto com os investimentos públicos, fazer o nosso País avançar.

Daqui a pouco, fruto de grande esforço por parte do Governo, dos Líderes e do Presidente desta Casa, Deputado Rodrigo Maia, votaremos o novo FUNDEB. Foram feitas várias aproximações que permitiram o acordo. Eu queria dizer a todos da preocupação que o Governo Federal tem em desenvolver a educação no Brasil. O Presidente Bolsonaro, na sua campanha, defendeu a priorização da educação básica e também da educação profissional e tecnológica. São esses os dois instrumentos que, na perspectiva do nosso Governo, farão com que o Brasil consiga desenvolver todas as potencialidades que têm em função da sua dimensão continental, da capacidade intelectual e criativa da nossa população, de todos os recursos naturais e de todos os cérebros brilhantes que temos no País. Então é preciso investir na educação infantil, é preciso, ao mesmo tempo, cuidar do ensino fundamental e do ensino médio.

No passado, houve investimentos na educação superior feitos por outros Governos e também a reforma do ensino médio feita por Governos anteriores. O Governo Bolsonaro tem a intenção de focar na educação básica e, de modo especial, no ensino fundamental e infantil.

Nesse sentido, foram feitas negociações, houve conversas com a Relatora, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, a quem nós gostaríamos de agradecer pela sensibilidade, por ouvir os argumentos do Governo e por ter construído um texto que, embora, em nossa perspectiva, ainda tenha pequenos pontos a serem discutidos, e que, certamente, serão tratados por meio de destaques, de um modo geral, atende em grande medida aquilo que o Governo Federal esperava para este momento: apoio para a manutenção e o desenvolvimento do ensino básico e a valorização dos profissionais da educação em nosso Brasil.

Expressamos ainda algumas outras preocupações como, por exemplo, a necessidade de fazer a revisão do FUNDEB, como esta que estamos fazendo neste momento. Os Deputados e Senadores que estavam atuando em 2006, quando foi aprovada a PEC que instituiu o FUNDEB que hoje está em vigor, anteviram a possibilidade de rever o FUNDEB, o que estamos fazendo agora. Talvez, se não houvesse essa prescrição na Constituição Federal, no ADCT, não estaríamos tendo esta discussão agora, diante da pandemia e de outras prioridades. É por isso que nós defendemos também a revisão decenal - de 10 em 10 anos - do FUNDEB, para que possamos, dentro de 10 anos, permitir que outros Deputados e Senadores que aqui estiverem possam rever os erros e acertos deste momento histórico, quando nós, daqui a pouco, se Deus permitir, instituiremos o novo FUNDEB.

Quero cumprimentar todos os Líderes e todos aqueles que participaram da construção deste momento, sabendo que existe uma grande preocupação ainda em torno de alguns temas, como a

constitucionalização do custo aluno/qualidade, que nós esperamos retirar por meio de destaque, além de algumas outras preocupações.

A redução da participação da União, a complementação voltada especificamente para a educação infantil e também esse crescimento gradual da complementação da União vão garantir, tenho certeza, uma adesão maior numa PEC importantíssima. Esses eram os registros que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 64/92

94.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 21/07/2020- CD	16:52
Publ.: DCD - 22/07/2020 - 51	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Encaminhamento à Casa, pelo Poder Executivo, da proposta governamental de reforma tributária. Principais eixos da reforma tributária sob a ótica do PSB. Apresentação, pelos partidos opositores, da Emenda Substitutiva Global nº 178, de 2019, à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Antes de mais nada, eu quero anunciar que vou dividir o tempo da Liderança com o Deputado Danilo Cabral. Nós trataremos de dois assuntos: reforma tributária e FUNDEB, os dois temas do dia.

Acaba de chegar à Câmara, finalmente, a proposta do Governo, uma proposta excessivamente tímida para a reforma tributária de que o País precisa.

Para nós, do PSB, uma reforma tributária acertada para o Brasil deve passar por três pontos. Primeiro: simplificação tributária. É inaceitável que não se simplifique essa péssima estrutura tributária do País, que, segundo o Banco Mundial, ocupa a 184ª posição entre 190 países. Ou seja, nós ficamos apenas à frente de seis outros países entre os 190 avaliados. Um desastre completo! Então, é preciso simplificar.

Os empresários brasileiros gastam cerca de 2 mil horas por ano para

declarar os impostos, enquanto um empresário da Suécia, por exemplo, gasta 170 horas. Não obstante isso, a Suécia arrecada muito mais do que o Brasil. Percentualmente, a carga tributária sueca é muito mais alta que a do Brasil. Ou seja, gastar muitas horas não significa arrecadar bem. Esse formato da nossa tributação é péssimo. Então, tem que simplificar.

Não basta simplificar. Além da simplificação, é fundamental enfrentar outro problema seríssimo da nossa tributação. Ela é regressiva, ou seja, quem paga mais tributo no Brasil são as classes populares e as classes médias. Os super-ricos não pagam tributo no Brasil. Isso também tem que ser enfrentado nesta reforma. Nós, da Oposição, não aceitaremos deixar para depois, para outra reforma.

(Falha na transmissão) Eu dizia, Presidente, que temos que desonerar as classes populares e as classes médias e taxar, sobretudo, os super-ricos, que não pagam tributo no Brasil. Por isso, nós, da Oposição, apresentamos a Emenda nº 178 à PEC 45, uma emenda substitutiva global, e vamos lutar para aprová-la.

E o terceiro elemento, o terceiro pilar de uma reforma tributária, segundo a ótica do PSB, que assinou também essa emenda de toda a Oposição: além da simplificação e da progressividade da tributação, o nosso sistema tributário deve proteger o ambiente. Devem ser mais taxadas aquelas atividades mais agressivas ao meio ambiente, mais poluidoras, mais intensivas em carbono, ou seja, contrárias àquilo que o País deve fazer, que é dar sua contribuição para enfrentar o aquecimento global.

Este tema, a luta contra o aquecimento global e a luta em defesa do meio ambiente, nós do PSB estamos colocando como prioridade do nosso País, seja na nossa autorreforma, um novo programa que está sendo construído pelo PSB para o partido, seja na nossa luta no Parlamento.

Chegando aqui ao meio do tempo, 3 minutos e meio, eu passo a palavra, Presidente, para o Deputado Danilo Cabral, que vai falar, em nome da nossa bancada, de toda a luta da nossa bancada pelo FUNDEB, cuja PEC nós queremos votar hoje, com avanços definitivos para o Brasil.

Presidente, peço a V.Exa. que abra o microfone do Deputado Danilo Cabral.

Publ.: DCD - 05/08/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Falta de coordenação nacional de enfrentamento da epidemia de coronavírus. Alcance do patamar de 100 mil mortes e 3 milhões de contaminados pela Covid-19 no País. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a preservação da vida, do emprego e da renda dos brasileiros. Desempenho dos Estados do Maranhão, do Espírito Santo e Rio de Janeiro no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Apresentação, pelos partidos opositores, de Emenda Substitutiva Global à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional. Defesa de rejeição do veto presidencial apostado ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, destinado ao pagamento, pela União, de indenização financeira aos profissionais da saúde diante da incapacitação permanente ao trabalho, provocada pelo contágio no atendimento direto a pacientes da Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., todos os colegas Parlamentares presentes nesta sessão e a quem nos acompanha neste momento.

Em primeiro lugar, Presidente, eu quero trazer os fatos reais! Não adianta fazer discurso sem dar os dados, não é? Nós somos, Sr. Presidente, 3% da população mundial e 14% dos casos de COVID no mundo. Nós não temos coordenação nacional de combate à pandemia. Muito ao contrário, nós temos uma descoordenação nacional. Nós estamos chegando a 3 milhões de contaminados. Com a subnotificação, podemos ser 18 milhões de contaminados. Estamos chegando a 100 mil óbitos. Também por conta da subnotificação, podemos ter bem mais do que isso.

Isso significa que nós estamos numa situação gravíssima! Se somarmos a isso os dados econômicos... Segundo a OXFAM, 42 super-ricos do Brasil, bilionários do Brasil, aumentaram a sua fortuna em 34 bilhões de dólares.

Em compensação, 40% dos brasileiros perderam totalmente a sua renda durante a pandemia, só em maio foram 10 bilhões, e pode dobrar o índice de desemprego até o final da pandemia.

Isso significa que nós não temos nem a defesa da vida nem a defesa da renda e do emprego no Brasil. Isso significa que nós não temos governo. É um governo que despreza a vida, a proteção da renda e do emprego e o desenvolvimento deste País. Nós não podemos ter uma ética de desenvolvimento que despreze a vida, que despreze a

demanda do povo brasileiro. E nós somos os campeões em morte de grávidas por COVID no mundo, um campeonato que não queremos ter. Isso significa, Sr. Presidente, que todos os discursos que ficam louvando este Governo são fora da realidade, são fora do conhecimento real deste Brasil profundo e deste Brasil que está aí na cara para todo mundo ver.

Há uma pesquisa, inclusive, que diz que o melhor desempenho no enfrentamento à COVID é do Maranhão, o que nós dá um orgulho enorme do Governo do Maranhão, e o segundo melhor desempenho é do Espírito Santo. Eu registro, com lamento e indignação quanto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, que o segundo pior desempenho é do Rio de Janeiro.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que dentro disso nós precisamos enfrentar a pauta sanitária, econômica e social. E eu quero dizer ainda que só faz sentido nós enfrentarmos a pauta tributária, que está entrando agora nas prioridades do Parlamento brasileiro, se for para tributarmos os mais ricos, que são esses que ganharam 176 bilhões na pandemia. Não adianta vir com a proposta do Guedes de tributar consumo, de tributar o salário, porque os assalariados estão perdendo renda. Não há mais assalariado no Brasil crescendo. Não há renda crescendo. Mas os ricos estão crescendo. Então, se tiver que haver reforma tributária, que nós tributemos os mais ricos, conforme a proposta que a Oposição apresentou no ano passado: a PEC 178/19.

Por último, Sr. Presidente, eu quero expressar a minha indignação, a minha repulsa ao veto do Sr. Presidente da República a um projeto que protege as famílias dos profissionais de saúde vitimados pela COVID, que esta Casa aprovou quase por unanimidade. Ele vetou-o integralmente. Botou uma série de vetos sobre este projeto, que desprotege as famílias ou os profissionais vítimas da COVID-19 que ficaram incapazes. Esta é mais uma insensibilidade. Não adianta aplaudir os profissionais se não os protege e não protege suas famílias. Nós precisamos fazer uma sessão de veto, para derrubar os diversos deste Presidente, que, de forma insensível e genocida, tem tratado a pandemia no Brasil.

Obrigada, Presidente.

Documento 66/92

113.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/09/2020-
CD 16:48

Publ.: DCD - 30/09/2020 -
87 ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 40, de 2020, da Medida Provisória nº 987, de 2020, sobre a alteração das Leis de nºs 9.440, de 1997; 9.826, de 1999; e 7.827, de 1989, com vista à prorrogação de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. Anúncio, pelo Governo Federal, de criação do Programa Renda Brasil. Conveniência de criação do Programa Emprega Brasil. Realização da reforma tributária. Contrariedade à recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcos Pereira, nesta matéria, obviamente, o Partido Novo vota "não".

Eu gostaria de fazer algumas menções sobre o programa Renda Brasil ou Renda Cidadã, que está sendo apresentado pelo Governo Federal. Todos nós concordamos que ele é muito importante. Trata-se de uma rede de proteção para uma série de pessoas que, abatidas pela pandemia ou mesmo por uma condição difícil, precisam da ajuda do Estado de alguma forma. É o Estado atacando as consequências de um sistema ruim que fica produzindo pessoas que precisam desse tipo de assistência. Ninguém discute isso.

Mas é muito importante que o Governo também tenha o programa Emprega Brasil, porque nós precisamos atacar as causas do problema e impedir que as pessoas cheguem a uma condição de vulnerabilidade e precisem dessa rede de proteção. Isso envolve a educação, mas, principalmente, a empregabilidade. Portanto, nós precisamos ter boas empresas, precisamos ter um bom ambiente de negócios, precisamos ter um ambiente competitivo. E é disso que trata a reforma tributária que está em andamento nesta Casa e no Senado, na Comissão Mista da Reforma Tributária.

Nós estamos focando a reforma dos tributos sobre o consumo, porque o Brasil consegue ter o pior sistema tributário do mundo, um sistema que exige mais de 1.500 horas das empresas apenas para cumprimento de obrigações acessórias extremamente complicadas, como a substituição tributária, o Bloco K e uma série de outros controles que são necessários para se ter certeza de que se está pagando o tributo adequadamente.

A reforma tributária não pode parar. E hoje ela está emperrada numa coisa chamada CPMF, porque o Governo também quer desonerar a folha. Muito bom! Excelente medida! A desoneração também é muito importante para gerar o ambiente do primeiro emprego, para que não haja um degrau tão grande entre o que a empresa paga e o que a

peessoa recebe, outra anomalia do nosso sistema. A desoneração é fundamental, mas não precisamos de uma CPMF para fazer isso. Podemos fazer isso dentro do próprio sistema, porque uma vez que tenhamos um sistema tributário intuitivo, simples, transparente, equânime e neutro, e é disso que trata a PEC 45, nós vamos ter um ganho de eficiência arrecadatória. Não haverá mais planejamento tributário, não haverá mais elisão fiscal, não haverá mais aqueles sonegadores que se escondem no meio de uma lei complicada. A lei será simples, acessível a todos os brasileiros. Essa é a verdadeira inclusão social, quando todo mundo tem a capacidade de entender o sistema tributário e pode abrir a sua pequena empresa sem as dificuldades do atual sistema.

E, quando nós ganharmos essa eficiência, nós vamos entregá-la reduzindo a oneração da folha de pagamento.

Não precisamos de uma CPMF. Aliás, a CPMF é muito ruim. Não existe paralelo no mundo para um tributo tão cumulativo, que atrapalha tanto a transparência, que estraga e suja tanto o sistema tributário. Nós estamos eliminando uma série de tributos cumulativos: o ISS, o ICMS sobre aquilo que não é insumo, o PIS e a COFINS sobre aquilo que não é insumo. Uma série de tributos vai ser eliminada com essa reforma. Não faz sentido criar outro tributo que também é cumulativo e que não tem transparência nenhuma. Portanto, eu peço que nós tenhamos atenção a isso.

O sistema tributário é para o cidadão brasileiro. Nós temos que manter o foco nele. As coisas têm que custar menos. Hoje, o automóvel, a bicicleta, a roupa, tudo é caro no Brasil, porque está cheio de tributos cumulativos.

E não temos nenhuma competitividade para exportar. A nossa pauta de exportação é minério de ferro, é soja, é algodão, é agro, é proteína e é mineração, produtos com baixo valor agregado. Nós temos que começar a focar produtos com alto valor agregado, como fazem outros países do mundo, mas, com o atual sistema tributário, nós não conseguimos, porque o produto, quando chega à ponta para ser exportado, perdeu completamente a competitividade.

Por isso, eu insisto: não paremos com a reforma tributária por causa das eleições, não a deixemos para depois. Se a CPMF envergonha e é feia, ela tem que ser apresentada agora, e não depois das eleições. E nós temos que lutar para que a reforma ande, para que entreguemos até o fim do ano um sistema tributário que o Brasil merece, botando-o na mesma página das maiores economias do mundo.

Muito obrigado, Presidente.

113.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/09/2020- CD	17:08
Publ.: DCD - 30/09/2020 - 93	MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Elogio ao Deputado André de Paula pelo parecer oferecido à Medida Provisória nº 987, de 2020, sobre a alteração das Leis de nºs 9.440, de 1997; 9.826, de 1999; e 7.827, de 1989, com vista à prorrogação de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. Empenho da Deputada Flávia Moraes na aprovação da matéria. Contrariedade do PDT à utilização de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB para o financiamento do Programa Renda Cidadã. Apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo à tribuna desta Casa, primeiro, para fazer o registro da relevância desta matéria hoje tratada aqui nesta Casa, referente à sustentabilidade, através de um crédito presumido do IPI, que é um percentual que se abate, que o Governo concede quando se trata da produção de automóveis e de peças e partes que servem à produção industrial desses automóveis.

Eu não entendi por que a Casa inteira não votou a favor desta questão. Todos nós sabemos que há um processo de concentração industrial no País: 70% do PIB brasileiro está concentrado no Sul e no Sudeste.

Dessa forma, minhas primeiras palavras são para parabenizar o Relator, o Deputado André de Paula, pelo trabalho limpo, claro. As pessoas não puderam confundir o que se estava criando com nenhuma isenção. Pelo contrário, a isenção já existe. Obviamente, o prazo aberto para a apresentação de novas propostas de investimentos foi ampliado até outubro, porque hoje o benefício está concedido até 2025. Portanto, Deputado André de Paula, dou a minha palavra sincera de que o seu relatório é muito claro.

Eu quero parabenizar também a grande Deputada Flávia Moraes, do Estado de Goiás, nossa companheira do PDT, que trabalhou muito fortemente com todos os que compreendem a relevância desta matéria. Fica aqui também, Deputada Flávia, o meu registro do seu trabalho inequívoco para que pudéssemos alcançar este êxito neste

exato momento.

Mas o PDT quer falar também sobre essa história de retirar dinheiro do FUNDEB. Precisamos deixar claro que nós não podemos aceitar a alteração de uma medida constitucional, que foi aprovada recentemente nesta Casa e que foi aprimorada, porque dá ao FUNDEB recursos para investimentos que ele anteriormente não tinha. Foram designados 5% para o atendimento da primeira infância, que o FUNDEB também não tinha. Na lei complementar, haverá regras meritórias para se poder alocar esses recursos de maneira eficiente, como faz o meu querido Estado do Ceará, por meio de um projeto do Governador Cid Gomes, agora ampliado pelo Governador Camilo Santana.

Portanto, é impossível que o Congresso Nacional faça essa reversão, que nós consideramos totalmente descabida. Com certeza, o meu partido, o PDT -- esta é a designação do nosso Líder, o Deputado Wolney Queiroz --, vai marcar, sim, posição em relação a esta questão.

O Congresso Nacional não está acostumado, Sr. Presidente, a tratar de despesas que não sejam primárias. Lembro que, no Orçamento do Governo Federal, há 1,5 trilhão de reais de despesas primárias, mas há 1,5 trilhão de reais de dívida pública, de juros, de renegociações. Porém, este debate está totalmente interditado no Congresso Nacional. Vários países, no mundo inteiro, têm teto para a dívida pública.

Os Estados Unidos, país financiado pelo mundo inteiro, já que todo mundo tem dinheiro nos Estados Unidos, têm teto para a dívida pública! Aliás, o brasileiro adora comparar o Brasil com os Estados Unidos. O Congresso para o Executivo, que fecha museus, fecha as portas das entidades públicas, até que este montante seja devidamente regulamentado pelo Congresso Nacional. Diante disso, alguns perguntam: "*Vamos buscar fonte onde? Como vamos fazer?*" É bom lembrar que este debate precisa ser ampliado, e não necessariamente discutirmos somente as despesas primárias.

Sr. Presidente, eu queria ser alertado no meu último minuto, que vou conceder à Deputada Flávia, que vai fazer o encerramento desta matéria. Na reforma tributária, o Congresso precisa decidir é o modelo, em vez de ficar decidindo detalhes aqui e acolá. Nós vamos aceitar o modelo do Governo, que é o IVA dual, ou vamos votar o que diz a PEC 45, que trata dos cinco impostos juntos? Ninguém responde a isso.

Portanto, é preciso que fique caracterizado o que nós queremos para, depois, discutirmos a reforma tributária. Não é preciso ficar inventando muita coisa!

Agora eu me dirijo ao povo brasileiro, principalmente aos mais pobres.

Vocês sabiam que se paga zero de PIS/COFINS pelo salmão neste País? O filé-mignon é a carne mais nobre, e eu não sou contra ninguém que come filé-mignon, mas vocês sabiam que se paga zero de PIS/CONFINS pelo filé-mignon? Aliás, eu também não sou contra, brasileiros e brasileiras, aqueles que tomam vinhos caros acompanhados de queijos suíços. Porém, também neste caso, Deputado Marcos Pereira, paga-se zero de PIS/CONFINS no Brasil pelo queijo suíço. E ninguém diz nada, fica todo mundo calado!

Nós não precisamos reinventar a roda no nosso País. A alteração desses 48 produtos dá em torno de 8 bilhões ao Brasil para trabalhar mais facilmente.

Eu estou informado, Sr. Presidente. É importante que esta Casa tenha conhecimento do que eu vou dizer agora. Portanto, peço a atenção dos meus pares. A PEC 45 diz que haverá uma alíquota de referência, Deputado Silvio Costa Filho, que seria definida em 25%, e cada Estado faria sua alteração, para cima ou para baixo. Pois eu estou informado de que esta alíquota não será definida na lei complementar, ou seja, vão deixar tudo solto, e cada Estado terá que se virar. Isso é muito grave!

Encerro minhas palavras, Sr. Presidente, e passo o minuto que me resta à Deputada Flávia Moraes.

Muito obrigado.

Documento 68/92

113.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/09/2020- CD	17:24
Publ.: DCD - 30/09/2020 - 100	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 40, de 2020, da Medida Provisória nº 987, de 2020, sobre a alteração das Leis de nºs 9.440, de 1997; 9.826, de 1999; e 7.827, de 1989, com vista à prorrogação de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. Defesa de realização da reforma tributária no exercício de 2020. Tramitação das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 45 e 128, de 2019, relativas à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Como Líder. Sem revisão do

orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vai votar com o Relator, mantendo o texto, e mais uma vez parabeniza S.Exa. pelo excelente relatório aqui apresentado, relatório que contempla o Centro-Oeste. Isso nos agrada ainda mais, porque alcança nossa belíssima cidade, a Capital do nosso País, Brasília.

Eu gostaria de entrar num tema muito importante, por isso eu pedi o tempo da Liderança. Trata-se da reforma tributária. Eu senti um clima de que as coisas talvez não irão ocorrer ainda neste ano, o que será um dos piores equívocos. Assim, conclamo todos os Líderes para refletirmos sobre o que nosso País de fato precisa.

Quando nós falamos em reforma tributária, muitos aqui se posicionam apenas no intuito de simplificar os impostos, descomplicar o sistema, que é extremamente complexo. Há um verdadeiro pandemônio, para não dizer um manicômio tributário, no nosso País, onde pouquíssimos contadores são capazes de entrar em todos os temas com profundidade. Eu falo pouquíssimos para dizer que praticamente nenhum consegue compreender nosso sistema tributário, o que faz com que o empresário sofra ainda mais. Não fosse verdade, não teríamos tantos advogados especializados na área tributária e tantas ações com uma quantidade de contenciosos que chega a ser assustadora.

Nós estamos falando de trilhões que são represados, e não são recebidos pela União, trilhões acumulados por causa de disputas na Justiça, porque nosso sistema tributário é, de fato, extremamente complexo e, além disso, dúvida, e esta dúvida tem que ser adjudicada e discutida na Justiça.

É fácil dizer o que todo mundo já sabe. O que nós não falamos é quanto o povo brasileiro perde por não simplificarmos o sistema e não reduzirmos a carga tributária sobre o consumo; quanto nós iremos perder se não aprovarmos neste ano porque, quando se trata de matéria tributária, ela, aprovada, passa a valer no ano seguinte. Se deixarmos para 2021, só vai valer em 2022. Assim, quem vai pagar a conta é a população, como vem pagando nos últimos 30 anos. Há mais de 30 anos nós discutimos, e não fazemos nada.

A PEC 45 não é tão ampla como alguns esperavam, o.k. Porém, ela estará pronta para ser pautada em plenário quando o Relator apresentar o texto. Nós vamos dirimir as dúvidas, debater, brigar, mas nós precisamos aprovar esta simplificação e, se houver oportunidade, talvez a redução da carga tributária sobre o consumo. Quando se diminui a carga tributária sobre o consumo, consome-se mais, porque sobra dinheiro: você dá poder de compra à população. Com este poder de compra ou consumo, que se estende principalmente às camadas inferiores, gera-se emprego. Pessoas que antes estavam

desempregadas estarão empregadas, portanto poderão consumir mais.

Se não diminuirmos a quantidade de impostos que nós temos e, em especial, a carga tributária sobre o consumo, não haverá a geração de empregos. No momento em que nós saímos de uma pandemia como esta, é uma insanidade deixarmos este assunto para o ano que vem ou não o tratarmos agora. Nós precisamos, sim, de uma alíquota inferior para o consumo, para que as pessoas possam comprar mais no supermercado, para que possam comprar mais carros, mais motos, mais móveis, enfim, para que elas possam consumir e aquecer a indústria e o comércio, e, assim, gerarmos empregos para uma nação que reclama que não tem emprego.

Como nós vamos deixar este debate para o próximo ano? Como alguns Líderes aqui conseguem suportar a dor nos ombros de saber que o auxílio emergencial em Minas Gerais já ultrapassou o número de carteiras assinadas e que, se o cortarem, o povo passará necessidade? Nós não podemos aceitar isso como verdade. O único jeito de resolver este problema, no momento em que estamos vivendo, é por meio de uma reforma tributária justa, honesta. Proposta existe. Se não for a PEC 45, que apresentem uma proposta melhor! Mas nós precisamos votar esta matéria ainda neste ano.

Eu sou autor da PEC 128/19, que trata de vários pontos, entre eles, principalmente, da desoneração sobre o consumo, para que tenhamos condições de dar à população o poder de compra.

Se aqueles que, graças a Deus, estão empregados comprarem mais, haverá um círculo virtuoso: o comerciante precisará contratar novos vendedores; esses novos vendedores irão gastar, irão consumir; serão necessárias mais contratações. Com isso, haverá um crescimento econômico, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos. Quando Trump reduziu a carga tributária para o setor produtivo, instantaneamente o que aconteceu foi a geração de milhares de empregos, o que não foi visto nos últimos 50 anos.

Vamos copiar o modelo que deu certo: não só reduzir a carga tributária, mas simplificá-la principalmente. Este é o momento. Esta é a nossa oportunidade. Isso não pode passar deste ano.

Eu conclamo todos os Líderes a levarem a sério esse assunto. Se só aprovarmos a matéria no ano que vem; em 2022, eu vou falar que V.Exas. atrasaram o ano e são culpados por terem gerado desemprego e sofrimento para o povo brasileiro. Nós podemos fazer isso ainda neste ano.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

26.2020.B	Sessão Outro Evento	27/10/2020-13:48
Publ.: DCD - 28/10/2020 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Emenda Substitutiva nº 20 apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GENERAL PETERNELLI (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Luis Miranda.

Neste foco todo, nós temos que manter a visão naquilo que é importante. Eu volto a lembrar as reformas estruturantes pelas quais nós estamos passando. A reforma tributária é fundamental.

Eu tenho muitas vezes comentado sobre a Emenda Substitutiva nº 20, de 2019. Já até fizemos uma *live* sobre esse assunto. Ela agrega uma reforma tributária e um pacto federativo juntos. Do que consta essa reforma tributária? Ela tem por base que o grande problema brasileiro é a sonegação, a não emissão de nota fiscal. E qual é a alternativa? Eu poderia ficar citando aqui inúmeros casos que não emitem nota. E qual é a solução para esse contexto? A solução para esse contexto é a que o Marcos Cintra já sugeriu, colocar 2,5% no crédito e no débito das transações financeiras e acabar com todos os demais impostos, inclusive desonerando a folha, tanto pelo lado do trabalhador quanto pelo lado do empregador.

Volto a salientar que isso permitiria, inclusive, acabar com as notas fiscais. Haveria uma nota de compra e venda, mas não uma nota fiscal. E permitiria, ainda, que esse recurso, dentro do que o Ministro Paulo Guedes vem falando, fosse distribuído num pacto federativo, segundo o qual 30% iriam para a União; 30% para o Estado, aumentando a capacidade do Estado; 30% para o Município - o Município nunca arrecadaria tanto como nesse caso -; e 10% viriam para o Congresso, para serem destinados às políticas regionais, como SUDAM, SUDENE, Zona Franca de Manaus, emendas, fundos, e combate às desigualdades.

Para que isso tivesse efeito positivo, dois aspectos seriam importantes: que as compras acima de 1.000 reais ocorressem sempre de forma eletrônica, por transferência, por cartão ou pelo Pix, que vai baratear

muito essas atividades agora.

Também proponho, para que o arrecadado seja o adequado, que as notas grandes, em especial as de 50 reais, de 100 reais e agora de 200 reais, sejam extintas. Com isso, você daria toda uma credibilidade ao sistema.

Volto a salientar que a partir da homologação, ninguém mais iria dever para o Fisco brasileiro. Acabaríamos com a sonegação e com o contencioso tributário, que hoje é de 4 trilhões de reais, e combateríamos a corrupção, quer seja da pessoa que vai até aquela indústria ou aquele comércio, quer seja de outros aspectos.

E para concluir, Deputado Luis Miranda, esse é um processo que permite não cobrar dos mais pobres. Você forneceria o CPF das pessoas mais humildes, como é o caso do Bolsa Família ou do Renda Brasil, e os bancos não debitaríamos dessas pessoas; e naturalmente os dividendos estariam tributados.

Fica aí a sugestão de estudarem a Emenda Substitutiva nº 20 à PEC 45.

Muito obrigado, Deputado Luis Miranda.

Documento 70/92

119.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD	10:48
Publ.: DCD - 04/12/2020 - 55	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria de colocar aqui, para todos os Parlamentares, a necessidade de votarmos a reforma tributária ainda este ano.

Eu ouvi o movimento de alguns Líderes, que, movidos por questões obviamente políticas internas, e legítimas, disseram que não pretendem votar mais nenhuma matéria importante este ano.

Vou deixar uma coisa bem clara para todos os meus colegas Deputados e principalmente para a população: a inflação já está batendo à porta. A economia do nosso País, literalmente, vai entrar, no próximo ano, em caos. Nós temos um problema real, que precisa ser tratado.

A reforma tributária apresentada nesta Casa, a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, tem como prioridade simplificar o sistema e, por sua vez, facilitar o dia a dia da população. Nós temos um Relator, nós podemos apresentar um relatório a este plenário ainda este ano, para que a medida surta efeito já no próximo ano, que será um ano extremamente delicado para a população brasileira. Já tivemos o IGP-M batendo em 20%. Nós já temos, literalmente, hoje, uma inflação de mais de 20% nos supermercados. Precisamos combater isso simplificando o sistema, para que os preços recuem e não venhamos a perder o controle desta inflação que já bate à porta do povo brasileiro, principalmente do mais pobre. De nada adianta aumentar a renda em centavos, se a inflação come a renda do nosso povo brasileiro, principalmente do trabalhador mais pobre. Nós temos que lembrar sempre que 80% da população brasileira ganha menos de dois salários mínimos. Em Minas Gerais, nós temos hoje mais auxílio emergencial do que carteiras assinadas. É simplificando o sistema e, principalmente, colaborando com o empreendedor e com o empresário que nós vamos ter condições de gerar empregos e enfrentar o pós-pandemia, que certamente será devastador no ano de 2021.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 71/92

119.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/12/2020- CD	19:28
Publ.: DCD - 04/12/2020 - 239	EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Atualização do sistema habitacional brasileiro. Aprovação pela Casa da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 9.444,373,172,00, para a produção e disponibilização de possível vacina contra a Covid-19. Competência do sistema nacional de defesa sanitária para enfrentamento de pandemias a céu aberto. Defesa de votação do Projeto de Lei nº 4.199, de 2020, sobre a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, e a alteração das Leis de nºs 5.474, de 1968; 9.432, de 1997; 10.233 de 2001, e 10.893, de 2004. Qualificação do Ministro da

Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Pedido de votação e manutenção do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a atualização do marco legal do saneamento básico. Propósito do Governo Federal de realização da reforma tributária. Pedido ao Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional, de encaminhamento do seu parecer à Mesa Diretora da Casa. Apelo ao Relator do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, sobre a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, por apresentação de parecer à proposição. Importância da aprovação da Medida Provisória nº 996, de 2020, sobre a instituição do Programa Casa Verde e Amarela, destinado à aquisição da casa própria para famílias residentes nas áreas rural e urbana.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos quase no encerramento dos trabalhos nesta noite de quinta-feira, dia 3 de dezembro. Na condição de Vice-Líder do Governo, estou no plenário hoje ladeado pelo meu amigo Parlamentar General Peternelli, um homem digno e à altura do Parlamento brasileiro. Tivemos a honra e a oportunidade de, através do Governo, liderar este debate para que pudéssemos realmente ter um texto atualizado e moderno na tão necessária reformulação do sistema habitacional brasileiro.

Quero deixar registrada aqui toda a importância da Secretaria Nacional de Habitação, pelo Ministério do nosso colega e também Parlamentar Rogério Marinho, hoje Ministro do Desenvolvimento Regional, do Ministério da Cidadania, do Ministério da Economia. O tema habitacional dialoga com toda a plataforma do Governo, tendo em vista as suas entregas.

Também temos que ressaltar que, na noite de ontem, este Parlamento teve a oportunidade de aprovar nesta Casa 2 bilhões de reais para que pudéssemos dar um passo adiante e importante para que, com segurança técnica, jurídica, orçamentária e financeira, em breve possa chegar às nossas portas, oportunizada pelo Sistema Único de Saúde, a vacina para o enfrentamento da COVID. Isso é muito oportuno, porque, de certa forma, fez-se e tentou-se fazer um debate irresponsável, achando que a vacina da COVID seriam gotículas de milagre que iriam descer sob as nuvens e pairar sobre as pessoas, e assim todos nós estaríamos protegidos. Não é assim que a coisa funciona. Esse primeiro passo feito com a Universidade de Oxford com certeza nos traz uma segurança, dada sua credibilidade e currículo, mas eu tenho certeza de que outras companhias e outros laboratórios do mundo também estão trabalhando.

O Governo Federal, sob essa responsabilidade, fez, então, um encaminhamento para esta Casa, e nós aprovamos a medida

provisória que destinou 2 bilhões de reais. Mas eu vi a imprensa hoje criticando o Sr. Presidente, colegas Parlamentares, porque a decisão é de vacinar os grupos de risco. Sabe-se que não há vacina para todo mundo no primeiro momento. O Governo tem que ter responsabilidade. A vacinação será pelo sistema público, e isso dá uma clara demonstração da responsabilidade do Governo, prestigiando o SUS, a porta operacional, e, naturalmente, os mais carentes, os mais necessitados e os grupos de risco. É assim que se faz imunização.

Eu venho da área agrícola, da área técnica do campo, e temos a vivência de enfrentar pandemias a céu aberto.

Eu já tratei desse tema aqui e às vezes fui até mal interpretado, mas não tenho dificuldade com isso. O Brasil só está de pé nos dias de hoje, quanto à economia, à alimentação, em função de ter um sistema de defesa sanitária técnico e muito competente no enfrentamento de pandemias a céu aberto. Cito, por exemplo, a gripe aviária, a peste suína, a febre aftosa, a vaca louca. Isso não é por acaso. Vejam o Brasil, com essa quantidade enorme de fronteiras, com uma produção agropecuária desse porte, e esses vírus batem à nossa porta. Sr. Presidente, se tivéssemos seguido as orientações da agropecuária brasileira com o que ela já tem de *expertise* em defesa sanitária, com certeza teria sido uma boa escola para definirmos as estratégias de proteção e segurança e mantermos o ciclo produtivo. Isso faz muita diferença.

Mas o Governo fez ontem esse encaminhamento para esta Casa. Quero agradecer aos Parlamentares que nos acompanharam pela responsabilidade de terem feito isso com segurança técnica, jurídica e política, para que realmente pudéssemos votar esse texto. São 2 bilhões de reais para a vacina da COVID-19, pelo sistema público, em respeito ao SUS e reconhecimento a sua competência, e, naturalmente, pela opção clara que foi tomada. É assim que se faz imunização de rebanho: trata-se primeiro dos grupos de risco; depois vai se avançando de tal forma que, num passo mais à frente, se possa ampliar a abrangência. E o termo é esse mesmo. Muita gente, às vezes, ignorante quanto ao tema, achou que era pejorativo dizer "imunização de rebanho", que era errado. Fala isso quem não entende nada de questão sanitária. Esse é o termo usado na Academia, na própria ciência. É assim que se faz esse enfrentamento. Quando se faz dessa forma, reduzem-se os grupos de risco, reduzem-se os focos, e há um avanço.

Portanto, o Governo acertou na estratégia, e isso foi determinante no Orçamento. O mais importante é que esses 2 bilhões de reais são dinheiro público, Deputado General Peternelli. Não é hora de jogar dinheiro no ralo. Hoje houve um reconhecimento aqui. As Prefeituras deste País, os Estados, os hospitais e as Santas Casas sabem que

este Parlamento autorizou, mas o Governo é que foi determinante para que as nossas unidades de saúde e os hospitais estaduais públicos e filantrópicos tivessem condições plenas de dar atendimento com recursos e equipamentos. Os Prefeitos que estão encerrando seus mandatos sabem que para a saúde não está faltando recursos, principalmente para o enfrentamento à COVID-19. Isso mostra, de novo, visão estratégica. Mesmo que tenham tentado criar tumulto, o Ministério seguiu essa orientação em linha reta. Seguiu em marcha, General Peternelli, como se fala. Seguiu em frente, fez o enfrentamento, e a resposta está aí. O Brasil só está de pé graças também a essa determinação do Governo Federal.

Porém, a nossa vida não para por aqui. Quero trazer a este Parlamento, em nome do Governo, como já manifestei, a necessidade de votarmos na semana que vem e superarmos a BR do Mar, referente à cabotagem. Esse é um enfrentamento de ruptura. Sabemos que, numa ruptura, claro, nem todo mundo vai ficar satisfeito. Mas é um novo olhar, um novo cenário. A cabotagem vai trazer esse diálogo, o que foi feito com os caminhoneiros, com os embarcadores, com o sistema de carga. Ela vai trazer agilidade a este País, cujo sistema de logística foi abandonado há muitos anos, e agora está sendo retomado.

Quero ressaltar aqui o brilhante e competente trabalho realizado pelo atual Ministro Tarcísio de Freitas, que, com muito orgulho, é consultor desta Casa, servidor concursado efetivo. Nós que estávamos aqui no mandato anterior sabemos que Tarcísio sempre foi muito atuante na consultoria, na assessoria da Casa em organização logística. É uma felicidade o Governo ter um quadro como esse, tão qualificado e conhecedor da burocracia, porque esteve no Tribunal de Contas, da legislação e, naturalmente, da engenharia, devido à sua formação.

Hoje a BR do Mar está construída. Parabéns ao Secretário Diogo Piloni por esse texto, que dialoga com o Brasil de ruptura e de oportunidade! Isso vai encurtar distâncias e permitir o deslocamento em pequenos trechos, o que vai aumentar muito a qualidade de vida. Trata-se de menos de 5% da carga brasileira. Esse cenário será redesenhado para novos negócios, para novas cidades, e as retroáreas dos nossos portos serão muito mais bem utilizadas.

Quero fazer um apelo aos Parlamentares para que, na segunda-feira, estejamos de plantão. Que nesse plantão possamos aprovar e, se for necessário, superar todo o *kit* obstrução que sabemos será feito em defesa das corporações! Porém, é um direito, é regimental. Nós estaremos aqui a postos para fazer esse enfrentamento e, no final do dia, entregar um texto moderno da cabotagem brasileira.

O Governo manifesta-se também. Nós pedimos que, na próxima sessão do Congresso, possamos votar e finalizar o debate sobre o

saneamento básico. O Novo Marco de Saneamento foi um avanço importante, e já tivemos dois resultados extraordinários em Maceió e em Cariacica, no Espírito Santo. Essa nova modelagem já permitiu - um, com outorgas, e outros, não - um avanço importante. Isso mostra que ele realmente é efetivo, dado o interesse de o setor privado participar do processo para trazer dignidade aos brasileiros.

Temos ainda que acabar com esta falácia de que a água é um serviço cobrado. É importante ter um serviço de qualidade. Isso vai impactar a vida das pessoas.

Mais uma vez, quero manifestar que o Governo quer votar a reforma tributária. Ele está pronto para fazê-la. Faço um apelo ao Relator da reforma tributária para que apresente o texto. Desse modo, esta Mesa poderá pensar na apreciação. Também faço um apelo para que o Relator da regulamentação do FUNDEB - e o Deputado General Peternelli está por dentro do texto -, possa apresentar o texto já na próxima semana.

O Governo quer votar o mais rapidamente possível o PL sobre a cabotagem, a reforma tributária, a regulamentação do FUNDEB, a manutenção dos vetos do saneamento e, com certeza, fazer as entregas de que o Brasil precisa e merece neste final de ano. Apesar desta pandemia, o Governo não perdeu o foco, não perdeu a direção. Ele quer construir um novo Brasil: mais leve, mais suave, mais proativo, em resposta aos brasileiros que trabalham, produzem e acordam cedo.

Mais uma vez, muito obrigado aos Parlamentares que estiveram a postos no dia de hoje. Já estamos com quase 8 horas de trabalho, mas, com certeza, estamos dando uma resposta importante com a entrega da medida provisória do Programa Casa Verde e Amarela, que dá dignidade habitacional a todos.

Em nome do Governo, muito obrigado aos Parlamentares que acompanharam a nossa orientação.

Documento 72/92

120.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/12/2020- CD	20:04
Publ.: DCD - 08/12/2020 - 115	EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Celeridade na apresentação, pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro, de parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Importância de realização da reforma tributária para o desenvolvimento econômico brasileiro. Credibilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo, naturalmente respeitando o tempo de trabalho, para que o nosso Relator da reforma tributária, o competente e reconhecido Deputado Aguinaldo Ribeiro, que tem trabalhado nesse tema, quiçá possa realmente apresentar o mais rápido possível esse tema aqui na Casa. O Brasil precisa dialogar. Há novas oportunidades. Nós temos um desafio econômico posto. A pandemia trouxe um desafio novo para todos nós. Independentemente das posições políticas, nós sabemos que a realidade é completamente diferente de tudo aquilo que nós vivemos aqui na Casa.

Estamos tratando de temas para desburocratizar este País em todas as direções, mas a reforma tributária é extremamente importante, porque dialoga com todos os segmentos, como os serviços e a indústria, e dá novas oportunidades. E como este Parlamento já tem debatido esse tema longamente na Casa, eu acho que é hora de votarmos em primeiro turno esse tema nesta Casa. O Governo quer votar o primeiro turno da reforma tributária, está preparado para isso, e nós precisamos fazer um esforço para chegar a um entendimento. Tenho o sonho de encerrar esse ciclo, votando, sim, o primeiro turno da reforma tributária, porque vai trazer um ambiente para que as empresas, as companhias, os serviços e a indústria brasileira possam já começar a programar 2021, dado os desafios que estão postos, com um novo horizonte da nova modelagem tributária. É extremamente importante, porque é o DNA.

Para a decisão de investimento neste País, de se contratar e de se produzir mais, de se comprar matéria-prima, de se planejar investimento, enfim, isso é necessário, porque a questão tributária faz parte da planilha de custos.

Portanto, o nosso apelo é que realmente possamos fazer um esforço concentrado e, quiçá, já entregarmos em primeira votação o texto de nova modelagem tributária para os brasileiros que contratam, que produzem, que trabalham e que vão comprar máquinas, equipamentos, insumos, fertilizantes e matérias-primas, para que possam ampliar seus negócios. O mundo pós-pandemia também abre oportunidade para novos horizontes, para que realmente, a partir do texto tributário, os empresários possam reprogramar ou programar seus negócios.

Portanto, o Governo está preparado, quer e faz questão de votar esse primeiro texto da reforma tributária, para que, enfim, possamos desde já construir o horizonte desse novo Brasil, um Brasil que continua trabalhando e produzindo, apesar da pandemia e de o Governo ter recebido um País muito carente em infraestrutura. Seria fundamental para a rápida retomada da economia que tivéssemos rodovias, ferrovias e cabotagem já funcionando, assim como energia e gás mais baratos. Mas, enfim, a história está posta, e oferecemos o nosso esforço para fazer essa modernização.

Mas a reforma tributária é extremamente importante e, naturalmente, vem em conjunto com o texto da reforma administrativa e com tantos outros textos modernos, inclusive os que fazem o Brasil dialogar com a tecnologia. Nós devemos ter uma legislação sobre contratação, legalidade e tramitação que dialogue com isso, fazendo com que a tecnologia possa oferecer maiores vantagens para todos nós. Nós mesmos aqui, há bem pouco tempo, não imaginávamos e nem admitíamos a hipótese de uma votação virtual, de uma sessão virtual. Isso a tecnologia nos ofereceu. Ela dialoga com o mundo do trabalho, do emprego, do ensino, da medicina, e tem impacto na vida tributária do País.

Deixo este registro. O Governo está trabalhando, quer votar e quer apresentar esse texto, porque os brasileiros dele precisam para programarem seus investimentos, suas contratações e criarem um cenário de economia mais próspera para os próximos anos, apesar das dificuldades da economia em razão dessa pandemia aí posta.

Naturalmente, por todo esse esforço que é feito, quero fazer aqui a defesa da responsabilidade que a ANVISA tem, e não só com a vacina. Nós, que somos oriundos do mundo do agronegócio, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Kim Kataguiri. DEM - SP) - O Deputado Evair Vieira de Melo falará por mais 1 minuto. Depois, quando S.Exa. terminar, a votação será encerrada.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente, V.Exa. é um Parlamentar atuante, e eu quero fazer a defesa da responsabilidade técnica. Eu não posso admitir que os técnicos da ANVISA tenham alguma orientação política, para que façam uma ou outra coisa, dado o histórico das entregas que fizeram ao Brasil.

Portanto, em nome do Governo, registro o meu reconhecimento e respeito aos técnicos da ANVISA, porque tenho a certeza de que, independentemente do Governo, não fariam qualquer orientação em detrimento de um produto em relação a outro, porque têm responsabilidade com o País. A ANVISA sempre nos entregou um ótimo trabalho, porque tem a *expertise* e o conhecimento, e tem a

nossa confiança. O que havia era um processo burocrático, o qual estamos superando. Em razão da responsabilidade técnica, a ANVISA tem o nosso respeito e merece a nossa credibilidade.

Documento 73/92

4.2021.B	Sessão Outro Evento	23/02/2021-15:24
Publ.: DCD - 24/02/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pedido aos Deputados de exame da Emenda Substitutiva nº 20, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós sempre estamos falando do auxílio emergencial, da educação, da saúde, e tudo isso passa por arrecadação.

Há pouco, conversei com o Deputado Hildo Rocha, que informava sobre *software*: se se tratava de serviço ou de um produto, se se recolhia ISS ou ICMS. A primeira vez em que é desenvolvido, trata-se de um serviço; depois que o produto está pronto, a meu ver, trata-se do ICMS. Porém, em todas estas discussões e em todas as necessidades, nós observamos que estão discutindo os preços dos combustíveis e a incidência de cada tributo.

O grande problema brasileiro, quando se trata de sanar detalhes que envolvem o auxílio emergencial, a educação e a saúde, é exatamente a arrecadação. O principal problema é a sonegação. Como solucionar o problema da sonegação e o do não recolhimento de impostos? É muito simples: agregando-se algumas ideias importantes.

A primeira ideia vem do Deputado Marcos Cintra, que propunha 2,5% nas transações financeiras de crédito e de débito, o que permitiria acabar com todos os demais impostos e, inclusive, com a nota fiscal. Nós deixaríamos apenas o Imposto de Renda e o IPTU. Os demais poderiam acabar. Esse dinheiro arrecadado, com base no que prevê o Ministro Paulo Guedes, deve ser distribuído dentro de um pacto federativo.

Não há pacto federativo fora da reforma tributária. Desta forma, 30% iriam para a União, 30% para os Estados, 30% para os Municípios e 10% para o Congresso destinar para o Norte, o Nordeste, a SUDAM, a

SUDENE, a Zona Franca de Manaus e os fundos necessários.

Com isso, ninguém mais deveria ao Fisco, e os dividendos seriam tributados. Nós acabaríamos com o contencioso tributário, não recolheríamos imposto de quem tem renda baixa, seriam fornecidos os CPFs das senhoras do Bolsa Família, e a rede não cobraria de quem tem baixa renda. Desta maneira, nós estaríamos combatendo a corrupção. Nós devemos utilizar é o imposto simples! Apenas com esta medida, nós faríamos um pacto federativo e a reforma tributária, acabando com o problema do auxílio emergencial, com o problema que recai sobre os impostos, sobre os combustíveis, sobre a energia elétrica e sobre os demais artigos que tanto afligem a todos nós.

Eu solicito que consultem a Emenda Substitutiva nº 20 à PEC nº 45. Ela é a solução de que o Brasil precisa. É isso que o Deputado Marcos Cintra e o Ministro Paulo Guedes preveem.

Por fim, eu agrego duas ideias: que, na União Europeia, transações acima de mil reais sejam eletrônicas e que acabem as notas, que são fonte de corrupção e de transmissão do vírus, deixando tudo eletrônico. Esta é a nossa solução.

Muito obrigado.

Documento 74/92

10.2021.B	Sessão Outro Evento	04/03/2021-11:04
Publ.: DCD - 05/03/2021 - FLAVIANO MELO-MDB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de esclarecimento, por parte do Governo Federal, das razões dos sucessivos reajustes nos preços de combustíveis. Crises sanitária e econômica reinantes no País. Dificuldades enfrentadas pelo Estado do Acre, em decorrência de alagamentos e surto de dengue. Expectativa de votação do Projeto de Lei 4.476, de 2020, acerca da instituição do marco regulatório do gás natural. Defesa de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. FLAVIANO MELO (Bloco/MDB - AC. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aqui dizer ao povo brasileiro que a situação do nosso País está um caos. Mas, dentro desse caos, há coisas que poderiam ser,

vamos dizer assim, amenizadas.

Eu quero aqui cobrar do Governo explicações sobre esse aumento frequente dos combustíveis, pois, nos últimos 50 dias, foram cinco aumentos. E até agora o que sabemos é que o Presidente criticou a política de preço, demitiu o Presidente da PETROBRAS e disse que iria zerar os impostos federais sobre o óleo *diesel*. De acordo com ele, isso reduziria o custo para o consumidor. Mas na prática isso vai diminuir em apenas 2 reais e 70 centavos o preço botijão de gás. Isso é muito pouco. Fará pouca diferença no bolso do consumidor.

Os custos da PETROBRAS levam em conta as cotações internacionais do petróleo. Quer dizer, toda vez que há variação no índice de preço, aumenta a gasolina, só que o salário do brasileiro não aumenta. Nós estamos passando por uma crise econômica, por uma pandemia. No Acre estamos tendo dengue e alagamentos. Trabalhadores públicos e privados estão com seus salários congelados há 2 anos. Imagine a situação para quem está desempregado!

No Acre a composição do preço final dos combustíveis fica mais cara com o frete. O consumidor acriano acaba pagando 30% a mais do que os valores pagos em Brasília, São Paulo e Rio Janeiro. Há Municípios no Alto Juruá em que o botijão de gás custa 150 reais. Isso é um absurdo.

O preço do combustível está em tudo: no alimento, no medicamento, nos serviços hospitalares, etc. De todo produto o preço do combustível está por trás. Não é justo que a nossa população fique submetida a isso.

Aqui, na Câmara, nós vamos votar a nova Lei do Gás. Há anos ela vem sendo discutida por especialistas, Parlamentares e Governo.

O que pretendemos, como legislador, é tornar o mercado mais competitivo e baratear o preço da gasolina, como ocorre em tantos outros países.

Para concluir, eu quero reforçar mais uma vez a necessidade de se pautar a reforma tributária. Nós já temos um texto que merece ser discutido nesta Casa.

Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade e peço que o meu pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e reproduzido no programa *A Voz do Brasil*.

Sumário

Importância da redução de subsídios tributários pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, entre as várias medidas importantes desta PEC, há a questão da redução dos incentivos e benefícios federais de natureza tributária, os famosos subsídios tributários.

Entendemos que dessa forma estariam diminuindo algo pelo que o Partido Novo luta há muito: esses subsídios que são dados para setores e categorias pelo Brasil. Mas a verdade é que, da forma como está dentro desta PEC, esses subsídios que vão ser retirados de forma seletiva vão trazer um grande problema para o Brasil. Por quê? Porque não terminamos com algumas áreas que têm subsídios, como a Zona Franca de Manaus. Não estou aqui defendendo a Zona Franca de Manaus ou não pedindo que ela seja desmontada. Sabemos a origem dela e sua importância, mas entendemos que ela tem que mudar a forma de funcionar. Ela tem que procurar a vocação local.

Se tiramos subsídios só de algumas áreas e não da Zona Franca de Manaus, nós desequilibramos, literalmente, o setor produtivo no Brasil. As empresas vão ter que tomar uma decisão: ou fecham as empresas nas suas unidades e transferem tudo para Manaus ou simplesmente não terão a menor capacidade de competir.

Entendo a intenção de tirar o subsídio para retornar os recursos, mas esses recursos não vão retornar. As empresas vão ser obrigadas a fechar e a se transferir para Manaus, o que vira um custo e, no fundo, não atinge o objetivo final de aumentar a arrecadação.

Então, nós temos que ter muito cuidado. E não estamos de acordo com esse item, apesar de não acreditarmos em subsídios tributários. Se isso for feito, nós vamos aumentar ainda mais as distorções.

A saída, Presidente, está em suas mãos, junto com o Presidente da República: uma reforma tributária ampla, para nós acabarmos com esses puxadinhos, acabarmos com todas essas distorçõezinhas que

estão acontecendo. E há várias outras matérias dentro dessa PEC que seriam resolvidas com a reforma tributária.

Portanto, vamos avançar de forma responsável - a PEC 45 é uma bela reforma, e isso está claro aqui: ela já está bem trabalhada -, para podermos avançar nesse tema, Presidente, e passarmos essa página. Sem uma reforma tributária ampla, nós não vamos conseguir gerar um ambiente de geração de emprego. E aí, como eu falo, não adianta tirar mais leite de pedra. Não dá! A sociedade está exaurida com a carga tributária e com a complexidade do sistema tributário.

Muito obrigado.

Documento 76/92

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-15:00
Publ.: DCD - 05/05/2021 - ENIO VERRI-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Expectativa quanto à apresentação, pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro, do Relatório referente à reforma tributária. Importância da redução dos impostos sobre o consumo.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado. Quero cumprimentar V.Exa. e a todos que estão nos assistindo neste momento.

Hoje é uma data muito importante para o Brasil. O Deputado Aguinaldo Ribeiro é o Relator da reforma tributária e vai apresentar o seu texto para a Comissão Especial e para o País.

Este é um momento em que, na verdade, nós ficamos divididos. Por um lado, inseguros.

Esperamos que o Deputado Aguinaldo Ribeiro reproduza em seu texto o que acontece de melhor no mundo e que o povo brasileiro espera para o Brasil. Uma reforma tributária que tribute o capital, o patrimônio, a renda e que isente o consumo, como ocorre em boa parte do mundo, ou onde se coloque como prioridade a população mais pobre.

Ao contrário, por exemplo, da nossa tabela de Imposto de Renda, em que aqueles que mais ganham, menos impostos pagam. Que se possa fazer o que seria lógico e de fato ocorre em qualquer outro país. O

consumo, sendo isento de qualquer imposto, faz com que os preços caiam e faz com que a população possa adquirir mais bens. Consequentemente, há um aumento real de salário. A vida da população hoje tão difícil, por conta da incompetência e da inoperância de Bolsonaro e Paulo Guedes, pode ser melhor.

Ao mesmo tempo, quando você tributa o capital ou o patrimônio, você vai tributar o resultado. O empresário ousou: ganhou, paga! É muito simples, e é isso que precisa acontecer no Brasil.

Nós, os seis partidos que compõem a Oposição nesta Casa, apresentamos uma proposta, que é a reforma tributária solidária, uma reforma que vai exatamente nesse sentido. Pegamos os modelos mais democráticos e avançados de política tributária, que favorece aqueles que ganham pouco e que precisam ter uma vida digna e cobram os impostos de quem ganha mais. É assim no mundo, é assim que o Presidente dos Estados Unidos Joe Biden está fazendo, inclusive tributando as grandes fortunas, os grandes latifundiários, para que possam financiar o auxílio emergencial e aqueles que precisam sobreviver neste momento.

Eu espero que não só o Relator Aguinaldo Ribeiro, mas também o conjunto da Comissão que reflete a reforma tributária não caiam na farsa que querem Paulo Guedes e Bolsonaro. Nós não podemos transformar a reforma tributária num Frankenstein, votando em partes. Precisamos votá-la de forma completa e integral, principalmente para garantir uma política tributária justa para todo o País.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 77/92

54.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/05/2021- CD	20:28
Publ.: DCD - 21/05/2021 - 254	GENERAL PETERNELLI-PSL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Taxação de movimentações financeiras e imediata distribuição de recursos aos Estados e Municípios, pela Emenda Substitutiva nº 20, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GENERAL PTERNELLI (Bloco/PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nestes 2 minutos, usando o tempo do Governo ou da Maioria, queria só chamar a atenção, na proposta da reforma tributária, à Emenda Substitutiva nº 20, na parte que taxa a movimentação financeira e distribui imediatamente para Estados e Municípios.

Eu queria só salientar que, nesse tipo de reforma em que o único imposto é sobre a movimentação financeira, acaba-se com a nota fiscal, com uma série desses atributos de dívidas e tudo mais, que não ocorrerão mais. Não haverá necessidade de REFIS para dívida tributária, e, sim, claro, nos financiamentos.

Obrigado, Presidente.

Documento 78/92

38.2021.B	Sessão Outro Evento	25/05/2021-16:28
Publ.: DCD - 26/05/2021 - GENERAL PTERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação, à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reforma tributária, da Emenda Substitutiva nº 20, de 2019, acerca da criação do Imposto Único Nacional.

O SR. GENERAL PTERNELLI (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos no momento falando sobre a reforma tributária, fazendo a reforma tributária. E eu gostaria de chamar a atenção, mais uma vez, para a Emenda Substitutiva nº 20 à PEC 45/19. Eu entendo que a reforma tributária e o pacto federativo devem ocorrer simultaneamente, ou seja, na mesma hora em que ocorre o recolhimento do tributo, esse tributo deve ser distribuído.

Ao se fazer uma análise da situação, nós observamos que o grande problema brasileiro está exatamente na sonegação, em todos os níveis. Então, não adianta uma nova reforma tributária que dependa de nota fiscal, que dependa do computador ou da nota fiscal eletrônica. Qual é a proposta? A proposta, já apresentada há muito tempo pelo Deputado Marcos Cintra, é a cobrança de 2,5% na transação financeira. Qualquer empresário vai pagar 2,5% de tudo o que ele comprar e 2,5% de tudo o que ele vender, e não tem que recolher mais

nada para órgão nenhum. Essa é a simplificação.

Quando esse dinheiro é recolhido, na mesma hora ele é distribuído, de acordo com um pacto federativo: 30% para a União, 30% para os Estados, 30% para os Municípios e 10% para as políticas regionais brasileiras. O recurso oriundo dos 10% vai para a SUDAM, para a SUDENE e para a Zona Franca de Manaus. Agregam-se a esses dois princípios mais duas ideias: uma, da União Europeia, de que toda transação acima de mil reais só ocorra eletronicamente; e a segunda, de acabar com as notas grandes, de tal forma que se combata a corrupção que poderia existir, dando transparência às atividades de todos.

Com uma reforma desse tipo, ninguém mais vai dever para o Fisco, não haverá REFIS, os dividendos serão tributados. A pessoa de baixa renda, por meio do CPF do Bolsa Família, não será tributada pela rede bancária. Dessa forma, não se cobra dos pobres e se cobra dos ricos. Tem-se assim total segurança jurídica, que é o que todos nós queremos no processo tributário brasileiro.

Solicito que conste do programa *A Voz do Brasil* este pronunciamento.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 79/92

71.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/06/2021- CD	17:48
Publ.: DCD - 30/06/2021 - 52	GENERAL PETERNELLI-PSL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 16, de 2021, do Poder Executivo, relativo à unificação das alíquotas do ICMS incidentes sobre combustíveis e outros derivados de petróleo. Apresentação pelo orador da Emenda nº 20, de 2019, à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, destinada à criação do imposto único nacional sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - Sr. Presidente, o PSL e a base, cientes dessa alteração que vai estar no relatório, são favoráveis à urgência.

Eu aproveito a oportunidade para tornar a dizer que a proposta da Emenda nº 20, de 2019, solucionaria esse problema. Nós teríamos um imposto de conhecimento de todos, bem nítido, e ainda teríamos o pacto federativo com a seguinte definição desses impostos: 30% para a União; 30% para os Estados; 30% para os Municípios; e 10% para o Congresso destinar às políticas de desenvolvimento regional.

Obrigado, Presidente.

Documento 80/92

80.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/08/2021- CD	18:16
Publ.: DCD - 04/08/2021 - 66	AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Possibilidade de votação, pelo Plenário, do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Defesa de aprovação da Emenda Substitutiva Global nº 178, de 2019, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Estamos em vias de votar, no plenário, a urgência do PL 2.337/21, que faz uma revisão da Tabela de Imposto de Renda da Pessoa Física e da tributação sobre a pessoa jurídica.

Nós da Oposição estamos dialogando com o Relator e com o movimento social pela reforma tributária justa e solidária. Nosso parâmetro é a Emenda Substitutiva Global nº 178/19 à PEC 45/19, emenda que traz para a legislação brasileira a progressividade na tributação, em especial sobre a renda e o patrimônio.

O parecer do Relator ao PL do Governo, imaginem, piorou o texto. É importante manter a tributação sobre lucros e dividendos, a vedação da dedução dos juros sobre capital próprio e a revisão da Tabela do

Imposto de Renda, sem uma redução tão expressiva do IRPJ, em particular das aplicações...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 81/92

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-13:32
Publ.: DCD - 19/08/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Emenda Substitutiva nº 20, de 2019, a respeito da criação do imposto único nacional sobre a movimentação ou transmissão de valores de créditos, e de direitos de natureza financeira, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos em um momento em que falamos muito sobre a reforma tributária. Eu volto a insistir em que a reforma tributária adequada ao nosso País é uma reforma simplificada.*(Exibe documento.)*

O grande problema que nós temos no País é a não emissão de nota fiscal. Então, não adianta reforma que dependa de nota fiscal.

A proposta do Deputado Marcos Cintra, de 2,5% no crédito e no débito das transações financeiras, soluciona esse problema e permite acabar inclusive com a nota fiscal. A nota fiscal não seria mais necessária.

Agrego a essa proposta o que o Ministro Paulo Guedes chama de "pacto federativo": 30% para a União, 30% para os Estados, 30% para os Municípios e 10% para o Congresso Nacional, para destinar a políticas de combate a desigualdades.

Além disso, para que o dinheiro tramite adequadamente, compras acima de mil reais se dariam somente por processo digital, e acabaríamos com as notas grandes que temos no País, porque já ocorreram vários problemas com elas. Nós temos aí "cueca de

dinheiro", "mala de dinheiro", "apartamento de dinheiro".

Nós precisamos dar transparência ao sistema. Com uma proposta como essa, ninguém mais teria débito com o Fisco. Tudo seria simplificado. Teríamos também a possibilidade de isentar os mais pobres, como as mulheres beneficiadas com o Bolsa Família - aquele CPF não pagaria. Além disso, acabaríamos com o contencioso tributário brasileiro.

Eu queria também mostrar essa pesquisa feita pelo SIMPI, através do Datafolha, em que ele resumiu da seguinte forma essa proposta a que me referi:

Uma das propostas de reforma tributária em avaliação no Congresso propõe que todos os impostos, taxas e contribuições, incluindo a parte trabalhista, sejam substituídos por duas taxas: uma de 2,5% em tudo o que a empresa compra e uma de 2,5% em tudo o que a empresa vende.

Essas taxas seriam recolhidas independentemente de o empresário comparecer aos órgãos de recolhimento.(Exibe documento.)

Setenta por cento dos entrevistados pela pesquisa do Datafolha são favoráveis a um tipo de proposta de reforma tributária como essa, que cobra dos ricos e não cobra dos pobres. Quando pega a empresa do dirigente, é maior ainda a proporção de pessoas favoráveis a esse tipo de reforma.

A Emenda Substitutiva nº 20 simplifica o sistema tributário brasileiro e manda mais recursos para Municípios e Estados, além de mandar 10% para o Congresso, através da Comissão Mista de Orçamento, para combate às desigualdades.

Essa é a reforma tributária de que nós precisamos.

Muito obrigado.

Documento 82/92

92.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/08/2021- CD	11:20
Publ.: DCD - 20/08/2021 - 50	AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PT a respeito do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, do Poder Executivo, referente à alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Apresentação, pelos partidos opositores, da Emenda Substitutiva Global nº 178, de 2019, à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional. Apresentação ao Governo Federal, pelos partidos da Oposição, de sugestões para a reforma tributária progressiva.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todo o povo brasileiro que nos acompanha, uso o tempo da Liderança do PT e quero agradecer ao Líder Bohn Gass a oportunidade de usar esta tribuna para deixar nítida a posição do Partido dos Trabalhadores com relação ao PL 2.337, que faz a revisão da tabela do Imposto de Renda.

Nós do PT temos uma trajetória de décadas pela implantação no Brasil de uma estrutura tributária justa e solidária, que contribua para o financiamento do Estado brasileiro, das políticas públicas e para a construção de uma ordem social com menos desigualdade, enfim, que seja justa. Nós sabemos que o Brasil é um dos países com a maior desigualdade social e com a estrutura tributária mais regressiva do mundo, supertributando assalariadas e assalariados, através da tributação no consumo, sem a devida tributação sobre a renda, sobre o patrimônio, sobre a fortuna, sobre a herança dos muito ricos. Cumpru e ainda vem cumprindo papel importante na estruturação da legislação tributária brasileira a isenção sobre os lucros e os dividendos, a possibilidade de dedução dos juros sobre capital próprio e uma sistemática de revisão da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física - IRPF, sempre defasada, com faixas que não tributam adequadamente os altos salários, os grandes salários.

Eu vou me reportar exclusivamente à atual Legislatura, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Em 2019, foi protocolada na Casa a PEC 45 e, no Senado, a PEC 110. Ambas incidem sobre os tributos indiretos: PIS/COFINS, contribuições federais que não são compartilhadas com os entes subnacionais; ICMS, o principal tributo que arrecadam, por exemplo, os Estados.

Nós do PT e os partidos de oposição apresentamos o que eu não tenho a menor dúvida de caracterizar como a única proposta a tramitar na Casa que patrocina a justiça tributária: a Emenda Substitutiva Global nº 178 à PEC 45. Aqui, eu quero saudar e parabenizar todo o movimento por uma reforma tributária justa e solidária. A Emenda nº 178 ficou conhecida como proposta de reforma tributária justa, solidária e sustentável, porque ela também propõe a constitucionalização. Além

da tributação progressiva sobre a renda e o patrimônio, ela inclui componentes da sustentabilidade ambiental.

O Governo não tinha proposta. Em 2020, o Governo enviou o PL 3.887. Esse PL unifica - ainda tramita na Casa - as contribuições PIS/COFINS e PASEP, criando a CBS e instituindo uma majoração tributária para uma média de 12% do que hoje é um tributo de 4,5%. Este projeto também não andou, e, agora em 2021, o Governo mandou o PL 2.337, que tramita na Casa.

Nós do PT e a Oposição, juntos, protocolamos um conjunto de emendas, preparamos destaques, para continuarmos a trabalhar como trabalhamos na oportunidade das PECs 45 e 110 na linha da progressividade tributária.

O PL 2.337 tem avanços que nós consideramos conquistas do movimento por uma reforma tributária justa e solidária e conquistas dos partidos de oposição. Aqui, eu quero saudar o Líder Marcelo Freixo e o Líder Alessandro Molon, da Minoria e da Oposição; cada partido de oposição e os Parlamentares de centro, que, inclusive, assinaram a Emenda Substitutiva Global nº 178, na oportunidade da PEC 45. A Emenda nº 178 é da reforma tributária justa, solidária e sustentável.

No PL 2.337, como eu disse, há conquistas do movimento por uma reforma tributária justa e solidária e há conquistas dos partidos de oposição. Ele reinstitui a tributação sobre lucros e dividendos, veda a dedução do juro sobre capital próprio, o JCP, e faz a revisão da tabela do Imposto de Renda, subindo a faixa de isenção para 2.500 reais, que hoje é de 1.903 reais.

A revisão da tabela do Imposto de Renda está na ordem de 30% na faixa de isenção, mas somente em torno de 13% nas outras faixas. Portanto, ela também não é progressiva.

Além disso, o texto que veio para o Plenário trouxe instrumentos que permitirão o planejamento tributário, fazendo com que empresas que teriam de estar obrigadas a pagar lucros e dividendos pudessem planejar, principalmente quando fazem parte de uma *holding* familiar. Isso daria um caráter de inefetividade à tributação sobre lucros e dividendos e seria um dispositivo inócuo.

Em relação a essa novidade que é a tributação de lucros e dividendos, há obviamente uma pressão muito grande, normalmente por parte dos setores produtivos que terão que contribuir e hoje não são tributados. O Relator do Governo começou a ceder, reduzindo as alíquotas do IRPJ, o que impacta na arrecadação de Estados e Municípios.

É claro que nós da Oposição, do PT, também queremos uma reforma

tributária neutra. Entretanto, a redução de alíquotas da forma como foi apresentada ocasiona uma perda muito expressiva para Estados e Municípios.

Eu vou exemplificar. O projeto original propõe a tributação de distribuição de lucros e dividendos na alíquota de 20%, e o texto que está em Plenário dá isenção no SIMPLES Nacional. Essa declaração simplificada do SIMPLES Nacional abrange empresas pequenas com faturamento de até 4 milhões e 800 mil reais.

Nós não somos contra as pequenas e microempresas, contra o SIMPLES Nacional, mas não podemos ter como solução tributar os assalariados e as assalariadas, que é o que o texto faz. Como solução, ele estipula um teto para a declaração simplificada do Imposto de Renda da Pessoa Física, que hoje não tem teto. Então, na faixa grande de assalariados e assalariadas, eles serão obrigados a abrir mão da possibilidade da declaração simplificada do IRPF.

Isso vai obrigar uma migração de assalariados e assalariadas que hoje podem optar pelo SIMPLES, pela declaração simplificada, para a PJ, porque há uma redução expressiva da alíquota da pessoa jurídica. Isso vai impactar na arrecadação de Estados e Municípios. Então, o trabalhador e a trabalhadora vão pagar mais imposto, e Estados e Municípios vão perder tributos.

O Governo, no texto, propõe reduzir contribuições. Existe outro projeto, o PL 3.887, que trata das contribuições, que é um tributo indireto, e vem depois. Por isso, a proposta do Governo de reforma fatiada é ruim.

Está no noticiário que o Governo está topando dialogar com a Oposição.

Reitero o meu agradecimento aos Líderes que em mim depositaram confiança. Hoje eu devo concluir a elaboração dos tópicos e submeter aos Líderes da Oposição, para nós sentarmos com o Governo.

Queremos tributar lucros e dividendos, queremos extinguir juro sobre capital próprio, queremos fazer uma revisão da tabela do Imposto de Renda, mas isso não pode ser uma sobrecarga para assalariados e assalariadas e para Estados e Municípios.

Por isso, essa lista de tópicos que os partidos da Oposição devem apresentar ao Governo terá foco na progressividade tributária. Tem que haver mais alíquotas na tributação sobre lucros e dividendos. Não pode haver escapatória no juro sobre capital próprio. Ele não pode ficar condicionado à tributação sobre minério, sobre recursos hídricos.

98.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 01/09/2021- CD	20:56
Publ.: DCD - 02/09/2021 - 150	ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial ao Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, sobre a alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ressalvados os destaques.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós queremos registrar que estamos votando matéria que altera a legislação do Imposto de Renda.

O MDB continua defendendo a discussão ampla da reforma tributária, e não a discussão fatiada, como tem sido aqui adotado. Então, a matéria que consta na PEC 45, que trata da reforma tributária, não é a matéria tratada naquela proposta de emenda à Constituição.

Nós queremos registrar o esforço do Relator, Deputado Celso Sabino, que ouviu todas as Lideranças, todos os Deputados, evoluiu no texto, mas não há consenso na bancada.

Portanto, o MDB libera a bancada.

Documento 84/92

111.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/09/2021- CD	19:00
Publ.: DCD - 29/09/2021 - 86	HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador favorável à aprovação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 160, de 2017, com vista à prorrogação, por 15 anos, de incentivos fiscais concedidos a empresas comerciais pelos Estados e o Distrito Federal.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou contra esses tipos de benefícios fiscais, logicamente. Eu sempre defendi a aprovação de uma reforma tributária ampla, do tributo sobre o consumo, que estava contido na PEC 45, mas o Presidente Arthur Lira fez um acordo com o Presidente Davi Alcolumbre e a retirou de tramitação de forma estúpida, em uma Comissão que já estava debatendo este assunto.

Diante disso, eu vou consultar o Líder para saber qual é a posição dele, porque eu, particularmente, vou votar a favor do requerimento de retirada de pauta, pois sou contra esse tipo de benefício.

Eu me refiro aos benefícios que são concedidos e que não geram emprego, não aumentam a riqueza. Podem ver que, no Nordeste, nos Estados que receberam incentivos, isso não resultou em riqueza. Nós estamos aumentando a quantidade de desemprego. Hoje nós temos 15 milhões de desempregados, e os incentivos fiscais continuam, o que significa dizer que não há resultado nenhum.

Documento 85/92

85.2021.B	Sessão Outro Evento	30/09/2021-11:16
Publ.: DCD - 01/10/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação da Emenda Substitutiva nº 20, de 2019, a respeito da criação do imposto único nacional sobre a movimentação ou transmissão de valores, de créditos e direitos de natureza financeira, apresentada pelo orador à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à reformulação do Sistema Tributário Nacional. Importância de acatamento da emenda para a redução dos preços de combustíveis no País.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nós estamos falando muito sobre os preços dos combustíveis. E eu me somo a esses que buscam diminuir esses custos.

Gostaria de falar sobre a proposta que eu sempre apresento para a reforma tributária, que é a de permitir que se cobrem 2,5% de imposto no crédito e no débito. Quando esse imposto é cobrado, na mesma hora, vão 30% para a União, 30% para os Estados, 30% para os

Municípios e 10% para o Congresso destinar às políticas de combate à desigualdade.

Nunca os Municípios terão tantos recursos para empregar em prol da população. Da mesma forma, o valor para o combate das desigualdades no Norte e no Nordeste será muito expressivo.

Além disso, outra proposta seria acabar com as notas grandes e que compras acima de 1.000 reais fossem sempre eletrônicas.

Mas como isso tem influência no combustível? Eu sempre advogo que isso pode ser o imposto sobre a forma de *splitting*. A PETROBRAS retira o combustível, vai para a refinaria, e não tem pagamento. Quando vai para a distribuidora, não tem pagamento. Quando vai para o posto, não tem pagamento. Quando o posto vende o combustível, neste momento, paga 2,5% quem está cobrando e 2,5% vão para essa cadeia. Desse dinheiro, por exemplo, 40% vão para a PETROBRAS; 30%, para a refinaria; 15%, para a distribuidora; 10%, em tese. Isso significaria que os combustíveis e o gás de cozinha teriam uma incidência de somente 5% de tributos.

Nesse período, já concluindo, eu volto a salientar a orientação e o apoio que recebo do técnico Carlos Paiva, do IPEA, que avalia, através do Sistema de Pagamentos do Banco Central, que é publicado diariamente, que os recursos arrecadados seriam no mínimo o dobro do que é arrecadado hoje, tendo muito mais recursos para as políticas públicas.

Então, nós estaríamos cobrando menos impostos e arrecadando mais, porque combateríamos o principal problema brasileiro, a sonegação.

Juntos, com o foco no bem do povo brasileiro, nós vamos conseguir reduzir o preço dos combustíveis e o preço do gás de cozinha.

Felicidades!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 86/92

120.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/10/2021- CD	22:24
Publ.: DCD - 14/10/2021 - 111	GENERAL PETERNELLI-PSL -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 9, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, relativo à alteração da sistemática de cobrança do ICMS incidente sobre combustíveis. Importância de aprovação da Emenda Substitutiva nº 20, de 2019, acerca da criação do imposto único nacional sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, apresentada pelo orador à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, referente à reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. GENERAL PTERNELLI (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSL, o bloco, a Maioria e o Governo já ressaltaram o excelente trabalho do Relator e, portanto, orientam "não".

Eu não poderia, depois de ouvir a fala do Deputado Marcel sobre a burocracia e os problemas que nós temos, deixar de voltar a falar na Emenda Substitutiva nº 20, nesses 30 segundos, que prevê que a transação financeira de 2,5% permite acabar com a nota fiscal, que 30% do dinheiro serão distribuídos para a União, Estados e Municípios, e 10% para as desigualdades, e em compras acima de mil reais, só eletrônica, acabando com os recursos de nota grande.

Veja V.Exa. que, em 10 segundos, nós propomos uma reforma tributária. É a solução. Emenda Substitutiva nº 20, imposto único.

Documento 87/92

134.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/11/2021- CD	14:12
Publ.: DCD - 10/11/2021 - 157	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu estou observando todos - de ambos os lados - aqui muito preocupados com a população, dizendo o que é bom e o que é ruim para o povo brasileiro. Acontece que até agora eu

não vi ninguém defendendo o óbvio, que é uma reforma tributária.

Eu não sei se o Senado quer fazer a reforma tributária, mas acho que esta Casa, a Câmara dos Deputados, não pode furtar-se à sua responsabilidade de avocar uma das PECs para o Plenário, e votarmos uma reforma tributária que reduza a carga tributária sobre o consumo, sobre os produtos, sobre a cesta básica, o absurdo a que chegou. Nós precisamos devolver o poder de compra para o assalariado, para o mais pobre. É um absurdo pensarmos que chegamos a um nível em que com o salário que as pessoas recebiam há 2 anos elas compram a metade com o mesmo dinheiro hoje.

Presidente, vejo aqui que dos dois lados - quem é a favor e quem é contra a PEC dos Precatórios - a narrativa é sempre a mesma: defender o povo brasileiro, o povo mais pobre, o impacto que isso vai ter na inflação, o impacto que isso vai ter nos investidores, mas estamos esquecendo que o pilar de uma democracia, o que faz o Estado dar certo é ter um sistema tributário justo, um sistema tributário que funciona, que entrega valor para o trabalhador, que entrega valor para a população.

Então, Presidente, peço encarecidamente a V.Exa. que avoque para este plenário a reforma tributária, que possamos votar a redução dos impostos neste País, que possamos redistribuir para aqueles que não pagam. Já que estamos falando de combater quem mama o dinheiro do povo, vamos fazer isso com uma reforma tributária, devolvendo poder de compra, geração de empregos e crescimento econômico. É isso que eu lhe peço.

Na verdade, votei em V.Exa. para Presidente desta Casa, porque V.Exa. colocou na mesa que a reforma tributária seria prioridade desta Casa. Se cuidarmos da reforma tributária, V.Exa. terá meu apoio em todas as demais votações, porque, essa sim, é a reforma que fará diferença para o povo brasileiro. Ela vai gerar emprego, crescimento econômico, vai trazer investimento de fora, dando poder de compra para a nossa moeda, fazendo com que o dólar caia, com que a gasolina caia, fazendo com que o povo brasileiro seja respeitado.

Presidente, esse é o pedido que faço. Vamos trazer a reforma tributária para este plenário o quanto antes. V.Exa. vai ver que a população brasileira inteira estará conosco nessa votação. Depois de aprovada aqui, se o Senado não votar lá, eles que pagarão o preço para com a população.

Obrigado, Presidente.

160.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/12/2021-
CD 22:20

Publ.: DCD - 14/12/2021 - GENERAL PETERNELLI-PSL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Importância da Emenda Substitutiva Global nº 20, de 2019, acerca da criação do imposto único nacional sobre a movimentação ou transmissão de valores e de créditos, bem como de direitos de natureza financeira, apresentada pelo orador à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, relativa à alteração do Sistema Tributário Nacional. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2021, sobre a instituição do Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional - RELP.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSL queria ganhar tempo também, mas dentro desse foco com que nós estamos abordando o tema, eu não poderia perder a oportunidade de comentar sobre a Emenda Substitutiva nº 20, que taxa movimentação financeira. Dessa maneira, a pequena e microempresa que movimentou muito dinheiro já pagou. Quem não movimentou não precisaria pagar. E é mais uma demonstração de que aquela proposta de reforma tributária é muito importante.

E quanto ao REFIS, o PSL orienta "sim".

Obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

Documento 89/92

161.2021

Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD 14/12/2021-21:36

Publ.: DCD
15/12/2021 -

CELSONO MALDANER-MDB -SC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ENCERRAMENTO

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Reflexos da epidemia de coronavírus sobre a economia e a população brasileira. Não realização das reformas tributária e administrativa. Retomada da velha política do toma lá, dá cá, por meio do orçamento secreto. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do

novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Inexistência de motivos para comemoração do combate à corrupção no País. Manobras de integrantes do Centrão para impedimento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Apresentação de requerimento de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, acerca da extinção do foro especial por prerrogativa de função, no caso dos crimes comuns. Concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Destinação de elevado recursos de emendas orçamentárias para os Municípios do Estado de Santa Catarina. Perspectivas não animadoras para o agronegócio em 2022.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CELSO MALDANER.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha expectativa para 2021 era muito grande e muito positiva. O ano anterior foi difícil, por conta da pandemia. Cidades foram fechadas e milhares de vidas foram ceifadas pela COVID-19, que infelizmente se estendeu por mais tempo do que se previa, atrapalhando muito a economia, tirando empregos e fazendo com que empresas fechassem, além de deixar famílias sem entes queridos seus.

Surgiu essa dificuldade, que foi enfrentada pelo mundo todo, com perda de capital, aumento do desemprego e diminuição da renda. A Câmara dos Deputados tinha muitas pautas importantes para dar andamento, que poderiam contribuir no período pós-pandemia, como as importantes e necessárias reformas tributária e administrativa, que infelizmente não andaram.

A Comissão Especial da Reforma Tributária que analisava a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que tinha como principal objetivo simplificar e tornar menos oneroso o recolhimento de impostos, foi destituída pela Presidência da Casa, após falta de interesse do próprio Governo. Já a PEC 110/19, que tramitava no Senado e tinha votos suficientes para ser aprovada pelas duas Casas Legislativas, também não evoluiu, o que gerou insatisfação nas federações e entidades que esperavam o avanço e prejudicou a credibilidade de

empreendedores e investidores.

Quanto à reforma administrativa, a oportunidade de cortar privilégios do alto escalão e estabelecer um teto para os supersalários, com a emenda antiprivilégios, não teve um aceite.

Como se não bastasse não ter sido feito o tema de casa - a aprovação dessas reformas de que o Brasil precisa -, surgiu o polêmico assunto do orçamento secreto e da compra de apoio de Parlamentares através das emendas de Relator. O "toma lá, dá cá" da velha política foi escancarado. É legítimo o pleito de aumento de recursos para programas sociais, usando-se recursos do corte de privilégios e do enxugamento da máquina pública, mas a "PEC do Calote" tira direitos de quem tem a receber recursos de precatórios reconhecidos pela Justiça. Felizmente conseguimos manter a regra de ouro com o teto dos gastos, mas aquela medida prejudicou ainda mais a credibilidade perante investidores.

No que se refere ao combate à corrupção, que continua sendo o cupim da República, não temos nada para comemorar. A PEC 199/19, sobre prisão em segunda instância, foi alvo de manobras de políticos do Centrão para se impedir a votação dessa proposta. Um absurdo!

Na luta pelo fim do foro privilegiado, apresentei requerimento para inclusão da PEC 333/17 na Ordem do Dia, mas, infelizmente, a impunidade alimenta a corrupção, que desvia o dinheiro dos contribuintes e atravanca o desenvolvimento social e econômico do País. Por isso, não é combatida.

No plenário da Casa, a pauta mais importante que andou foi a da autonomia do Banco Central, uma medida necessária para que a circulação da moeda pudesse aumentar.

No que diz respeito a emendas parlamentares, foi mais um ano em que alcançamos aproximadamente 50 milhões de reais em recursos para os Municípios catarinenses, para as áreas de saúde, agricultura, infraestrutura urbana e turística, obras esportivas e de lazer, segurança e ação social. Em média, 4 milhões de reais ao mês foram pagos. É um saldo para se comemorar. Esse é o resultado de um trabalho de mãos limpas na defesa do municipalismo.

Vamos entrar em 2022 com uma perspectiva não muito boa. Eu sempre quero ser otimista, quero ter entusiasmo, ver as soluções dos problemas, mas, infelizmente, 2021 deixou muito a desejar, e o ano que vem, com a inflação e a taxa SELIC chegando a dois dígitos, será muito difícil. O que tem segurado a nossa economia é o agronegócio, mas há as dificuldades climáticas, como a seca, e os custos de

produção aumentaram muito. Isso vai ser muito prejudicial.

Apesar de 2022 ser ano eleitoral, precisamos fazer andar esses temas, que são essenciais para a credibilidade da política e do País. Assim, vamos conseguir amenizar os problemas e retomar o crescimento. A sociedade nos pede isso. Estejamos à altura das nossas responsabilidades com o futuro da Nação.

Documento 90/92

163.2021	Sessão	Deliberativa	16/12/2021-11:16
	Extraordinária - CD		
Publ.: DCD	-	CELSO MALDANER-MDB -SC	
17/12/2021 -			
CÂMARA	DOS	BREVES	BREVES
DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES	DISCURSO

Sumário

Reflexos da epidemia de coronavírus sobre a economia e a população brasileira. Não realização das reformas tributária e administrativa. Retomada da velha política do toma lá, dá cá, por meio do orçamento secreto. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2021, sobre o estabelecimento do novo regime de pagamento de precatórios, a modificação das normas relativas ao novo regime fiscal e o parcelamento de débitos previdenciários das municipalidades brasileiras. Inexistência de motivos para comemoração do combate à corrupção no País. Manobras de integrantes do Centrão para impedimento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Apresentação de requerimento de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, acerca da extinção do foro especial por prerrogativa de função, no caso dos crimes comuns. Concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Destinação de elevados recursos de emendas orçamentárias para os Municípios do Estado de Santa Catarina.

O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, a minha expectativa para 2021 era muito grande e muito positiva. Viemos de um ano anterior difícil, por conta da pandemia. Cidades foram fechadas e milhares de vidas foram ceifadas pela COVID-19, que infelizmente se estendeu por mais tempo do que o previsto, atrapalhando muito a economia, tirando

empregos, fazendo empresas fecharem, além de deixar famílias sem os seus entes queridos.

Apesar dessa dificuldade, que foi enfrentada pelo mundo todo, com perda de capital, com desemprego e baixa renda, a Câmara dos Deputados tinha muitas pautas importantes para dar andamento que poderiam ser concluídas neste pós-pandemia, como as importantes e necessárias reformas tributária e administrativa, que infelizmente não andaram.

A Comissão Especial da Reforma Tributária, da PEC 45/19, que tinha como principal objetivo simplificar e tornar menos oneroso o recolhimento de impostos, foi destituída pela Presidência da Casa após a falta de interesse do próprio Governo.

Já a PEC 110, que tramitava no Senado com votos suficientes para ser aprovada pelas duas Casas Legislativas, também não evoluiu, o que gerou insatisfação nas federações e entidades que esperavam um avanço, prejudicando a credibilidade dos empreendedores e investidores.

Na reforma administrativa, a oportunidade de cortar privilégios do alto escalão e da aplicação de um teto para supersalários com a emenda antiprivilégios não teve um aceite.

E como se não bastasse não ter feito o tema de casa, com a aprovação dessas reformas de que o Brasil precisa, o polêmico assunto do orçamento secreto e a compra de apoio de Parlamentares através das emendas de Relator, o "toma lá, dá cá" da velha política, foi escancarado, e o legítimo pleito de aumentar recursos para programas sociais, usando recursos do corte de privilégios e do enxugamento da máquina pública, tirou direitos de quem tem dívidas a receber reconhecidas pela Justiça com a "PEC do Calote".

Felizmente conseguimos manter a regra de ouro, com o teto dos gastos, mas isso prejudicou ainda mais a credibilidade dos investidores no combate à corrupção, Sr. Presidente, que continua sendo o cupim da República.

Não temos nada para comemorar, nada. A PEC 199, da prisão em segunda instância, sofreu manobras de políticos do Centrão para impedir a votação - um absurdo!

Na luta pelo fim do foro privilegiado, apresentei requerimento para inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 333, de 2017, mas infelizmente a impunidade alimenta a corrupção que desvia o dinheiro dos contribuintes e atrasa o desenvolvimento social e econômico do

País. Por isso, não é combatida.

No plenário, a pauta mais importante que andou foi a autonomia do Banco Central.

Em emendas parlamentares, aqui vai um ponto positivo. Graças a Deus, já conseguimos praticamente o pagamento de em torno de 50 milhões de reais em emendas, beneficiando muitos Municípios catarinenses.

Gostaria que o meu discurso fosse divulgado nos veículos de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

Documento 91/92

1.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 02/02/2022- CD 20:48
Publ.: DCD - 03/02/2022 - HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro pela revogação da exigência, a aposentados e pensionistas, de prova de vida presencial para recebimento de benefícios previdenciários. Eleição dos Desembargadores José de Ribamar Froz Sobrinho para o cargo de Corregedor; Ricardo Duailibe e Paulo Velten, respectivamente, para os cargos de Vice-Presidente e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, biênio 2022/2024. Protesto contra a elevação da taxa básica de juros, a Taxa SELIC, para 10,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária - COPOM do Banco Central. Inconformismo com a não votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Conveniência de votação da proposta de reforma tributária de autoria do Deputado General Paternelli.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Peternelli, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero falar da minha alegria ao saber da confirmação da portaria, editada pela Presidência da República, que acaba com a exigência da prova de vida presencial de aposentados e de pensionistas do Brasil inteiro.

Logicamente, essa é uma medida que beneficia mais de 30 milhões de brasileiros que recebem benefícios através do INSS. Esse tipo de procedimento, a prova de vida, em que a pessoa tinha que se deslocar ao banco, era ruim para o sistema bancário, assim como - e principalmente - para aposentados e pensionistas. Acredito que esse

problema, a respeito do qual já vínhamos falando da tribuna da Câmara, será solucionado. Por várias vezes o Deputado Hildo Rocha utilizou a tribuna da Câmara para falar da desnecessidade desse tipo de procedimento, que gerava grande burocracia para os aposentados.

A partir de agora, quem tem que provar que o cidadão está morto ou vivo é o próprio instituto de Previdência, o INSS, e não o cidadão. A exigência da prova de vida era uma medida abusiva. Portanto, parablenizo o Presidente Jair Bolsonaro pela atitude.

Quero também, Sr. Presidente, na noite de hoje parabenizar os Desembargadores do Maranhão pela escolha do novo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para o biênio 2022/2024.

Foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça o Desembargador Paulo Velten, mestre, doutor, um homem preparado, um desembargador muito preparado, que tem levado alegria a todos os membros, além de orgulho ao Judiciário maranhense.

Parabenizo todos os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado Maranhão, assim como também me congratulo com o Desembargador Paulo Velten, desejando a ele sucesso nessa empreitada. Ele, que termina agora o mandato na Corregedoria, desenvolveu um trabalho maravilhoso como Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Parabenizo também o Desembargador Ricardo Duailibe, ex-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que foi eleito na data de hoje Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Para o cargo de Corregedor foi eleito o jovem Desembargador Froz Sobrinho, meu amigo, que já foi Promotor de Justiça de várias comarcas do Estado do Maranhão e entrou no Tribunal de Justiça através do quinto constitucional. Os três Desembargadores, inclusive, são oriundos do quinto constitucional: Paulo Velten, Ricardo Duailibe e Froz Sobrinho, que também parabenizo pela eleição para o cargo de Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Parabenizo todos os três Desembargadores. Eles são bons, e eu sei que a Justiça do Maranhão vai continuar em boas mãos - o Desembargador Lourival Serejo, que vai encerrar o seu mandato, também fez excelente trabalho à frente do Judiciário maranhense, do Tribunal de Justiça.

Quero também falar da minha insatisfação ao ver que, mais uma vez, o Banco Central, através do COPOM, aumentou os juros. É a oitava vez seguida em que se aumentam os juros no nosso País. Essa é uma

demonstração clara de que a economia está desarrumada.

É uma demonstração clara de que não há controle, por parte do Governo Federal, da economia nacional. Isso significa aumento de preços.

A taxa SELIC foi para 10,75%. É a maior taxa básica dos últimos 5 anos. Isso preocupa a todos nós, porque vai aumentar o custo do dinheiro, vai aumentar o custo do investimento, vai desacelerar o investimento no País. E desacelerar investimento significa diminuir a oferta de emprego. Não é uma boa medida e, portanto, isso nos preocupa bastante. Ministro Paulo Guedes tem que ter mais responsabilidade e mais cuidado com sua Pasta.

Aqui se falou agora há pouco sobre reforma tributária. Nós já poderíamos ter aprovado a reforma tributária. A PEC 45 já foi analisada pela Comissão Especial da qual eu fui Presidente. Trabalhamos mais de 1 ano ouvindo todas as lideranças empresariais, representantes dos Fiscos estaduais, municipais e federal, representantes de Governos estaduais, representantes de Prefeituras. Todos disseram que a PEC 45 era uma boa proposta.

Apesar disso, o que se fez foi acabar com a PEC 45. O Governo Federal não apoiou a sua aprovação. Se nós tivéssemos apoio e tivéssemos aprovado essa reforma tributária... É a mesma que está no Senado; a PEC 45 é a mesma coisa da PEC 110. Se nós a tivéssemos aprovado, hoje teríamos uma taxa de juro de 1% ou 2%, não tenho nenhuma dúvida em relação a isso.

Portanto, nós temos que trabalhar para aprovar uma reforma tributária séria, que venha beneficiar o povo brasileiro.

Sr. Presidente, V.Exa. também tem uma proposta muito boa - eu a conheço. É uma proposta inovadora, que tem sentido: diminui muito a carga tributária, sem diminuir a arrecadação dos Governos Estaduais, Municipais e Federal.

Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão observado o disposto na Lei nº 13.022, de 2014, constante no inciso IV, art 2º, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2022, da Medida Provisória nº 1.070, de 2021, sobre a instituição do Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Programa Habite Seguro). Posicionamento do Novo contrário à concessão de subsídios tributários. Apoio do partido à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO orienta "sim".

Aproveito o ensejo para dizer que a nobre Deputada Erika Kokay disse, erroneamente, que o NOVO é a favor do subsídio tributário para defensivos agrícolas. Primeiro, o NOVO é contra qualquer subsídio tributário. Nós defendemos a PEC 45/19, sobre a reforma tributária, que torna as tarifas de impostos no Brasil isonômicas: para todo produto e para todo serviço, a mesma tarifa.

Minha assessoria se deu o trabalho de pesquisar quando foi instituído o subsídio aos defensivos agrícolas no Brasil. Esta data é importante, Deputada Erika Kokay. Trata-se do Decreto nº 7.660, de 2011, que instituiu o subsídio para defensivos agrícolas no IPI. Não é por acaso que eu trouxe esta data, pois, em 2011, a Presidente do Brasil era Dilma Rousseff, do PT, que concedeu subsídio tributário para os defensivos agrícolas.
